



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM ESTUDOS DE LINGUAGENS**

DANYELLE ALMEIDA SARAIVA PORTILHO

**O FALAR AMAZÔNICO: UMA ANÁLISE DA PROPOSTA DE NASCENTES (1953)
A PARTIR DE DADOS DO PROJETO ALiB**

**CAMPO GRANDE
2013**

DANYELLE ALMEIDA SARAIVA PORTILHO

**O FALAR AMAZÔNICO: UMA ANÁLISE DA PROPOSTA DE NASCENTES (1953)
A PARTIR DE DADOS DO PROJETO ALiB**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob orientação da Prof^a Dr^a Aparecida Negri Isquerdo.

Área de concentração: Linguística e Semiótica.

**CAMPO GRANDE
2013**

DANYELLE ALMEIDA SARAIVA PORTILHO

**O FALAR AMAZÔNICO: UMA ANÁLISE DA PROPOSTA DE NASCENTES (1953)
A PARTIR DE DADOS DO PROJETO ALiB**

Aprovada por:

APARECIDA NEGRI ISQUERDO, DOUTORA (UFMS)

AURI CLAUDIONEI MATOS FRÜBEL, DOUTOR (UFMS)

FABIANE CRISTINA ALTINO, DOUTORA (UEL)

Campo Grande, 20 de agosto de 2013.

Aos meus familiares e amigos, que sempre me apoiaram nessa caminhada acadêmica, que me incentivaram a ir além, que torceram por mim.

AGRADECIMENTOS

A Deus e a seus planos, sem os quais eu nada seria.

Aos meus pais, *Regina* e *Odemilson*, que sempre estiveram ao meu lado, apoiando as minhas escolhas, e aos meus irmãos, *Cristiane* e *Raphael*, que sempre me serviram de inspiração para o cumprimento da jornada acadêmica.

Ao meu esposo, *Roberto*, por ter compreendido minhas noites em claro e pelas palavras de incentivo nos momentos oportunos.

À minha professora orientadora, Dr^a *Aparecida Negri Isquerdo*, com a qual convivo desde 2009, na Iniciação Científica e, posteriormente, na função de Apoio Técnico do Projeto ALiB – Regional MS, pelos seus valiosos ensinamentos e, sobretudo, pela paciência com a qual esteve ao meu lado, orientando-me.

À amiga *Solange Stabile*, pela amizade sincera, pelo apoio nos momentos mais difíceis, pela mão estendida quando o fardo parecia muito pesado, por me incentivar quando nem eu mesma acreditava que poderia mais.

À amiga *Nádia de Souza*, por ter compreendido meu longo período de ausência em nossa amizade.

A *Luciene Gomes Freitas Marins*, por quem tenho imensa admiração, pelas dicas preciosas desde a Iniciação Científica; agradeço pelo zelo com o qual minhas cartas linguísticas foram editadas.

Às colegas que compõem a “família ALiB e ATEMS” na UFMS, em especial a *Letícia Oliveira*, *Paola Carvalho* e *Priscila Ribeiro*, que muito me ajudaram no envio de dados do Projeto nas muitas vezes em que não pude me deslocar até a Universidade.

A *Ana Carla Gonçalves*, pelo carinho com o qual sempre nos recebe, sempre buscando uma maneira de ajudar todos que a procuram na Secretaria do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Estudos de Linguagens.

Aos docentes e à Coordenação do Programa de Pós-Graduação – Mestrado Estudos de Linguagens, por todo o apoio recebido.

A todos os colegas da Infraero, que gentilmente efetuaram troca de turno de trabalho comigo, para que eu pudesse cumprir os créditos necessários para a permanência no Programa de Pós-Graduação. Agradeço, também, por terem compreendido alguns dias de cansaço, em que meu rendimento no trabalho não era tão satisfatório. Às chefias imediatas, por terem autorizado e compreendido minhas ausências ao trabalho.

Ao *Juarez Moreno*, pela contribuição fornecida ao capítulo histórico.

Ao *Eduardo Cardoso*, pelo apoio em momento decisivo da reta final desta caminhada.

Ao professor Dr Auri Claudionei Matos Frübel, à professora Dr^a Elizabete Aparecida Marques e à professora Dr^a Cleonice Cândida Gomes, pelas contribuições no Exame de Qualificação.

À professora Fabiane Cristina Altino, pelas contribuições na sessão de defesa desta dissertação.

Ao Comitê Nacional do Projeto ALiB (Atlas Linguístico do Brasil), pela autorização da utilização de dados inéditos que compuseram o *corpus* desta pesquisa.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a conclusão desta etapa da minha vida acadêmica, muito obrigada!

PORTILHO, Danyelle Almeida Saraiva. *O falar amazônico: uma análise da proposta de Nascentes (1953) a partir de dados do Projeto ALiB*. 2013. 155 p. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2013.

RESUMO

O léxico é o nível linguístico que melhor evidencia a visão de mundo de uma comunidade de falantes, por isso, tomando-se em consideração o contexto sócio-histórico de uma região, o estudo do léxico regional favorece a identificação de elementos culturais e históricos relativos aos grupos sociais que ali habitam. Este trabalho discute em que proporção a área dialetal do falar amazônico proposta por Nascentes (1953) se confirma nos dias atuais no nível lexical, por meio da análise de um acervo lexical relativo à área semântica de *jogos e diversões infantis*. O estudo orientou-se por fundamentos teórico-metodológicos da Dialectologia, da Geolinguística e da Lexicologia. O *corpus* da pesquisa constitui-se de 196 itens lexicais obtidos como respostas para as 13 perguntas da área semântica *jogos e diversões infantis* do Questionário Semântico-Lexical do Projeto ALiB (Atlas Linguístico do Brasil), fornecidas por 128 falantes da língua portuguesa oriundos de 26 cidades brasileiras que integram a rede de pontos do Projeto ALiB, 20 delas situadas em Estados da região Norte do Brasil, na área do falar amazônico (NASCENTES, 1953) – Acre, Amazonas, Pará, Roraima e Amapá – e 06 localizadas em regiões limítrofes à área do falar amazônico, nos Estados de Mato Grosso, de Rondônia, do Maranhão e do Tocantins, que integram o espaço geográfico considerado neste trabalho como área de controle, ou seja, áreas adjacentes que influenciam e/ou são influenciadas pelo falar amazônico. O estudo teve como objetivo mais amplo verificar a vitalidade atual da área dialetal do falar amazônico proposta por Nascentes (1953), verificando se essa delimitação se confirma ou não no nível lexical, no caso, a partir de dados geolinguísticos, relativos a *jogos e diversões infantis*, extraídos de inquéritos linguísticos do Projeto ALiB realizados nas localidades selecionadas. Como objetivos específicos o estudo buscou catalogar, descrever e analisar as unidades lexicais pertencentes ao campo semântico selecionado, com vistas a verificar a distribuição diatópica das designações estudadas; identificar processos de expansão e de fixação da norma lexical nortista e sua possível relação com a história de povoamento da região e, por extensão, fornecer contribuição para a Lexicografia, no que diz respeito à identificação de regionalismos característicos da região Norte do Brasil. A análise foi estruturada a partir de dois eixos, o da distribuição diatópica, demonstrado por meio do mapeamento dos dados lexicais em cartas linguísticas, e o da análise semântica dos itens lexicais catalogados. A pesquisa evidencia que o falar amazônico apresenta peculiaridades que o diferenciam do que se conhece do restante do País e recebe influências dos falares das áreas geográficas limítrofes da região Norte do Brasil. Dentre outros, ilustram isso o item lexical *baladeira*, que predominou dentre as escolhas lexicais dos habitantes das localidades estudadas (70%) como designação de “estilingue”; da unidade lexical *peteca* (75,7%) que, na região investigada, nomeia a “bola de gude”. Pode-se, enfim, considerar que há um falar amazônico que o difere do das demais regiões do Brasil, porém sem delimitações rígidas, haja vista o contato com as áreas limítrofes e influências recebidas de outras regiões do Brasil em decorrência dos processos migratórios.

PALAVRAS-CHAVE: Léxico; Falar amazônico; Jogos e diversões infantis; Projeto ALiB.

PORTILHO, Danyelle Almeida Saraiva. The Amazonian language: an analysis of *Nascentes* proposed (1953) from Project ALiB data. 2013. 155 p. Thesis (Master in Languages Studies) - Federal University of Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2013.

ABSTRACT

The lexicon is the linguistic level that best demonstrates the worldview of a speaking community, therefore, using the socio-historical context of a region as a parameter, the study of regional lexicon favors the identification of cultural and historical elements relating to social groups who live there. This paper discusses in which proportion the dialect area of the amazonian language, proposed by *Nascentes* (1953), is still valid nowadays in the lexical level, by analyzing a collection lexical relating to the semantic area of games and children's amusements. The study was based on theoretical and methodological foundations of Dialectology, Geolinguistics and Lexicology. The research *corpus* consists of 196 lexical items obtained as answers to thirteen questions of semantic games area and children's amusements Questionnaire Semantic-Lexical Project Alib (Linguistic Atlas of Brazil), provided by 128 Portuguese speakers from 26 Brazilian locations which make part of the network points of Project Alib, 20 of them located in the States of Northern Brazil, in the area of amazonian language (*Nascentes*, 1953)-Acre, Amazonas, Pará, Roraima and Amapá - and 06 located in neighboring regions of Amazonian language area, in the states of Mato Grosso, Rondônia, Maranhão and Tocantins, comprising the area considered in the study as control, ie, adjacent areas that influence and / or are influenced by amazonian language. The study aimed to verify the broader current vitality of the dialectal's area of Amazonian language proposed by *Nascentes* (1953), checking if such a division can be confirmed or not in the lexical level, where data from geolinguistic relating to games and children's amusements from linguistic surveys of Alib Project made in selected locations. As specific objectives the study tried to catalog, describe and analyze the lexical units belonging to the semantic field of games and children's amusements, in order to verify the diatopic distribution of assignments studied, identify processes of expansion and setting of the northerner lexical standard and its possible relation with the settlement of the region history and, consequently, provide contribution to lexicography, with regard to the identification of regionalism characteristic of northern Brazil. The analysis was structured on two axes, the diatopic distribution of lexical variants documented through linguistic letters and semantic analysis of lexical items cataloged. The research shows that Amazonian language has peculiarities which differentiate it from what is known of the rest of the country and receives influences from dialects of neighboring geographic areas of northern Brazil. Among others, illustrate that the predominance of lexical item *baladeira*, which prevailed among lexical choices of the inhabitants from the studied places (70%) as a designation of *estilingue* (*sling*), the lexical unit *peteca* (*shuttlecock*) (75.7%) that in the investigated area, names the *bola de gude* (*marble*). It can be said that there is rather Amazonian language which differs from the rest of the country, but without rigid boundaries, due to the contact with the surrounding regions and the influences received from other regions of Brazil as a result of migration processes.

KEYWORDS: Lexicon; Amazonian language; games and children's amusement; ALiB Project.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Representação do esquema de fala, norma e sistema (COSERIU, 1979)	16
Figura 2 – Divisão do Brasil em áreas dialetais (NASCENTES, 1953)	29
Figura 3 – Rede de pontos do Projeto ALiB na Região Norte do Brasil	59
Figura 4 – Área de trabalho do programa <i>Agium Soft</i>	63
Figura 5 – Tela de cadastro de respostas	63
Figura 6 – Tela de resultado de busca de respostas cadastradas utilizando o filtro <i>código</i> (número da questão)	64
Figura 7 – Tela do relatório gerado pelo programa	64
Figura 8 – Carta linguística 02 (ilustração)	65
Figura 9 – Representação da cambalhota	67
Figura 10 – Carta linguística 01 (Cambalhota)	70
Figura 11 – Bolinhas de gude	75
Figura 12 – Carta linguística 02 (Peteca)	81
Figura 13 – Estilingue	83
Figura 14 – Carta linguística 03 (Baladeira)	86
Figura 15 – Carta linguística 04 (Papagaio)	92
Figura 16 – Representação de uma arraia	95
Figura 17 – Representação da imagem de uma pipa	96
Figura 18 – Carta linguística 05 (Curica)	99
Figura 19 – Carta linguística 06 (Esconde-esconde)	104
Figura 20 – Carta linguística 07 (Pata-cega)	106
Figura 21 – Carta linguística 08 (Pira)	111
Figura 22 – Carta linguística 09 (Mãe)	113
Figura 23 – Carta linguística 10 (Má-cochila)	119
Figura 24 – Carta linguística 11 (Balanço)	123
Figura 25 – Carta linguística 12 (Macaca)	131
Figura 26 – Jogo da amarelinha (CASCUDO, 2001)	132
Figura 27 – Distintos traçados para o jogo da amarelinha (CASCUDO, 2001)	133

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Percentual de informantes que responderam e que não responderam a pergunta 155/QSL	68
Gráfico 2 – Perspectiva diageracional das respostas obtidas	71
Quadro 3 – perspectiva diassexual das respostas obidas	72
Gráfico 4 – Distribuição diatópica das unidades lexicais obtidas como resposta para a pergunta 156/QSL (capitais da área dialetal do <i>falar amazônico</i>)	76
Gráfico 5 – Distribuição diatópica das unidades lexicais obtidas como resposta para a pergunta 156/QSL (localidades do interior da área dialetal do <i>falar amazônico</i>)	77
Gráfico 6 – Distribuição diatópica das unidades lexicais obtidas como resposta para a pergunta 156/QSL (localidades da área de controle)	78
Gráfico 7: Respostas obtidas para a pergunta 156/QSL (perspectiva diageracional)	78
Gráfico 8: Respostas obtidas para a pergunta 156/QSL (perspectiva diassexual)	79
Gráfico 9 : Distribuição diatópica das designações obtidas para a pergunta 157/QSL - Baladeira (Estados da área do <i>falar amazônico</i>)	84
Gráfico 10: Distribuição diatópica das designações obtidas para a pergunta 157/QSL – Baladeira (área de controle)	85
Gráfico 11 – Percentual de informantes que responderam e que não responderam a pergunta 159 do QSL/ALiB	97
Gráfico 12 – Índice de não resposta para a pergunta 159/QSL/ALiB, distribuído segundo o sexo do informante	101
Gráfico 13 – Índice de não resposta para a pergunta 159/QSL/ALiB, distribuído segundo a idade do informante	101
Gráfico 14 – Índice de produtividade da unidade lexical <i>pata cega</i> , segundo o sexo do informante	107
Gráfico 15 – Índice de produtividade da unidade lexical <i>pata cega</i> , segundo a idade do informante	108
Gráfico 16 – Percentual de informantes que responderam e que não responderam a pergunta 163 do QSL/ALiB	112
Gráfico 17 – Índice de não resposta para a pergunta 163/QSL/ALiB, distribuído segundo a faixa etária do informante	114
Gráfico 18 – Percentual de informantes que responderam e que não responderam à pergunta 164/QSL/ALiB	116
Gráfico 19 – Distribuição diassexual dos informantes que não responderam à pergunta 164 do QSL/ALiB	117
Gráfico 20 – Percentual de ocorrências das respostas obtidas para a pergunta 165/QSL/ALiB	121

Gráfico 21 – Percentual de ocorrências das respostas obtidas para a pergunta 166/QSL/ALiB	125
Gráfico 22 – Percentual de ocorrência das designações obtidas para a pergunta 166/QSL , segundo os estados da região Norte (área do <i>falar amazônico</i>)	126
Gráfico 23 – Percentual de ocorrência das designações obtidas para a pergunta 166/QSL , segundo as localidades da área de controle, agrupadas por Estado	127

LISTA DE QUADROS

Quadro I – Número de pontos do Projeto ALiB coincidentes com a proposta de Nascentes (1958)	58
Quadro II – Identificação das localidades investigadas nesta pesquisa	61
Quadro III – Agrupamento das designações catalogadas como resposta para a pergunta 155/QSL	68
Quadro IV – Dicionarização das unidades lexicais na acepção de papel com varetas	93
Quadro V – Respostas únicas para a pergunta 160/QSL/ALiB, segundo a localidade e o perfil dos informantes	103
Quadro VI – Agrupamento das designações catalogadas como resposta para a pergunta 162/QSL	109
Quadro VII – Respostas únicas para a pergunta 164/QSL/ALiB, segundo a localidade e o perfil do informante	118
Quadro VIII – Respostas únicas para a pergunta 165/QSL/ALiB, segundo a localidade e o perfil do informante	121
Quadro IX – Agrupamento das designações catalogadas como respostas para a pergunta 166/QSL/ALiB	126
Quadro X – Respostas únicas para a pergunta 166/QSL/ALiB, segundo a localidade e o perfil do informante	127

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Acre
ALAM	Atlas Linguístico da Amazônia
ALERS	Atlas Linguístico-etnográfico da Região Sul do Brasil
ALiB	Atlas Linguístico do Brasil
ALISPA	Atlas Linguístico sonoro do Pará
ALMS	Atlas Linguístico do Mato Grosso do Sul
ALPB	Atlas Linguístico da Paraíba
ALPR	Atlas Linguístico do Paraná
ALS	Atlas Linguístico do Sergipe
AM	Amazonas
AP	Amapá
APFB	Atlas Prévio dos Falares Baianos
EALMG	Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MA	Maranhão
MT	Mato Grosso
PA	Pará
QFF	Questionário fonético-fonológico
QSL	Questionário semântico-lexical
RO	Rondônia
RR	Roraima
TO	Tocantins
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE QUADROS

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I: Fundamentação teórica	6
1.1 Léxico e visão de mundo	6
1.2 Norma linguística e o fenômeno da variação	10
1.3 Dialetologia e Geolinguística: fundamentos	21
1.4 Propostas de divisão do país em áreas dialetais	25
CAPÍTULO II: Contextualização sócio-histórica da região pesquisada	31
2.1 Breve panorama histórico	31
CAPÍTULO III: Metodologia	56
3.1 Situando o Projeto ALiB	56
3.2 <i>Corpus</i> investigado	59
CAPÍTULO IV: Tratamento e análise dos dados	67
4.1 QSL 155: “brincadeira em que se gira o corpo sobre a cabeça e acaba sentado”	67
4.2 QSL 156: “as coisinhas redondas de vidro com que os meninos gostam de brincar”	72
4.3 QSL 157: “brinquedo feito de uma forquilha e duas tiras de borracha, que os meninos usam para matar passarinho”	79
4.4 QSL 158: “brinquedo feito de varetas cobertas de papel que se empina no vento por meio de uma linha”	87
4.5 QSL 159: “brinquedo parecido com o brinquedo feito de varetas cobertas de papel que se empina no vento por meio de uma linha, também feito de papel, <i>mas sem varetas</i> , que se empina ao vento por meio de uma linha”	94
4.6 QSL 160: “brincadeira em que uma criança fecha os olhos, enquanto as outras correm para um lugar onde não são vistas e depois essa	99

criança que fechou os olhos vai procurar as outras”

4.7 QSL 161: “brincadeira em que uma criança, com os olhos vendados, tem que pegar as outras” 102

4.8 QSL 162: “brincadeira em que uma criança corre atrás das outras para tocar numa delas, antes que alcance um ponto combinado” 106

4.9 QSL 163: O ponto combinado na “brincadeira em que uma criança corre atrás das outras para tocar numa delas, antes que alcance um ponto combinado” 109

4.10 QSL 164: “brincadeira em que as crianças ficam em círculo, enquanto uma outra vai passando com uma pedrinha, uma varinha, um lenço que deixa cair atrás de uma delas e esta pega a pedrinha, a varinha, o lenço e sai correndo para alcançar aquela que deixou cair” 113

4.11 QSL 165: “uma tábua apoiada no meio, em cujas pontas sentam duas crianças e quando uma sobe, a outra desce” 117

4.12 QSL 166: “tábua, pendurada por meio de cordas, onde uma criança se senta e se move para frente e para trás” 122

4.13 QSL 167: “brincadeira em que as crianças riscam uma figura no chão, formada por quadrados numerados, jogam uma pedrinha e vão pulando com uma perna só” 126

CONSIDERAÇÕES FINAIS 132

REFERÊNCIAS 136

ANEXO 142

INTRODUÇÃO

O homem enquanto ser social interage com seus semelhantes por meio da linguagem verbal, faculdade essencialmente humana que distingue o homem dos demais animais. Nessa perspectiva, o nível linguístico que melhor evidencia não apenas a relação entre língua e sociedade, mas também aspectos socioculturais de determinada comunidade de fala é o léxico, por possibilitar inferências sobre o ambiente físico e cultural de seus usuários, permitindo, assim, uma compreensão de aspectos da visão de mundo desses falantes:

A língua de uma sociedade humana dada, que pensa e fala nessa língua, é organizadora da sua experiência e, por essa razão, modela o seu “mundo” e a “sua realidade social”. Por outras palavras e formulando esse pensamento duma maneira ainda mais concisa: cada língua contém uma visão específica do mundo (SCHAFF, 1964, p. 99-100).

Com efeito, os padrões linguísticos seguidos por uma comunidade de fala caracterizam a norma, aqui entendida na perspectiva coseriana – nível da língua de caráter abstrato e coletivo que intermedeia a língua e a fala, apresentando itens constantes que são aceitos e realizados coletivamente (COSERIU, 1980, p. 122). A norma linguística apresenta variação em diferentes níveis de acordo com a motivação que desencadeia a ocorrência do fenômeno. Se a motivação for geográfica, tem-se o dialeto, “um sistema de signos separado de uma língua comum, viva ou desaparecida; normalmente, com uma limitação geográfica, mas sem uma forte diferenciação frente a outros de origem comum”¹ (ALVAR, 1961, p. 57).

É fato que as línguas não dispõem de uma norma linguística homogênea. A língua portuguesa do Brasil, por exemplo, apresenta um conjunto de variedades bastante distintas entre si, devido não apenas às dimensões continentais do território brasileiro, como também às influências de outros idiomas sobre o português transplantado. Desse modo,

[...] considerando-se a extensão territorial do país, bem como seu rápido processo de urbanização, parece justo supor também aqui a ocorrência de uma pluralidade de normas, decorrentes do policentrismo cultural brasileiro. É provável que as diferenças

¹ Trecho original: “un sistema de signos desgajado de una lengua común, viva o desaparecida; normalmente, con una concreta limitación geográfica, pero sin una fuerte diferenciación frente a otros de origen común”. Tradução livre.

regionais afetem mais de perto a norma oral, e nesta, os níveis fonológico e lexical [...] São precisamente esses níveis que apresentam os maiores índices de variação [...] (CASTILHO, 2002, p. 310).

Nessa perspectiva, o nível lexical representa um traço diferenciador marcante em relação à variação linguística no eixo horizontal – os regionalismos –, uma vez que a variação, um dos fatores responsáveis pelo enriquecimento do léxico, condiciona as mudanças na norma lexical regional, como evidencia Isquierdo (2003, p. 165): “tratar da questão dos regionalismos implica levar em consideração a questão da norma linguística no nível lexical, o que nos remete à questão da variação”.

Tendo em vista “a incidência de ‘marcas’ regionais, a matiz local” (OLIVEIRA, 1999, p. 5) da norma linguística do português brasileiro nas diferentes regiões geográficas, o estudo dos regionalismos permite que se abstraia parte da configuração da realidade linguística do Brasil. Na verdade, o estudo dos regionalismos configura-se como uma temática complexa e polêmica. O Dicionário de Linguística e Gramática de Câmara Jr (1977), por exemplo, registra o seguinte conceito de *regionalismo*:

[...] em sentido lato, traços linguísticos privativos de cada uma das regiões em que se fala uma dada língua, assim dividida em dialetos. Em sentido estrito, os regionalismos léxicos especialmente quando recebem guarida na língua escrita e literária, são de forma (vocabulares) ou de significação (semânticos).

O caráter dinâmico da língua, em especial no nível lexical, favorece constantes mudanças, seja por meio da expansão do léxico, seja pelo desuso de certos itens lexicais² – de acordo com o uso que, por sua vez, relaciona-se com as necessidades dos falantes. Um recorte espaço-temporal de uso do léxico pode ser documentado por meio de atlas linguísticos, que representam

[...] verdadeiras fotografias sociolinguísticas; resgatam e registram a distribuição espacial de formas linguísticas que refletem particularidades étnicas, condicionantes histórico-culturais que afetam a linguagem de um grupo social. Assim, documentam, além de fatos linguísticos, valores, hábitos, crenças de um grupo de falantes (ISQUERDO, 2007, p. 533).

² “[...] embora o léxico seja patrimônio da comunidade linguística, na prática, são os usuários da língua – os falantes – aqueles que criam e conservam o vocabulário dessa língua” (BIDERMAN, 2001, p. 179).

Este trabalho catalogou, descreveu e analisou unidades lexicais pertencentes à área semântica *jogos e diversões infantis*, que favorece a transparência de elementos culturais de uma comunidade de fala, e que apresenta variações nas designações atribuídas a um mesmo referente em cada região do Brasil, conforme têm demonstrado os inquéritos realizados pelo Projeto ALiB com habitantes das capitais brasileiras e de localidades do interior dos Estados, tomando como ponto de partida as perspectivas diatópica e léxico-semântica. Essa área semântica foi selecionada para este estudo primeiramente devido à importância exercida pelos jogos, os brinquedos e as brincadeiras tradicionais no desenvolvimento da socialização da criança “pois brincando e jogando a criança estabelece vínculos sociais, ajusta-se ao grupo e aceita a participação de outras crianças com os mesmos direitos” (BERNARDES, 2006, p. 543). Entende-se, pois, que a variedade de brinquedos e brincadeiras infantis pode resultar num rico vocabulário relacionado à Ludologia. O estudo ainda dá continuidade ao estudo das áreas dialetais propostas por Nascentes (1953) a partir de dados lexicais contemporâneos iniciados com a tese *Regiões dialetais do Brasil: em busca do falar baiano, na trilha de Antenor Nascentes* (RIBEIRO, 2012), que realizou esse estudo no âmbito da área dialetal compreendida pelo *falar baiano*. Por fim, a pesquisa pretendeu contribuir com o Projeto ALiB, ao qual se encontra vinculado, por meio da análise de uma parcela do *corpus* do projeto que poderá subsidiar os trabalhos do Comitê Nacional de coordenação do Projeto ALiB, no que diz respeito ao exame dos dados.

Assim, a pesquisa que deu origem a esta dissertação teve como propósito mais amplo o estudo da norma lexical regional na área circunscrita ao *falar amazônico*, analisando em que proporção essa área dialetal proposta por Nascentes (1953) persiste nos dias atuais. Na obra *O linguajar carioca*, o autor esclarece: “hoje que já realizei o meu ardente desejo de percorrer todo o Brasil, do Oiapoc ao Xuí (sic), de Recife a Cuiabá, fiz nova divisão que não considero nem posso considerar definitiva, mas sim um tanto próxima da verdade” (NASCENTES, 1953, p. 24). Esse dialetólogo brasileiro propôs que o Brasil fosse dividido em seis áreas dialetais: amazônica, nordestina, sulista, baiana, fluminense e mineira, além de um território considerado pelo autor como *incharacterístico*³, que à época era praticamente despovoado pelo homem branco.

³A divisão do país em áreas dialetais pode ser visualizada na figura 2, página 29 deste trabalho.

Em 1958, na obra intitulada “Bases para a elaboração de um atlas linguístico do Brasil”, Nascentes propôs uma relação de localidades⁴ que poderiam constituir a rede de pontos de um futuro atlas linguístico nacional, além de uma proposta de áreas semânticas que poderiam ser contempladas pelo questionário linguístico.

Ainda que Nascentes tenha afirmado ter percorrido todo o Brasil para então lançar a sua proposta de divisão de áreas dialetais, vale ressaltar que a realidade do País em 1953, na obra “O linguajar carioca”, não se compara à atual em diferentes perspectivas, a começar pela divisão política. O momento histórico vivenciado à época também é profundamente distinto do atual, o que nos leva à construção dos seguintes questionamentos: em que proporção a divisão dialetal – em especial o *falar amazônico* – proposta pelo autor ainda se mantém? Será que mesmo no âmbito da região Norte do Brasil os Estados de criação mais recente na região em foco se assemelham linguisticamente aos mais antigos? Até que ponto o *falar amazônico* influencia e/ou é influenciado pelas localidades fronteiriças⁵?

Foram utilizados dados contemporâneos para verificar a vitalidade da área dialetal do *falar amazônico* proposta por Nascentes (1953) no nível lexical, a partir de um recorte lexical inédito com dados extraídos de inquéritos linguísticos do Projeto ALiB. No exame dos dados foi observada a distribuição diatópica das designações estudadas, buscando na história de povoamento da região possíveis motivações para o uso do léxico documentado, além de identificar regionalismos da língua portuguesa na região Norte do Brasil.

Esta Dissertação está estruturada em quatro capítulos: o primeiro deles, relativo à fundamentação teórica, trata de conceitos-chave para a análise dos dados, como a hipótese Sapir-Whorf, os conceitos de norma e regionalismo; o capítulo 2, por sua vez, destinado à contextualização sócio-histórica da região pesquisada, aborda os principais acontecimentos que marcaram a história da ocupação da região Norte desde o século XVII até o final do século XX; já o capítulo 3 discute a metodologia, tanto fundamentos metodológicos que norteiam o Projeto ALiB, quanto parâmetros adotados para este estudo em termos de *corpus* investigado e de tratamento e análise dos dados. O capítulo 4 apresenta a o tratamento dos dados e

⁴ Sobre a relação de localidades propostas por Nascentes ver Capítulo III – Metodologia.

⁵ Dada a realidade geográfica brasileira, ocorre, muitas vezes, que os habitantes de determinado Estado tenham cidades e/ou a capital do outro como referência, motivados pelo fator geográfico.

a análise os resultados obtidos. Há, também, considerações finais, referências e anexo.

CAPÍTULO I: Fundamentação teórica

1.1 Léxico e visão de mundo

O léxico é o nível da língua formado pelo “complexo inventário de todas as idéias, interesses e ocupações que açambarcam a atenção da comunidade” (SAPIR, 1969, p. 45) e fornece pistas acerca da identidade de um grupo de falantes, evidenciando aspectos da visão de mundo de uma sociedade. Matoré (1953) aborda a relação entre léxico e visão de mundo por meio do conceito de palavra-testemunha que, na concepção do autor, configura-se como um elemento, ao mesmo tempo, expressivo e tangível que concretiza um feito da civilização. Nesse sentido, a palavra coletiviza o pensamento e confere ao léxico o *status* de modelo e ao mesmo tempo de modelador de uma cultura (MATORÉ, 1953 *apud* ISQUERDO, 1994, p. 181).

Além de a visão de mundo de uma comunidade de fala ser representada pela linguagem, está intrinsecamente ligada ao pensamento⁶ e também à cultura, considerando-se que todo resultado da ação humana pertence à cultura, incluindo as variedades linguísticas que identificam distintas comunidades de fala. Isso nos reporta à hipótese Sapir-Whorf, teoria muito defendida na primeira metade do século XX, segundo a qual “língua e cultura estão de tal forma interrelacionadas, que os homens vêem o mundo através do modelo configurativo que as línguas lhe proporcionam” (ELIA, 1987, p. 52). Assim, nessa perspectiva, a visão de mundo, a cultura e as crenças de uma comunidade estão relacionados à língua, mas não sobrepostos a ela.

A hipótese Sapir-Whorf defendia, pois, que a língua evidencia a conceptualização da realidade por meio de suas estruturas gramaticais e semânticas; a realidade com a qual língua e cultura interagem é expressa por meio da gramática e do léxico de uma língua: “cada língua traduz o mundo e a realidade social segundo o seu próprio modelo, refletindo uma cosmovisão que lhe é própria, expressa nas suas categorias gramaticais e léxicas” (BIDERMAN, 1979, p. 80). Assim, segundo esse ponto de vista, línguas distintas, por mais semelhantes que pareçam ser, jamais representarão a realidade social da mesma forma, realidade

⁶ Fiorin (1998, p. 8), ao tratar da relação linguagem e pensamento, retoma a posição de Marx e Engels (século XIX), que defende a relação intrínseca entre linguagem e pensamento.

essa vista como um produto linguístico, merecendo destaque as relações entre linguagem e cultura e linguagem e pensamento. Para Sapir, a concepção da realidade por determinada sociedade é influenciada pela língua, que molda as maneiras de observar e interpretar o mundo que cerca a comunidade, já que “o ‘mundo real’ é construído [...] inconscientemente segundo os hábitos linguísticos do grupo” (ELIA, 1987, p. 54).

Segundo essa corrente teórica, a língua molda a percepção da realidade porque o mundo em que o indivíduo está inserido é interpretado de acordo com as categorias existentes na língua, que, por sua vez, também produz a realidade, já que organiza o mundo por meio do processo de simbolização – decifrar tais símbolos permite a compreensão do mundo em que vive uma comunidade, uma vez que se refere à realidade e remete ao pensamento. Assim, a construção da realidade se dá por meio de processos de classificação e categorização do mundo que circunda uma comunidade.

Já Whorf, discípulo de Sapir, buscou aplicar essa teoria ao descrever línguas indígenas americanas, de forma mais radical e mais concreta que seu antecessor (SAPIR, 1969). Tomando por base a língua Hopi, Whorf aprofundou o conceito de *relativismo linguístico*, proposto anteriormente por Sapir: a língua não é utilizada apenas para reproduzir e disseminar ideias, mas também as modela, norteadando a atividade mental do falante. Segundo esse raciocínio, o sistema linguístico seria, pois, responsável por categorizar as impressões captadas do mundo, organizando-as em conceitos e atribuindo-lhes significados com base em convenção codificada nos moldes da língua.

Whorf descobriu que na língua Hopi não há referência a um conceito dimensional de tempo nas descrições dos acontecimentos do mundo; as noções de tempo e espaço eram inexistentes nas formas gramaticais dessa língua. Para Whorf, “o ponto de vista da relatividade pertence à Física moderna, é um desses pontos concebidos em termos matemáticos, e a concepção universal do Hopi é outra muito diferente e que não é Matemática, mas sim Linguística” (WHORF, 1971, apud SEVERO, 2004, s/p). Dessa forma, os verbos são classificados como tais se tiverem curta duração – os verbos nessa língua contam apenas com as categorias de aspecto e modo. Já na língua Nootka todos os eventos podem ser considerados como verbos, já que podem ser marcados pela flexão verbal.

Assim fica evidenciado o princípio da relatividade linguística, em que se estabelece que “todos os observadores não são motivados pela mesma evidência física, a uma mesma visão do universo, a menos que seus *backgrounds* sejam similares, ou possam ser calibrados de alguma forma” (WHORF, 1958, *apud* BIDERMAN, 1979, p. 82).

O léxico de uma língua já é uma maneira de representar a realidade, sendo impossível superpor as estruturas léxicas de línguas distintas. A linguagem determina a maneira de se conceber o mundo e cada língua conta com uma perspectiva e um comportamento específicos.

Dados os pressupostos do relativismo linguístico, é possível inferir o porquê de o conceito de *palavra* não ter um valor universal, absoluto, aplicável a todas as línguas, já que elas moldam a percepção da realidade, ocasionando categorias linguísticas e mentais próprias de cada língua: “essa unidade psicolinguística [a palavra] se materializa, no discurso, com uma inegável individualidade” (BIDERMAN, 1979, p. 85). Uma unidade léxica, para Whorf, só pode ser delimitada e conceituada dentro de cada língua. Além disso, “a conceituação e a delimitação da palavra devem ser formuladas para cada língua ou grupo de línguas afins” (BIDERMAN, 1979, p. 92).

Todo falante intui um conceito para unidade léxica, independente de sua língua materna, e essa noção dispõe de várias nuances, de acordo com a consciência do indivíduo, ainda que essa língua nunca tenha sido escrita: “a palavra é uma realidade psíquica para um homem cuja consciência esteja medianamente desenvolvida” (BIDERMAN, 1979, p. 73). Apesar disso, a *palavra* não conta com uma definição universal, que seja de consenso entre linguistas e entre gramáticos.

As palavras são elementos abstratos que compõem um sistema linguístico; são permanentes na língua, diferentemente do que ocorre com os elementos da fala, atos efêmeros que se utilizam da língua. A unidade léxica abstrata que compõe a língua é designada de lexema (POTTIER, 1975), e a atualização dos lexemas no discurso dá origem a lexias⁷. Um conjunto de lexias denomina-se vocabulário e um conjunto de lexemas integra o léxico da língua:

⁷ De acordo com Pottier (1975, p. 236-43), a lexia constitui a unidade de comportamento léxico, opondo-se ao morfema, concebido por ele como o menor signo linguístico. **Já o termo lexema é utilizado em oposição a gramema (demarcação entre léxico e gramática).**

O léxico de qualquer língua constitui um vasto universo de limites imprecisos e indefinidos. Abrange todo o universo conceptual dessa língua. Qualquer sistema léxico é a somatória de toda a experiência acumulada de uma sociedade e do acervo da sua cultura através das idades. [...] As mudanças sociais e culturais acarretam alterações nos usos vocabulares (BIDERMAN, 1979, p. 139).

O léxico de uma língua e a estruturação de um universo semântico se originam da tensão entre indivíduo e sociedade. É um nível linguístico que se expande e se contrai de acordo com o uso e com a necessidade dos falantes, já que os usuários da língua atuam diretamente sobre a estrutura do léxico. Áreas de significação das palavras podem ser alteradas, itens lexicais podem cair em desuso, outros podem ser criados ou resgatados com outras conotações.

Cada indivíduo domina apenas uma parte do léxico global de uma língua, que é apreendido ao longo de toda a vida do falante. e o maior ou menor domínio desse léxico relaciona-se com as experiências vividas por esse falante e que são nomeadas por meio de lexemas e memorizadas por meio do léxico, que funciona como um sistema classificatório. O repertório lexical é estruturado na mente dos falantes de acordo com os hábitos da comunidade em que estejam inseridos, sendo classificado segundo:

- a) O conhecimento do mundo e da taxionomia que a sua língua e a sua cultura atribuem a essa mesma realidade;
- b) o seu esforço cognitivo pessoal de armazenar e catalogar os denotadores léxicos, segundo o modelo semântico da sua língua e, eventualmente, de potencialidades linguísticas de cunho universal, de que ele seria dotado desde o seu nascimento (BIDERMAN, 1979, p. 142)

A categorização do léxico, processo que varia entre as línguas, é um fenômeno tão dinâmico quanto o próprio léxico enquanto nível linguístico, já que as mudanças pelas quais ele passa podem motivar novas categorizações, desencadeando, assim, nova uma re-estruturação léxica. As categorias léxicas de uma língua não terão equivalentes perfeitos em outra língua, o que sustenta a hipótese Sapir-Whorf sobre o relativismo linguístico e justifica a impossibilidade e/ou dificuldade de traduções literais entre línguas distintas.

O sistema de categorias existentes em uma língua corresponde ao seu universo conceptual, enquanto a significação de uma unidade léxica decorre do contexto. Toda unidade lexical pertence a uma rede de significações: “o léxico engloba todo o universo da significação, o que inclui toda a nomenclatura e interpretação da realidade” (BIDERMAN, 1979, p. 155).

As questões relacionadas ao léxico das línguas vivas podem ser estudadas sob diferentes enfoques teóricos, dentre eles os fornecidos pela Geografia Linguística, pela Lexicologia, pela Semântica e pela Dialectologia. Em termos semânticos, a análise da estruturação do léxico por meio de redes de significação pode ser desenvolvida com base, dentre outras, na teoria dos campos semasiológico e onomasiológico (BALDINGER, 1966). Para esse autor, o campo onomasiológico engloba as designações de um significado, enquanto o semasiológico compreende os distintos significados atribuídos a um significante: “o confronto de um campo onomasiológico com os campos semasiológicos afins demonstra que eles se interpenetram e se complementam” (BIDERMAN, 1979, p. 157).

Foi dito anteriormente que as questões ligadas ao léxico de uma língua podem ser estudadas sob distintas perspectivas; destaca-se, também, que existe um padrão linguístico aplicável a cada grupo de falantes de uma língua, item que será abordado no próximo tópico.

1.2 Norma linguística e o fenômeno da variação

Os padrões linguísticos seguidos por uma comunidade de fala definem a norma, conceito que foi desenvolvido inicialmente por Coseriu (1979) e que teve sua gênese na dicotomia saussuriana *langue x parole*. O conceito de norma foi muito debatido na década de 50, sendo apresentado como um elemento diferenciado dessa dicotomia saussuriana.

Não se pode analisar a linguagem de um ponto de vista puramente estrutural, e também não se pode desconsiderar a abstração, que permite a comprovação de “verdades gerais e princípios constantes” (COSERIU, 1979, p. 16) do fenômeno linguístico. Os fenômenos concretos da linguagem devem ser analisados por meio da compreensão da abstração de formas ideais.

Os conceitos de língua e fala foram amplamente discutidos a partir da publicação póstuma do *Curso de linguística geral* (1916), de Ferdinand de Saussure, razão pela qual diferentes definições foram apresentadas por estudiosos da linguagem. Jespersen (1947), por exemplo, concebe a *língua* como “uma espécie de plural da fala”, “o conceito comum que se extrai das linguagens individuais” (apud

COSERIU, 1979, p. 19). Já a *fala* seria compreendida como a linguagem individual. Palmer (1924), por seu turno, define *fala* como “conjunto de atividades físicas e mentais implicadas no ato pelo qual uma pessoa comunica a outra um determinado conceito” (apud COSERIU, 1979, p. 20). Já Coseriu apresenta as seguintes reflexões sobre a relação entre língua e fala:

1) a língua existe como forma no próprio falar; 2) os ‘fatos de língua’ se comprovam e se distinguem concretamente só no falar; 3) são ‘fato de língua’ não só as palavras, mas também as funções e modelos sintáticos [...]; 4) a ‘linguagem individual’ tem caráter de ‘língua’; 5) o falar é uma atividade que se fundamenta num saber; 6) é possível e justificável dar o nome de ‘fala’ a um aspecto particular do falar; 7) a ‘fala’, como ‘falar’, é em certa medida ‘língua’, ou, se tal não for, nem é mesmo falar, não é atividade linguística propriamente dita, mas algo precedente a ela (COSERIU, 1979, p. 25).

Estudiosos de áreas distintas também enveredaram pelo caminho da discussão dos conceitos de língua e de fala, sendo “a identificação entre ‘social’ e ‘sistemático’ (estrutural, funcional)” (COSERIU, 1979, p. 27) o ponto comum nos conceitos apresentados.

As concepções de língua e de fala pós-saussurianas normalmente são marcadas por pontos divergentes, dada a complexidade do tema, e “nelas se estabelece uma série de oposições, quase nunca em termos totalmente idênticos” (COSERIU, 1979, p. 33). Diversos pontos de vista dão origem a diferentes concepções de língua e fala.

Há estudiosos que analisam a linguagem em relação ao indivíduo e à comunidade, considerando as seguintes oposições: aspecto individual/social, acervo linguístico individual/social, atos linguísticos individuais/uso linguístico da comunidade, atos individuais/instituição social, atos individuais/produto histórico coletivo. Outros destacam a “conformação” da linguagem, opondo, dentre outros, os aspectos ocasional/geral, unicidade/repetição, assistemático/sistemático. Para outro grupo de estudiosos, a oposição ocorre entre atividade linguística/produto linguístico e há os que seguem a vertente da oposição entre concreto e abstrato:

Outras discrepâncias se devem ao fato de que os graus de abstração que se tomam como base para definir a ‘língua’ não são idênticos, ou ao fato de que às vezes se define a língua em relação à fala e outras vezes a fala em relação à língua (COSERIU, 1979, p. 34).

Há indícios da necessidade do desenvolvimento do conceito de norma no *Curso* de Saussure. Diversos autores formularam teses sobre língua e fala tomando

por base o ponto de vista de Saussure, filtrado por seus discípulos e disseminados pelo *Curso*. Faz-se necessário, então, retomar a obra saussuriana para “encontrar a origem das dificuldades, contradições e incoerências assinaladas em tais enunciados” (COSERIU, 1979, p. 37).

As concepções saussurianas, pela própria condição da elaboração do *Curso*, não são de fácil interpretação. Para o mestre genebrino, a fala representa a atividade linguística concreta, não havendo nada de coletivo em suas manifestações. Já a língua, para Saussure, contaria com três perspectivas: acervo linguístico, instituição social e sistema funcional. É “o conjunto de hábitos linguísticos que permitem a uma pessoa compreender e fazer-se compreender” (SAUSSURE⁸, 1975, p. 92). É, também, uma instituição social, visto que se trata de algo exterior ao ser e que não se apresenta em sua plenitude (não está completa) em um indivíduo. Além disso, a língua, de natureza concreta, é, também, um “sistema de signos distintos correspondentes a idéias distintas” (SAUSSURE, 1975, p. 18), de natureza sistemática e funcional.

Três oposições correspondem aos conceitos abordados, que, para Coseriu (1979), não foram bem desenvolvidos na doutrina saussuriana, haja vista que as oposições em foco (realidade psicofísica/realidade psíquica, individual/social, concreto/abstrato) se estabelecem em planos distintos, que na obra de Saussure aparecem “entremisturados”⁹: “na medida em que a Linguística, após Saussure, adotou como axioma a dicotomia língua e fala, essas imprecisões acabam por se reproduzir de várias maneiras no trabalho de estudiosos de variadas orientações” (LUCCHESI, 2004, p. 51). Saussure concebe a *langue* como entidade geral, abstrata, extra-individual, e a *parole*, como momentânea e ocasional, concreta, individual. Assim sendo, a dicotomia saussuriana não engloba toda a realidade da linguagem.

A primeira insuficiência apontada por Coseriu (1979) diz respeito à oposição inicial entre individual e concreto, social e funcional. Isso porque os fenômenos concretos podem ser considerados “sociais”, bem como os fenômenos subjetivos podem ser considerados no plano dos atos verbais. Com efeito, a língua é considerada extra-individual; o produto linguístico também o é, equiparando-se à

⁸ A obra de Saussure foi originalmente publicada em 1916. Para este trabalho utilizamos a edição de 1975.

⁹ Conceito utilizado por Coseriu (1979, p. 39).

forma linguística. “Se o que é ‘social’ é ‘langue’, então o ‘produto linguístico’ não pode caber dentro da *parole*, e se, por sua vez, o ‘produto linguístico’ é ‘parole’, então esta não se identifica com o aspecto exclusivamente individual da linguagem” (COSERIU, 1979, p. 44).

O mesmo linguista evidencia, ainda, que a distinção saussuriana entre *langue* e *parole* fica a cargo da oposição individual/social, o que também demonstra a insuficiência da dicotomia, haja vista que “se *langue* é o formal, então não se pode excluir deste conceito o ‘ato verbal’, que é formalização da ação verbal concreta, e se, por sua vez, o ‘ato verbal’ é *parole*, então esta não é integralmente concreta, mas contém também elementos formais [abstratos]” (COSERIU, 1979, p. 44). Se para Saussure a *langue* é social e formal, simultaneamente, isso significa que há elementos que são somente sociais ou somente formais não pertencentes ao sistema. Dessa forma, “ou se despreza a oposição fundamental entre concreto e abstrato, ou há que abandonar a identificação entre social e formal” (COSERIU, 1979, p. 45).

O linguista romeno pondera, ainda, que há no fenômeno linguístico (independente do sujeito) elementos que não são ocasionais, mas sociais, normais, repetidos no falar de uma comunidade: “não pertencem ao sistema funcional das formas lingüísticas, ou seja, já sobre a base do chamado ‘produto lingüístico’ se pode estabelecer um sistema normal, distinto do sistema funcional que se estabelece no plano superior de abstração, o das ‘formas lingüísticas’” (COSERIU, 1979, p. 45-46).

A concepção saussuriana de indivíduo, segundo Coseriu, é também bastante rígida, pois o indivíduo é considerado um elemento apartado da sociedade, não pertencente à coletividade, pois nada haveria de coletivo na *parole*. Estando indivíduo e sociedade tão afastados entre si, como, então, explicar a interdependência entre *langue* e *parole*? Destaca-se, também, que tal concepção não sustenta a tese de que o sistema social se realiza na atividade individual, considerando o abismo estabelecido entre sociedade e indivíduo. “Há que comprovar, pois, o social no individual, nos atos lingüísticos do sujeito” (COSERIU, 1979, p. 46).

Coseriu (1979) aponta também uma analogia saussuriana: para evidenciar a distinção entre sistema e norma, o mestre genebrino recorre ao jogo de xadrez, em

que as regras e as peças equivaleriam à gramática. Entre o “código” do jogo e a realização dos movimentos, notam-se

certos movimentos, certos aspectos constantes, que não modificam as regras, o ‘sistema’, mas que, entretanto, caracterizam a maneira de jogar dum indivíduo ou dum grupo de indivíduos mais ou menos amplo, constituem traços normais da realização do ‘código’ pelo indivíduo ou pelos indivíduos considerados (COSERIU, 1979, p. 49).

Em síntese, Coseriu explicita que há premissas no *Curso* que permitem o posterior desenvolvimento do conceito de norma (abstração intermediária), distinto do conceito de sistema.

A investigação empírica de fatos linguísticos impulsionaram a constituição dos conceitos de norma e de sistema. Coseriu destaca que as inovações poéticas, por exemplo, não são vistas como anormais ou aberrações do sistema, “não chocam o ‘sentido linguístico’ dos leitores homoglotas” (COSERIU, 1979, p. 50). Isso porque tais inovações são modificações momentâneas na norma que são permitidas pelo sistema. Percebeu-se que as realizações fonéticas de uma língua podem ser alteradas, caracterizando o falar de uma geração, ou de uma comunidade profissional, por exemplo, sem que o sistema funcional seja alterado. Essas realizações não são individuais e ocasionais, mas constantes na expressão de comunidades de fala. Coseriu (1979, p. 55) apresenta conceitos formulados por diferentes estudiosos sobre diferentes realizações fonéticas, relacionando-as às realizações normais de uma língua, levantando o seguinte questionamento: “onde colocar na linguagem esses elementos normais entretanto, ‘não-pertinentes’ do ponto de vista funcional, dado que não se podem classificar no sistema?” e responde que devem ser inseridos na norma, abstração anterior ao sistema.

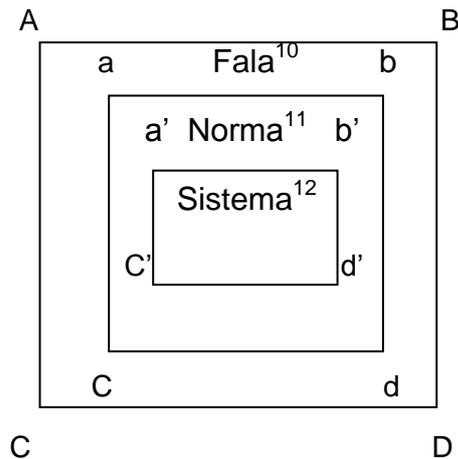
O mesmo estudioso da linguagem explicita que a oportunidade da tripartição (sistema, norma e fala) fica clara nos campos fônico, morfológico, sintático e léxico. Para ilustrar a questão no campo fônico, Coseriu (1979, p. 56) pondera que “no espanhol não existe oposição distintiva entre vogais longas e breves (sistema); entretanto as vogais finais se realizam normalmente como longas (norma)”. Já no campo do léxico, com função representativa e associativa, encontram-se as maiores dificuldades na distinção entre norma e sistema, já que as oposições estabelecidas nesse campo são complexas e variadas.

Em relação à norma no nível lexical, entende-se que dentre as variantes possíveis no sistema, “uma costuma ser a normal, enquanto que as demais, ou são anormais, ou tem um determinado valor estilístico” (COSERIU, 1979, p. 67). A norma não apresenta todas as realizações admitidas pelo sistema, mas apresenta oposições que caracterizam um idioma. Faz-se necessário, em todos os campos mencionados, distinguir norma (realização normal), grau inferior de abstração que caracteriza as línguas e é seguida por membros de uma comunidade linguística, o “como se diz”, de sistema (funcional), para que se tenha melhor compreensão sobre os fenômenos linguísticos. Coseriu argumenta que seu conceito de norma refere-se ao “como se diz”, mas “não consegue levar às últimas consequências tal distinção, ao afirmar ele próprio que a norma ‘se impõe ao falante’” (LUCCHESI, 2002, p. 66).

Os conceitos de norma e sistema, sob a óptica de Coseriu, são elaborados sobre a base do falar concreto, por ser esse aspecto a única realidade da linguagem passível de investigação, devendo ser consideradas as relações entre atos linguísticos e seus modelos. Além disso, tais conceitos são formas que se manifestam no próprio falar. Os atos linguísticos são, simultaneamente, criação inédita e re-criação, estruturando-se sobre modelos pré-existentes. O falante se expressa de maneira inédita utilizando moldes precedentes, estruturas da língua de uma comunidade de fala:

Num primeiro grau de formalização, essas estruturas são simplesmente normais e tradicionais na comunidade, constituem o que chamamos norma; mas, num plano de abstração mais alto, depreende-se delas mesmas uma série de elementos essenciais e indispensáveis de oposições funcionais: o que chamamos sistema (COSERIU, 1979, p. 72).

Ao relacionar os atos linguísticos concretos aos modelos existentes em um falar anterior, constituído em sistema de isoglossas, chega-se aos conceitos de norma e fala, “abstrações que são elaboradas sobre a base da atividade linguística concreta, em relação com os modelos que utiliza” (COSERIU, 1979, p. 72). Essa concepção é esquematizada pelo linguista romeno da seguinte forma:



Fonte: COSERIU, 1979, p. 72)

Segundo Coseriu (1979, p. 74), o sistema é um conjunto de oposições funcionais, que admite as mais variadas combinações e realizações, desde que não afetem “as condições funcionais do instrumento lingüístico”. Já a norma é a realização coletiva do sistema, abrangendo os elementos normais no falar de determinada comunidade. É coercitiva, já que limita a liberdade de expressão dos membros de uma comunidade: “A norma é, com efeito, um sistema de realizações obrigadas, de imposições sociais e culturais, e varia segundo a comunidade” (COSERIU, 1979, p. 74). A norma coseriana “é a realização do sistema em suas múltiplas possibilidades e varia de acordo com cada comunidade lingüística” (ZANATTA, 2010, p. 26) e relaciona-se à polarização dos padrões de comportamento lingüístico, pois ela não apenas identifica grupos dentro de uma comunidade de fala, mas também aponta para a posição do indivíduo em uma camada social. Lucchesi (2002, p. 64) assevera que o termo *norma* comporta conceitos distintos, relacionados às ideias de *normal* e *normativo*: “por *normal* se entende o que é habitual, costumeiro, tradicional dentro de uma comunidade, já o adjetivo *normativo* remete a um sistema ideal de valores que, não raro, é imposto dentro de uma comunidade”. Pode-se afirmar, então, que o conceito de norma a que Coseriu se referiu está ligado à ideia existente no adjetivo *normal*, já que a norma coseriana liga-se aos hábitos lingüísticos de um grupo.

¹⁰ Atos lingüísticos concretos.

¹¹ Primeiro grau de abstração. Contém repetição de modelos anteriores no falar concreto. Variável segundo limites e a índole da comunidade considerada.

¹² Conjunto de itens ‘funcionalmente pertinentes’ (COSERIU, 1979, p. 73).

A norma existe em diferentes níveis linguísticos, dentre eles no nível lexical, se manifesta de formas distintas, de acordo com a motivação. Nesse sentido, contribui para o enriquecimento do léxico o fenômeno da variação: “Estando todas as línguas vivas sujeitas a fatores de mudança, a variação que deles decorre faz parte integrante da linguagem humana [...]. Por sua vez, a variação [...] produz a longo termo mudança na língua” (FERREIRA et al, 1996, p. 479). Impulsionada por fatores extralinguísticos, a variação pressupõe mudança, mas nem toda mudança implica variação, pois a aceitação coletiva é primordial para que ela se estabeleça.

O fenômeno da variação é inerente às línguas vivas e ocorre de acordo com o uso que se faz da língua, configurando diferentes formas de expressão. Tal fenômeno é passível de ser estudado sob diferentes perspectivas: diacrônica, diatópica, diastrática, diafásica, podendo ocorrer em níveis distintos: fonético, morfológico, sintático, semântico, lexical. Consequentemente, é estudado por diversas áreas de estudo, dentre elas a Dialectologia e a Sociolinguística.

Quando a variação é motivada por fatores sociais ocorre variação diastrática, condicionada por variáveis sociais e estudada pela Sociolinguística. Já quando relacionada às diferentes situações sociais/registros linguísticos, ocorre a variação diafásica. Quando o fator geográfico é o impulsionador, tem-se a variação diatópica ou dialetal, a que se dedica a Dialectologia, que

É a disciplina que procura descobrir e descrever [as características próprias de cada região], tentando identificar áreas mais ou menos coesas, assim como determinar os fatores que levaram, à sua formação (FERREIRA et al, 1996, p. 480).

Assim, um dialeto pressupõe um sistema divergente de uma língua comum, limitado geograficamente, mas com fraca diferenciação, se comparado a outros de mesma origem, e se define como “qualquer variedade linguística de natureza geográfica ou sociocultural – que constitui um sistema unitário, singular” (ALVAR, apud BRANDÃO, 1991, p. 79). O dialeto pode ser socialmente limitado – comum a um grupo de falantes de certa classe social – ou geograficamente delimitado – comum a uma comunidade de determinada localização espacial. Entre dialeto e língua não há diferenças de valor linguístico:

Existem, sim, diferenças de estatuto: o dialeto é sempre uma variedade de um determinado sistema linguístico reconhecido oficialmente como língua. Geralmente considera-se dialeto de uma língua a variedade linguística que caracteriza uma determinada zona.

Os dialetos tem pois um antecedente linguístico e um sistema comuns (FERREIRA et al, 1996, p. 482-483).

Os dialetos, variedades que definem uma zona geográfica, caracterizam-se pelo maior grau de distanciamento em relação à língua padrão. Já quando uma variedade ocupa somente uma localidade, apresentando menor grau de afastamento em relação à língua padrão, é chamada **falar** ou loqueteo (FERREIRA et al, 1996, p. 483).

Definir a delimitação entre dialetos não é tarefa fácil, haja vista que a diferenciação entre eles ocorre de maneira progressiva – há uma zona de transição que conta com características de dialetos vizinhos, chamada contínuo dialetal. Por essa razão, neste estudo, foram selecionadas localidades que compõem a área dialetal do *falar amazônico* e também aquelas circunvizinhas à área estudada – área de controle –, para buscar identificar um possível contínuo dialetal do *falar amazônico*.

As influências do ambiente¹³ atuam sobre o indivíduo, em conjunto com as forças sociais. A soma de processos de influência ambiental sobre forças sociais tradicionais evidenciam a problemática do desenvolvimento da cultura de um povo. Vale destacar que os fatores ambientais agregam tanto aspectos físicos que circundam uma comunidade de fala (relevo, clima, vegetação), como aspectos sociais, que são “as várias forças da sociedade que modelam a vida e o pensamento de cada indivíduo [...]: a religião, os padrões éticos, a forma de organização política e a arte” (SAPIR, 1969, p. 44).

Nessa perspectiva, entende-se que a língua reflete o ambiente físico que, por sua vez, já sofreu interferências de forças sociais, pois a influência da parte social molda a ambiental. É possível inferir características ambientais e também culturais analisando-se o léxico de uma língua, que é o nível linguístico que mais evidencia o ambiente físico e social dos falantes: “o léxico completo de uma língua pode se considerar, na verdade, como o complexo inventário de todas as ideias, interesses e ocupações que açambarcam a atenção da comunidade” (SAPIR, 1969, p. 45). Entende-se que o léxico não reflete o ambiente como um todo, mas somente aspectos que despertaram interesse da comunidade – o interesse social determina a

¹³ Para Sapir (1969, p. 44), o ambiente refere-se “a influências, principalmente de natureza física, que escapam à vontade do homem”.

natureza do léxico: “quanto mais necessário for para uma cultura fazer distinções dentro de uma dada série de fenômenos, tanto menos provável será a existência de um termo genérico para a série toda” (SAPIR, 1969, p. 47).

A relação entre o léxico, interesses dos falantes e o ambiente físico é ilustrada por Sapir por meio do termo *ervas*, que é utilizado genericamente pela maioria das populações, em referência a plantas medicinais. Todavia, para os indígenas ou para especialistas da área de Botânica, existe um amplo conjunto de vocábulos para diferenciar os vegetais, ou mesmo para especificar o estado em que se encontra a planta, enquanto para a maioria da população uma infinidade de vegetais em diferentes estados são rotulados somente como *ervas*. Isso ocorre em virtude da importância das plantas medicinais para a cultura indígena e para os especialistas. Trata-se, pois, de um exemplo da forma como o léxico representa o ambiente físico de acordo com as necessidades da comunidade.

Os ambientes físico e social são refletidos na língua, não havendo limites para a variabilidade lexical “na medida em que [os materiais léxicos] dão expressão a conceitos provenientes do mundo físico” (SAPIR, 1969, p. 51). A cultura pode atingir diferentes graus de complexidade, fato que impacta diretamente no léxico de uma língua: quanto mais complexa uma cultura, mais rico e ramificado o léxico de uma comunidade.

Nesse sentido, entende-se que léxico e cultura estão intrinsecamente ligados, já que “o léxico [...] destina-se em qualquer época a funcionar como um conjunto de símbolos, referentes ao quadro cultural do grupo [...] há uma correlação constante entre a complexidade lingüística e a cultural” (SAPIR, 1969, p. 51). Os sistemas fonéticos, por sua vez, não se correlacionam com os ambientes físico e social, nem do ponto de vista acústico, tampouco na distribuição de elementos fonéticos. Isso porque o sistema fonético é mecânico, independente de fatores ambientais. Essa ausência de correlação também ocorre entre o ambiente físico-social e aspectos morfológicos de uma língua. À exceção do nível lexical, não há elementos na língua que se relacionam diretamente com o ambiente, segundo Sapir (1969).

Os conceitos de língua e de cultura desenvolvem-se com base em uma psicologia coletiva, condicionada pelo ambiente físico. Essa relação é tão estreita que se pode dizer que a cultura se reflete na língua, sendo as palavras da língua os símbolos de elementos culturais, e os processos gramaticais “simbolizariam tipos

correspondentes de pensamento e atividade de significação cultural” (SAPIR, 1969, p. 60).

A língua e a cultura sofrem mudanças à medida que a psicologia coletiva e o ambiente físico também se modificam, porém em ritmos distintos, já que os elementos culturais prestam-se às necessidades mais imediatas da sociedade, ocasionando mudanças rápidas, e os elementos linguísticos têm uma tendência conservadora, com assimilação lenta de mudanças. Assim sendo, Sapir (1969) evidencia a tese de que a velocidade das mudanças ocorridas na língua e na cultura são tão distintas que uma não acompanha o ritmo das mudanças da outra, apesar de se relacionarem entre si: “uma complexidade rapidamente crescente da cultura exige mudanças correspondentes, embora não tão rápidas, na forma e conteúdo lingüístico” (SAPIR, 1969, p. 61).

Em um território falam-se distintas variedades, especialmente em um país de grandes dimensões territoriais como é o caso do Brasil, e uma dentre elas é eleita a variedade padrão. No Brasil, por exemplo, a variedade falada no eixo linguístico Rio-São Paulo tende a ser considerada por muitos estudiosos a variedade padrão: “no português do Brasil foram as variedades faladas no Rio de Janeiro e São Paulo que se impuseram” (FERREIRA et al, 1996, p. 484). Segundo essa vertente, a norma lexical que não se encaixar na considerada variedade padrão constitui a norma lexical regional, seguida por falantes de determinada área geográfica distinta daquela onde a norma é considerada padrão.

Câmara Jr, no *Dicionário de Linguística e Gramática* (1977), define regionalismo como “traços lingüísticos privativos de cada uma das regiões em que se fala uma dada língua”. O autor também aborda o conceito de brasileirismo, que seria a variedade da língua portuguesa usada no Brasil, em oposição à variedade lusitana, diferentemente do conceito de regionalismo, consiste nas variantes internas da língua portuguesa do Brasil.

O conceito de regionalismo, que envolve o nível lexical e que comumente recebe influência extralingüística condicionada geograficamente, também fora abordado por Isquierdo (2003, p. 166):

Tratar da questão dos regionalismos implica levar em consideração a questão da norma lingüística no nível lexical, o que no remete à questão da variação. Assim, as marcas dialetais no âmbito do vocabulário de um grupo sócio-lingüístico-cultural relacionam-se diretamente à variação espacial (regionalismo) e à variação temporal (arcaísmos).

Fica evidente que o regionalismo é resultado do fenômeno da variação, ligado diretamente ao fator espacial. Em se tratando da problemática dos regionalismos na língua portuguesa do Brasil, Oliveira (1998, apud JUSTINIANO, 2006, p. 36) assevera:

O português brasileiro, variante linguística do português europeu, [...] não se apresenta homogêneo. Podemos verificar, mormente no âmbito do léxico, “marcas” regionais por vezes bastante afastadas entre si devido, principalmente, às grandes extensões geográficas de nosso território, ao isolamento em que se encontram algumas de nossas regiões.

Vê-se que o amplo espaço geográfico que compreende o território brasileiro contribui para a heterogeneidade da língua portuguesa nesse território, e para o desenvolvimento dos regionalismos. Biderman (1979), a partir da adaptação do conceito de Boulanger (1985), assim define regionalismo:

Qualquer fato lingüístico (palavra, expressão, ou seu sentido) próprio de uma ou de outra variedade regional do Português do Brasil, com exceção da variedade usada no eixo lingüístico Rio/São Paulo, que se considera como o *português brasileiro padrão*, isto é, a variedade de referência, e com exclusão também das variedades usadas em outros territórios lusófonos (BIDERMAN, 2001, apud ISQUERDO, 2003, p. 168).

Nota-se que essa definição também imputa destaque da variedade do eixo lingüístico Rio/São Paulo em detrimento das demais variedades faladas em território brasileiro. Essa posição não foi adotada nesta pesquisa, pois se considera a coexistência de distintas variedades em um país com dimensões continentais como o Brasil, sem que uma seja considerada mais importante que outras (padrão), mas o que existe são várias normas lexicais regionais no País, e também distintos dialetos, item que será abordado no tópico a seguir.

1.3 Dialetologia e Geolinguística: fundamentos

Embora os dialetos tenham passado a ser alvo da atenção dos linguistas a partir do século XVIII, é no século XIX que os caminhos da Dialetologia passam a ser traçados, “com o que se concebe, como seu método específico, a geografia

linguística ou geolinguística” (CARDOSO, 2010, p. 35). Essa fase inicial¹⁴ de desenvolvimento propicia duas importantes contribuições: pela documentação de diferenças dialetais de uma língua tomando-se por base a recolha sistemática de dados e “pelos seus objetivos gerais e pela sua abrangência, que finda por incluir dados sobre o português brasileiro e se torna o marco inicial dos estudos de natureza dialetológica no Brasil” (CARDOSO, 2010, p. 36), destacando-se a aplicação do primeiro grande inquérito do gênero, feito por correspondência em 1807, e também a realização do *Atlas ethnographique du globe* (BALBI, 1826). Nessa obra, o visconde de Pedra Branca publica um estudo comparativo entre o português do Brasil e de Portugal, sob o ponto de vista lexical.

Posicionando-se sobre essa obra, Pop (1950) assevera que “apesar dos defeitos, este trabalho teve uma significativa influência sobre as pesquisas dialetológicas do começo do século XIX; os erros de uma obra permitem, muitas vezes, descobrir o bom caminho” (POP, 1950 *apud* CARDOSO, 2010, p. 39).

Os estudos de cunho dialetal, propriamente ditos, têm início no século XIX, quando a escassa rede de estradas e comunicação resguardavam a individualidade de cada região. O florescimento da Dialetologia é marcado pela recolha de dados, sem o controle sistemático de variáveis sociais, permitindo a documentação de dados intercomparáveis de realidades linguísticas de regiões distintas, e a recolha sistemática, por Gilliéron e Edmont, de dados para compor o *Atlas Linguistique de la France*, obra cujo autor consolidou o método de recolha de dados para estudos de cunho dialetal: “[...] teve o mérito de marcar o início da aplicação do método da Geografia Linguística com rigor científico” (CARDOSO, 2010, p. 44).

Os dialetólogos tradicionais buscavam, para seus estudos, informantes “mais idosos, não-alfabetizados, que possuíssem, por assim dizer, uma linguagem mais pura, sem interferências internas e/ou externas” (CALLOU, 2010, p. 31). Mapas com a cartografia dos dados coletados apresentando a variação interna passaram a ser utilizados quando se passou a empregar o método da Geografia linguística.

A variação espacial sempre foi considerada a preocupação central da Dialetologia. Com o avanço dos estudos sobre a língua, visando a atender às necessidades dos estudiosos da área, a Geografia Linguística passa, no final do século XIX, a ser “método por excelência da Dialetologia e vai se incumbir de

¹⁴ Fase marcada pela publicação do *Atlas Ethnographique Du Globe* (1826) e do *Atlas Linguistique de L'Europe* (1841)

recolher de forma sistemática o testemunho das diferentes realidades dialetais refletidas nos espaços considerados” (CARDOSO, 2010, p. 46). Vale destacar que:

Muito antes de a Sociolinguística ter se fixado como um novo ramo da ciência e da linguagem, [...] a dialetologia já interpretava os fatos linguísticos segundo diferenças sociais, profissionais, de nível de escolaridade, etárias, de sexo, etc. A dialetologia, portanto, já há muito tempo usa de recursos interpretativos que passaram a ser posteriormente definidos como da Sociolinguística (FERREIRA; CARDOSO, 1994, p. 18)

Os atlas linguísticos tradicionais, obras que retratam a realidade linguística de determinado espaço geográfico, seguindo uma metodologia e considerando critérios específicos, preocupavam-se com apenas uma dimensão do estudo da língua: a geográfica (horizontal). Posteriormente¹⁵, foi abordada a dimensão vertical – dimensão social, permitindo o estudo de outros aspectos

da variação linguística: diasssexual, diastrático, diageracional. Fatores linguísticos e extralinguísticos passam a ser considerados elementos que influenciam a dinâmica da língua nos estudos mais modernos, e não apenas a dimensão espacial:

A Dialetologia que centralizava seu interesse no estudo da variação diatópica e que tradicionalmente se ocupava da interpretação de fatos linguísticos em áreas predominantemente rurais, tem se beneficiado dos avanços da Linguística Moderna e também das contribuições da ciência sociais, razão por que na contemporaneidade entende-se que a dimensão social da língua é tão importante quanto a espacial (ISQUERDO, 2005, p.335).

Atualmente, os atlas linguísticos seguem a vertente proposta por Thun no final do século XX, esclarecendo que os dialetólogos do século anterior tinham a falsa ideia, em decorrência do afastamento da burguesia do mundo rural, de uniformidade da vida e cultura do homem do campo, como se a cultura e os costumes do camponês fossem estáticos, não passíveis de mudanças. Consequentemente, os primeiros atlas linguísticos foram desenvolvidos sob a ótica de uma única dimensão: a diatópica.

Contrariamente, a Dialetologia Pluridimensional proposta por Thun (2005), beneficiando-se de fundamentos construídos pela Sociolinguística, combina o estudo da superfície bidimensional e o eixo social, ligados à variação linguística, e

¹⁵ No final do século XX.

focaliza diferentes interrelações no espaço, preenchendo, dessa forma, a lacuna deixada pelos estudos tradicionais. Segundo o estudioso,

Será, pois, uma das tarefas mais importantes dessa geolinguística, a “dupla arealização” que vai da superfície ao eixo social ou, no movimento inverso, do eixo social à superfície. Enche-se, desta maneira, o interespaço deixado vazio pelos estudos sociolingüísticos quando comparam, por exemplo, duas ou mais cidades. Este programa, realmente, não é outra coisa que a sistematização do conceito tradicional que tem a geolinguística da irradiação [...] a geolinguística pluridimensional é, também, relacional. Analisa relações de todos os tipos, não só as que unem os pontos da mesma superfície ou os que ligam os grupos de um mesmo eixo, mas estuda também os vínculos entre os pontos de uma superfície e os pontos análogos de uma outra superfície e as relações entre pontos diagonais (THUN, 2005, p. 68).

Dentre os objetivos da Dialetoлогия está o relacionamento entre os usos que se faz de uma língua em diferentes espaços geográficos, por isso foi considerada, inicialmente, a ciência “da delimitação dos espaços, do reconhecimento de áreas dialetais, contribuindo para uma visão de dialeto que extirpe preconceitos e seja desprovida de estigmatização” (CARDOSO, 2010, p. 45). Como já assinalado no tópico anterior, os estudos dialetológicos iniciais preocupam-se com o falar do homem analfabeto, rural e sedentário.

Todavia, com o interesse crescente pelo estudo da linguagem urbana (década de 60), a Dialetoлогия e a Sociolinguística passaram a ser abordados em conjunto nos estudos dialetais: “os métodos da Dialetoлогия tradicional rural sofrem uma adaptação, a fim de possibilitar o levantamento da linguagem de grandes centros urbanos, mais diversificados, vindo [...] a Dialetoлогия urbana a confundir-se com a Sociolinguística” (CALLOU, 2010, p. 34).

Os aspectos sociais sempre estiveram presentes em estudos de natureza dialetal, mas somente com o desenvolvimento da Sociolinguística quantitativa laboviana (1968) passaram a ser correlacionados. Concebe-se, portanto, que a Sociolinguística nasceu dentro da Dialetoлогия: “são assim Dialetoлогия e Sociolinguística duas perspectivas de observação e análise da língua que não se opõem, mas sim se encontram e se complementam” (CALLOU, 2010, p. 35). Os estudos dialetológicos, então, evoluíram com o passar do tempo. Para melhor compreender essa evolução no Brasil, evidenciaremos as fases dos estudos dialetais em território nacional.

A primeira e a segunda fases dos estudos dialetais no Brasil foram estabelecidas por Nascentes (na obra *O linguajar carioca*; 1958); já a terceira foi proposta por Ferreira e Cardoso (1994) e a quarta por Mota e Cardoso (2006).

A primeira fase no Brasil inicia-se com a publicação de um estudo de natureza dialetal, de autoria de Visconde de Pedra Branca, de natureza dialetal sobre o português do Brasil (1826), para compor o *Atlas Ethnographique Du Globe*, e se estende até o ano de 1920, quando ocorre a publicação de *O dialeto caipira*, de Amadeu Amaral. Essa fase é marcada pela produção de trabalhos voltados “para o estudo do léxico e de suas especificidades no português do Brasil. [...] Obras de caráter lexicográfico, constituído, basicamente, de glossários ou dicionários” (CARDOSO, 1999, s/p).

A segunda fase, por seu turno, tem início com a publicação da obra *Dialeto Caipira*, de Amadeu Amaral (1920), e se estende até o ano de 1952, período em que as pesquisas dialetais se voltam não apenas para o léxico, mas também para aspectos da fonética, da morfologia, da sintaxe e da semântica. Amadeu Amaral pesquisou o uso da língua portuguesa em localidades do interior do Estado de São Paulo, analisando questões de pronúncia, de gramática e de vocabulário. Nessa mesma década, Antenor Nascentes publica *O linguajar carioca* (1922), que também trata de questões relacionadas à fonética, à morfologia, à sintaxe e ao léxico, além de propor uma divisão do País em áreas dialetais.

Já a terceira fase tem início em 1952, com a definição pelo Governo brasileiro das finalidades da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa (Decreto nº 30.643, de 20 de março de 1952), responsável pela elaboração de um atlas linguístico do Brasil, e se estende até o final do século XX, quando da constituição do Comitê Nacional de Coordenação do Projeto do Atlas Linguístico do Brasil (1996). Durante essa fase, foram produzidos trabalhos que se apoiavam na metodologia da Geografia Linguística e se consolida a mentalidade dialetológica apregoada por Serafim da Silva Neto em sua obra *Guia para estudos dialetológicos no Brasil* (1957). Também nessa fase foram publicados os dois volumes das *Bases para a elaboração do atlas linguístico do Brasil* (NASCENTES, 1958; 1961), que apresenta orientações para a pesquisa dialetal em âmbito nacional no Brasil.

A criação de um Comitê Nacional de coordenação do Projeto ALiB, durante o *Seminário Nacional Caminhos e perspectivas para a Geolinguística no Brasil*, em Salvador, marca, pois, o início da quarta fase dos estudos dialetais no Brasil, no final

do século XX (MOTA, CARDOSO, 2006), iniciativa essa que impulsionou o desenvolvimento de pesquisas na área da Geolinguística no Brasil:

Analisando-se o crescimento da atividade nessa área, verifica-se, na maioria dos casos, uma ligação estreita com o Projeto ALiB, quer em função do caráter interinstitucional desse Projeto, quer pela ação deliberada dos membros do Comitê Nacional que o coordena, no sentido de ampliar o interesse pela Geolinguística e agregar um maior número de pesquisadores [...] (MOTA; CARDOSO, 2006, p. 20)

A quarta fase dos estudos dialetais no Brasil está sendo marcada também pela diversificação do campo de estudo – além de se analisar dados de natureza fonético-fonológica e léxico-semântica, foram incluídos os de natureza morfossintática, pragmático-discursiva, metalinguística, dentre outros.

A necessidade de elaboração de um atlas linguístico nacional foi anunciada desde meados do século XX, por meio do já mencionado Decreto nº 30.643 (1952), que atribuía à Casa de Rui Barbosa a responsabilidade pela elaboração de um atlas linguístico nacional. Considerando não somente a extensão territorial do país, como também o contexto social da época, não favorável à realização de pesquisas *in loco* dessa natureza – condições de transporte e comunicação, por exemplo –, Serafim da Silva Neto (1957) propôs a elaboração de atlas regionais/estaduais que, posteriormente, poderiam ser compilados a fim de compor o atlas linguístico nacional.

Os resultados dos primeiros estudos estaduais/regionais¹⁶ de natureza dialetal possibilitavam a identificação de áreas dialetais nas regiões investigadas. Considerando, então, a existência de áreas geograficamente delimitadas com características peculiares, que as distinguem das demais, surgiram propostas de divisão do Brasil em áreas dialetais, assunto que será discutido no próximo tópico.

1.4 Propostas de divisão do Brasil em áreas dialetais

¹⁶ Para ilustrar os trabalhos que foram publicados a partir de então, pode-se citar os seguintes: o Atlas Prévio dos Falares Baianos (1963), o Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais (1977), o Atlas Linguístico da Paraíba (1984), o Atlas Linguístico de Sergipe (1987), o Atlas Linguístico do Paraná (1990), o Atlas Linguístico-Etnográfico da região Sul do Brasil (2002), o Atlas Linguístico Sonoro do Pará (2004), o Atlas Linguístico de Sergipe II (2005) e o Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul (2007).

A delimitação de áreas dialetais em espaços geográficos é uma meta das pesquisas dialetológicas desde os primeiros trabalhos na área. No final do século XIX foram divulgadas as primeiras propostas de divisão do Brasil em áreas dialetais, sendo Júlio Ribeiro, em 1891, o autor da primeira proposta de divisão, baseada em critérios exclusivamente geográficos. A ideia seria dividir o país em quatro áreas: **Norte** (AM, PA, MA, PI, CE, RN, PB e PE); **Leste** (AL, SE, BA, ES, RJ e SP); **Centro** (MG, GO e MT) e **Sul** (PR, SC e RS) (NASCENTES, 1953, p. 20).

Para Nascentes (1953¹⁷), a tentativa de divisão sugerida por Julio Ribeiro apresenta falhas, pois agrupa as regiões Norte e Nordeste, que são distintas entre si; reúne Espírito Santo e Rio de Janeiro em um mesmo grupo; trata os Estados de São Paulo e de Alagoas como pertencentes à mesma área dialetal; separa Alagoas dos demais Estados do Nordeste, além de acrescentar Minas Gerais ao grupo de Goiás e de Mato Grosso e excluir São Paulo do grupo do Sul (NASCENTES, 1953, p. 20-21).

Posteriormente, combinando critérios geográficos e históricos, Rodolfo Garcia propõe as seguintes regiões dialetais: **Norte** (AM, PA e MA); **Norte-oriental** (PI, CE, RN, PB, PE e AL); **Central-marítima** (SE, BA, ES e RJ); **Meridional** (SP, PR, SC e RS) e **Altiplana-central** (MG, GO e MT). Nascentes (1953) conclui que, embora essa divisão seja mais aceitável do que a anterior, ainda apresenta falhas, pois o Maranhão foi inserido no grupo do Norte (quando na verdade é um Estado com características intermediárias entre Norte e Nordeste); agrupa Rio de Janeiro e Espírito Santo com Sergipe e Bahia e, assim como a proposta anterior de divisão, considera Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso como pertencentes ao mesmo grupo (NASCENTES, 1953, p. 22-23).

Em 1922, na obra intitulada *O linguajar carioca*, Nascentes apresenta uma nova proposta de divisão dialetal do Brasil, que é resultado da reformulação da proposta de Rodolfo Garcia. O Brasil, para Nascentes, seria dividido em quatro áreas: **Nortista** (AM, PA e litoral dos Estados compreendidos entre o MA até a BA); **Fluminense** (ES, RJ, sul de MG e DF); **Sertaneja** (MT, GO, norte de MG e sertão dos Estados litorâneos compreendidos entre o MA até a BA); **Sulista** (SP, PR, SC, RS e Triângulo Mineiro).

¹⁷ Nesta pesquisa, foi consultada a obra *O linguajar carioca* (NASCENTES) publicada em 1953, apesar de a primeira obra de mesmo título ter sido publicada em 1922.

Com base nas críticas recebidas de Lindolfo Gomes, a proposta de divisão dialetal de Nascentes passa pelas seguintes modificações: são acrescentadas as zonas Norte para AM e PA, e Nordeste, abrangendo o litoral do Maranhão até o norte do Espírito Santo. Além disso, o sul de Minas Gerais passou a compor a área dialetal sulista.

Na década de 50 do século XX, após ter percorrido todo o Brasil, Nascentes propõe uma nova divisão dialetal, considerada por ele mesmo uma divisão mais próxima da realidade, “dependente de confirmações futuras” (NASCENTES, 1953, p. 132). Publicada em *O linguajar carioca* (1953), a proposta de Nascentes considera que no Brasil há dois grandes grupos de falares: o do Norte e o do Sul, cuja delimitação se estende

da foz do rio Mucuri, entre Espírito Santo e Baía, até a cidade de Mato Grosso, no Estado do mesmo nome, passando cerca de Teófilo Otoni, Minas Novas, Bocaiuva, Pirapora, serra da Mata da Corda, Carmo do Paranaíba, rio Paranaíba, rio São Marcos, Arrendidos, Santa Luzia, Pirenópolis, rio das Almas, Pilar, foz do rio dos Araés, Cuiabá e Mato Grosso (NASCENTES, 1953, p. 25-26).

Nascentes (1953, p. 25) esclarece que a divisão do País em duas grandes regiões é nítida, pois, além da cadência diferenciada entre as regiões, as vogais protônicas abertas antes do acento ocorrem na região norte, enquanto no sul se realizam como fechadas.

O falar do Norte inclui os subfalares amazônico (AC, AM, PA e a parte de Goiás que vai da foz do Aquiqui à serra do Estrondo) e nordestino (MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL e a parte de Goiás que vai da serra do Estrondo até a nascente do rio Parnaíba). Já o falar do Sul é composto por quatro subfalares: baiano (SE, BA, MG (norte, nordeste e noroeste)), GO (parte que vem da nascente do Paranaíba, seguindo pelas serras dos Javaés, dos Xavantes, do Fanha e do Pilar até a cidade de Pilar, rio das Almas, Pirenópolis, Santa Luzia e Arrendidos); fluminense (ES, RJ, DF, MG (mata e parte leste)); mineiro (centro, oeste e parte do leste de MG) e sulista (SP, PR, SC, RS, MG (Sul e triângulo), GO (sul) e MT). Pelo exposto na obra de Nascentes, o território incaracterístico não estaria inserido em nenhum dos dois grupos, pois naquela época era uma região geográfica com mata densa, praticamente despovoada pelo homem branco. O mapa, a seguir, ilustra a proposta de divisão do Brasil em áreas dialetais.



Fonte: <http://www.ici.ufba.br/twiki/bin/view/Alib/DivisaoDialetoal>. Acesso em 03 abr 2011.

Figura 2 – Divisão do Brasil em áreas dialetais (NASCENTES, 1953).

As áreas dialetais são áreas normalmente demarcadas em atlas linguísticos, que reúnem, em um conjunto de mapas de um mesmo território, a distribuição espacial de fenômenos linguísticos e as variações geográficas. “Não se trata pois de uma mera, embora imensa, coleção de dados linguísticos, mas de informação sobre as zonas de uso, as áreas de difusão, vias de penetração e fases evolutivas desses mesmos dados” (FERREIRA et al, 1996, p. 484).

Essas áreas podem ser delimitadas por meio de isoglossas, que são linhas virtuais que estabelecem os limites geográficos de determinado fenômeno. “Um maior número de isoglossas a delimitar uma área determina a sua maior

individualidade lingüística” (FERREIRA et al, 1996, p. 484), daí a importância de tais registros para a história de uma língua e para a Dialetologia.

O capítulo subsequente apresenta um breve panorama histórico da região amazônica com vistas a subsidiar a análise dos dados apresentada no Capítulo IV.

CAPÍTULO II: Contextualização sócio-histórica da região Norte do Brasil

A grande expressividade territorial da Amazônia [...] contrasta evidentemente com um verdadeiro vazio demográfico, uma região subpovoada onde a vida das populações, bem como os processos de conquista e colonização, estiveram sempre intimamente vinculados aos grandes rios. A conquista e a colonização da região amazônica foi motivada por fatores de ordens diversas, prevalecendo sempre a busca contínua de riquezas minerais, vegetais e a consolidação de uma base de produção mercantilista que garantisse lucros às metrópoles (TEIXEIRA; FONSECA, 2003, p. 30).

É importante tomar ciência do processo de povoamento da região amazônica, para que sejam conhecidas influências de línguas e culturas dos povos que inicialmente habitaram o espaço geográfico em foco e que contribuíram para a formação do léxico regional característico dessa faixa do território brasileiro.

2.1 Breve panorama histórico

A ideia que se tinha da Amazônia era “uma noção inconcreta e muito verde de um deserto hostil, povoado de bichos, índios, mosquitos e doenças, que se opunha eternamente ao engatinhar tímido do Brasil, rumo ao seu inatingível norte” (GOMES, 1972, p. 23). Quando os europeus chegaram ao nosso continente, havia povos indígenas que dispunham de poder centralizado (viviam sob o comando de um monarca) e outros que viviam em pequenas sociedades, independentes entre si, sem a centralização do poder. Na verdade, os distintos povos indígenas encontravam-se em diferentes estágios de desenvolvimento, no que tange às relações sociais e ao domínio de técnicas para a produção agrícola:

As pessoas comumente pensam no índio como “um outro povo”, diferente dos “brancos e civilizados”, mas os povos indígenas constituem-se em um conjunto diversificado de culturas, cuja única identidade inquestionável reside no fato de ocuparem a América, antes da chegada do europeu (TEIXEIRA; FONSECA, 2003, p. 11).

Na área onde atualmente se situa a região Norte, habitavam nativos nômades, que ocasionalmente produziam excedentes para troca, e também sedentários, que contavam com uma divisão do trabalho entre os membros do

grupo, que produzia artefatos para o comércio. Os povos nativos da Amazônia viviam da caça, da pesca e da agricultura. Quanto à comunicação, muitas das línguas utilizadas pelos indígenas da América ainda sobrevivem na “Amazônia brasileira e distribuíam-se entre os troncos linguísticos tupi, aruak, karib, tucano, pano e jê” (TEIXEIRA; FONSECA, 2003, p. 11).

Com a chegada dos europeus ao litoral brasileiro, o desenvolvimento demográfico-cultural dos povos autóctones sofreu grande alteração: aqueles que viviam no litoral deslocaram-se para o interior, fugindo do homem branco recém-chegado. Ainda assim, o indígena teve significativa importância para a ocupação portuguesa na região amazônica:

A espinha dorsal da ocupação portuguesa da Amazônia foi o indígena: seu braço, seu cérebro e o ventre da mulher índia. O índio amazônico foi a ponta de lança, que garantiu a Portugal, à época do Tratado de Madrid (1750), o maior território possível na Amazônia. Por isso, como afirmou Joaquim Nabuco, “os gentios foram as muralhas do sertão” (RIBEIRO, 1990, p. 96)

O primeiro núcleo colonial português na Amazônia surgiu com a construção do forte do Presépio (século XVII), atual cidade de Belém do Pará, com o objetivo de estabelecer a posse do território, inibindo a presença estrangeira no local. Posteriormente os portugueses preocuparam-se em controlar os rios, não apenas por questões fronteiriças, mas também por serem rotas fluviais favoráveis ao comércio local e internacional. Sobre a economia local, pode-se afirmar que

A base da economia da bacia amazônica eram sempre as mesmas especiarias extraídas da floresta que haviam tornado possível a penetração jesuítica na extensa região [...]. O aproveitamento dos demais produtos da floresta deparava-se sempre com o mesmo obstáculo: a quase inexistência de população e a dificuldade de organizar a produção com base no escasso elemento indígena local (FURTADO, 2003, p. 131).

Existiam grupos indígenas que se opunham ao avanço português na Amazônia, dando início ao processo de expulsão de indígenas em alguns casos, e em outros, recorreu-se ao ‘amansamento’ – que consistia em explorar a mão-de-obra indígena a serviço do colono, do missionário ou do Estado Português.

A preocupação dos portugueses desde a primeira fixação de um núcleo colonial na Amazônia, no início do século XVII (em 1616), era com o papel do indígena na mais recente sociedade que estava surgindo. Para isso, foram

expedidos pela metrópole, nos anos de 1609 e 1680, documentos que asseguravam a liberdade aos indígenas. Apesar disso, a mão-de-obra dos povos nativos era de suma importância para as atividades agrícolas, extrativistas e artesanais, o que ocasionou diversos conflitos entre colonos, missionários e governo, na disputa pela exploração dessa mão-de-obra. Devido à importância da mão-de-obra nativa, outros documentos foram elaborados posteriormente para legalizar a escravização indígena:

Os índios eram caçados como animais, violentados culturalmente e destruídos como comunidade. O objetivo dos brancos era tomar posse de suas terras e obrigar os próprios índios ou a trabalhar como escravos para produzir mais lucro ou a realizar outras conquistas como soldados subordinados ao exército português (DI PAOLO, 1985, p. 81).

Os jesuítas lutavam pelo controle da mão-de-obra indígena, que era a base da economia no espaço geográfico onde atualmente se situa a região político-administrativa Norte:

Desde o início da colonização, a maioria da população indígena foi colocada sob o controle das missões religiosas em seu papel de agentes da Coroa portuguesa. Sob a cortina da catequização, abusos e até massacres tiveram lugar nas aldeias missionárias (RIBEIRO, 1990, p. 92).

O governo português buscou introduzir a mão-de-obra africana na região Norte, mas a tentativa fracassou porque o custo era muito elevado. Essa sucessão de acontecimentos – controle da mão-de-obra indígena pelos jesuítas e inviabilidade da inserção da mão-de-obra africana na região Norte – desencadeou a revolta dos Beckman, que ocorreu no Maranhão e resultou na expulsão dos jesuítas.

No século XVIII, com o alastramento de uma epidemia que dizimou vários indígenas, somado ao auge da produção de cacau, a demanda pela mão-de-obra indígena aumentou, elevando também as buscas, pelos missionários portugueses, de indígenas às margens de rios da região.

Com a posse de Marquês de Pombal como ministro do rei, a região amazônica recebeu atenção especial: “seus atos [de Pombal] relativos à região demonstravam claramente a estratégia de lusitanizar e garantir maior subordinação da economia amazônica aos interesses comerciais metropolitanos” (TEIXEIRA; FONSECA, 2003, p. 17). Para atingir seus objetivos, Marquês de Pombal expulsou e confiscou os bens dos jesuítas, que nessa época haviam acumulado vasta fortuna;

estimulou a imigração negra e açoriana para a região Norte; monopolizou o comércio e fez modificações na política administrativa local. Além disso, assinou uma lei que incentivaria a ocupação da região: “o soldado ou colono que se casasse com mulher indígena teria prêmios em terras, armas, dinheiro e instrumentos agrícolas, além de não ficar com infâmia alguma” (OLIVEIRA, 1983, *apud* RIBEIRO, 1990, p. 126).

A política indígena também sofreu modificações, especialmente no que tange à intervenção da metrópole na questão indígena. O indígena foi transformado em “verdadeiro súdito do monarca português, igualado legalmente e para todos os efeitos aos luso-brasileiros” (TEIXERA; FONSECA, 2003, p. 17), por meio do discurso colonial que assegurava a liberdade e, por trás disso, a aculturação do indígena. Temendo que os nativos retomassem seus hábitos de trabalho, considerados pelos portugueses como ociosidade e vadiagem, as autoridades decidiram que aqueles que estivessem sem ocupação seriam cedidos aos colonos que, por sua vez, deveriam remunerar os índios.

Aos colonos interessava a manutenção da escravidão indígena, o que foi atendido pelas autoridades da época. No final do século XVIII, o Governo determinou que os indígenas dedicassem parte de seu tempo a serviço da Coroa, decisão que perdurou até a independência do Brasil. “Apesar de o índio ser considerado incapaz e sujeito à proteção legal, estava sujeito ao serviço das aldeias e ao serviço público e militar” (TEIXEIRA; FONSECA, 2003, p. 19). Após a independência, a situação do índio e de seus descendentes na Amazônia não recebeu a devida atenção, desencadeando-se “num dos maiores levantes populares que há notícia na Amazônia e no Brasil, a Cabanagem” (TEIXEIRA; FONSECA, 2003, p. 18). A revolta dos mestiços contra a situação de miséria e abandono imposta pelo europeu durou aproximadamente uma década: “a cabanagem eclode num período de estagnação econômica [...]. A rebelião assume o caráter de movimento nitidamente *antieuropeu* das populações indígenas e mestiças, que buscavam recuperar sua identidade perdida” (RIBEIRO, 1990, p. 131). Uma das consequências mais visíveis da Cabanagem foi o reconhecimento da categoria de Província ao Amazonas (1850).

Na região em que há os rios Madeira, Mamoré e Guaporé foram encontrados, pelos europeus, dois tipos de grupos indígenas: os antigos – Torá, Mura, Matanawí – e os que haviam migrado devido à fuga do avanço europeu – Tupi,

Tupinambarana (descendentes dos Tupinambá de Pernambuco), Kawahib, Txapakura, Munduruku, dentre outros.

Nas lavras do Mato Grosso também ocorreu a busca pela mão-de-obra escrava indígena para trabalhar em minas e lavouras, desencadeando um intenso fluxo migratório de paulistas, mineiros e goianos com “o descobrimento das lavras do Mato Grosso e Cuiabá” (TEIXEIRA; FONSECA, 2003, p. 21), Os autores salientam que indígenas e africanos foram escravizados simultaneamente, e que:

A precariedade do tráfico negreiro para a Amazônia em geral e para o Guaporé em particular provocou a abertura de precedentes para que o recurso da mão-de-obra indígena fosse ainda largamente empregado [...] O que se percebe é que, na região guaporeana, ao contrário do Madeira e de outras áreas da Amazônia; a escravidão de negros tomou um vulto muito maior, fazendo com que os números de escravos indígenas fossem percentualmente mínimos (TEIXEIRA; FONSECA, 2003, p. 22).

A ocupação de territórios indígenas continuou durante o século XVIII e séculos seguintes: “a entrada na região deu-se de leste para oeste, pelo rio Amazonas, e de sul em direção ao norte e ao noroeste, partindo de São Paulo, já em fins do século XVII” (RIBEIRO, 1990, p. 93).

Até meados do século XIX a economia da região amazônica estava em crise, com a queda na exportação das drogas do sertão¹⁸. A partir de então, cresce a demanda pela exportação da borracha, graças ao descobrimento do processo de vulcanização por Charles Goodyear em meados do século XIX, já que, antes disso, a borracha era um produto instável: variava seu estado físico de acordo com a temperatura ambiente.

Dessa forma iniciou-se o primeiro ciclo da borracha, que durou até a segunda década do século XX. Com isso, novas áreas da região amazônica foram exploradas em prol do extrativismo do látex das seringueiras nativas do Madeira, Mamoré, Guaporé, Purus Juruá e afluentes desses rios, uma vez que o método empregado para a extração do látex era rudimentar, o que danificava o vegetal e forçava o seringueiro a explorar novas áreas onde se encontravam as *Hevea brasiliensis*. Esses locais eram habitados¹⁹ por indígenas nativos, não amansados e que ainda

¹⁸ “[...] a base econômica da província era a coleta de produtos nativos, conhecidos como ‘drogas do sertão’: cacau, salsaparrilha, urucu, cravo, canela, anil, sementes, raízes aromáticas, puxuri e baunilha” (RIBEIRO, 1990, p. 111).

¹⁹ Os autores citam os povos Munduruku, Mura, Parintin, Arara.

atacavam os forasteiros e povos de outras tribos, ou que se fixaram nessas regiões para escapar da dizimação após o contato com o europeu em locais próximos ao litoral. A economia extrativista contou com a mão-de-obra dos Munduruku, que ficaram a serviço do colonizador, “entregues à embriaguez e constantemente endividados ante os donos dos barracões ou regatões” (TEIXEIRA; FONSECA, 2003, p. 24).

Após a segunda década do século XX houve um declínio nas exportações do látex brasileiro: “passada a febre da borracha, nos começos do século XX, a Amazônia deixou-se outra vez aplastar pela *floresta cifrada*, que a isolou em sua miséria endêmica do resto do país” (GOMES, 1972, p. 24), já que no auge do ciclo da borracha “o capital estrangeiro funcionou como uma bomba de sucção, remetendo lucros às metrópoles, principalmente Londres, Liverpool e Nova Iorque” (RIBEIRO, 1990, p. 161).

Anos depois, o início da Segunda Guerra Mundial marca o início do 2º ciclo da borracha, período em que os norte-americanos se interessam pela matéria-prima extraída dos seringais brasileiros, uma vez que “as tropas japonesas tomaram 97 zonas produtoras de borracha no sudeste asiático” (RIBEIRO, 1990, p. 168). Tal fato ocasionou grande fluxo migratório rumo a Amazônia, especialmente de nordestinos, “desarraigados pela seca e pelo latifúndio, além de estrangeiros das mais diversas procedências” (RIBEIRO, 1990, p. 138), desencadeando o aumento das guerras contra os povos indígenas.

A partir de meados do século passado, novos fluxos migratórios ocorreram em direção a Amazônia, graças à descoberta de minerais e ao interesse de colonos por terras para a agricultura. Esses fatos também contribuíram para o extermínio de indígenas que viviam na região, já que o homem branco pretendia ocupar suas terras:

A repressão portuguesa foi sem precedentes, tendo todas as características de genocídio. Depois da derrota total dos índios, os cálculos oficiais registraram o desaparecimento de cerca de 40 mil índios das diversas tribos. É verdade que a varíola, difusa naquele período, matou muitos deles; mas a maioria foi morta pelas armas portuguesas, em nome de uma “civilização’ suicida” (DI PAOLO, 1985, p. 82).

A exploração e ocupação portuguesas do território da bacia amazônica teve início no século XVII, ocorrendo as primeiras demarcações portuguesas na região.

Os rios da bacia amazônica também eram navegados por bandeirantes oriundos de São Paulo, os quais cruzavam Mato Grosso e então chegavam à região amazônica, com o intuito de buscas indígenas e riquezas minerais, acentuando a presença portuguesa na região em foco²⁰.

A partir do século XVIII foram realizadas diversas expedições na região amazônica – científicas, de reconhecimento e de busca de riquezas. Para alcançar o sonho de riqueza, era necessário conquistar novos espaços, ir além do limite imposto pelo Tratado de Tordesilhas, colonizar a região. Essas ações foram impulsionadas por lendas e narrativas, desenvolvidas a partir do imaginário popular: “relatos feitos pelos nativos aos primeiros exploradores davam conta da existência de riquezas fabulosas [...] e do legendário Eldorado. O que se buscava, na realidade, era aquilo que povoava as funções mentais dos viajantes e cronistas” (TEIXEIRA; FONSECA, 2003, p. 33). Desenvolveu-se uma visão paradisíaca da Amazônia, associado à crença de que lá haveria tesouros inesgotáveis, fato que impulsionou inúmeras expedições em busca do Eldorado e camuflou a realidade da época: ambiente hostil e doenças tropicais, dentre outros fatores que dificultavam o desbravamento da Amazônia.

Com o desenvolvimento das Grandes Navegações, Portugal e Espanha, as maiores potências navais da época, tentavam garantir a posse de territórios que existiriam além do Oceano Atlântico por meio de tratados. O primeiro deles, o Tratado de Alcáçovas (1479), estipulava que as terras descobertas a oeste das ilhas Canárias para baixo seriam de domínio português, e as demais pertenceriam à Espanha. Já a Bula Inter Coetera (1493) determinava que fossem terras espanholas as descobertas a partir de cem léguas a oeste das ilhas Açores e Cabo Verde. No final do século XV foi assinado um novo acordo entre os países: o Tratado de Tordesilhas, que era norteado pelo meridiano de Tordesilhas, ficando as terras até 370 léguas a oeste de Cabo Verde como domínio português. A partir dessa linha imaginária, as terras seriam posse dos espanhóis – incluindo toda a região amazônica. Apesar disso, os portugueses avançavam por terras muito além do meridiano de Tordesilhas.

O domínio português começou a ser oficialmente reconhecido no século XVIII, com a assinatura do tratado de Utrecht (envolvendo França, Portugal e Espanha),

²⁰ Os portugueses demonstravam interesse em marcar presença em territórios que iam além do estabelecido no Tratado de Tordesilhas (TEIXEIRA, FONSECA, 2003, p. 32).

em que se reconhecia o atual Estado do Amapá como um território português. A partir de discussões sobre o assunto, esse tratado foi reformulado em 1715, sendo invalidado posteriormente pelo Tratado de Madrid (1750), que se baseava no princípio da posse de fato e da ocupação pacífica das regiões além-Tordesilhas, e utilizava acidentes geográficos, rios, para demarcar as divisões. Merece destaque o fato de o Tratado de Madrid fazer as delimitações de maneira semelhante à atual divisão político-administrativa do Brasil, exceto no que diz respeito aos atuais Estados de Rondônia e do Acre. Destaca-se, também, que a capitania de Mato Grosso surgiu em 1748, simultaneamente às discussões acerca das cláusulas do Tratado de Madrid, e devido à descoberta de ouro no vale do Guaporé.

A Coroa Portuguesa planejava estratégias para povoar e colonizar a região para a produção de ouro, contendo o avanço de castelhanos nas margens do Mamoré e do Guaporé. Tal processo se inicia com a construção de Vila Bela da Santíssima Trindade, em 1751, por meio de uma ordem régia. Ainda assim, jesuítas espanhóis fundaram uma missão na capitania de Mato Grosso, reforçando o caráter expansionista da colônia espanhola. Já em 1777 entra em vigor o Tratado de Santo Idelfonso, que estabelece os rios Guaporé, Mamoré, Madeira e Javari como limites entre os domínios português e espanhol.

O avanço português rumo à parte ocidental da América recém-descoberta em busca de metais preciosos resultou em tensões territoriais, já que os portugueses avançaram tanto em direção ao interior que conheciam melhor a região amazônica do que os espanhóis: “as constantes expedições de sertanistas e bandeirantes, bem como a ininterrupta movimentação de grupos populacionais na busca incessante pelo ouro possibilitavam ao Estado Português uma ampliação [...] de seus territórios na América do Sul” (TEIXEIRA; FONSECA, 2003, p. 40). Além disso, esse avanço português ocasionou também a descoberta de riquezas naturais, dando início à exploração das drogas do sertão.

Na verdade, a presença europeia na região amazônica é registrada desde o século XVI: holandeses e ingleses tentaram fixar núcleos de povoamento em áreas próximas aos rios da bacia amazônica:

Sob a vigência do tratado de Tordesilhas, em 1494, a Amazônia é assediada pela costa norte, primeiro pelos ingleses, depois pelos franceses, irlandeses e holandeses. Em 1595, atraído pela fama do El Dorado, chega à foz do Orenoco Walter Raleigh. Navegando no Amazonas e seus afluentes, os ingleses se estabelecem na costa do

Amapá, entre o Oiapoque e o Tapajós; os holandeses chegam ao Xingu; os franceses sobem o Tocantins (RIBEIRO, 1990, p. 105).

Já os franceses fixaram-se no atual Estado do Maranhão. Os portugueses, então, lutaram contra a presença francesa no Maranhão, obtendo êxito na empreitada, e a partir desse episódio, expulsaram os europeus de outras nacionalidades da região amazônica, apesar de essa região pertencer à Espanha segundo o Tratado de Tordesilhas. Sobre a presença de franceses no Brasil, Ribeiro (1990, p. 98) esclarece o seguinte:

No início do século XVII, o norte do Brasil é alvo, de novo, de investidas por parte dos europeus. Em 1612, os franceses [...] desembarcam no Maranhão. Os habitantes nativos, os tupinambá, encantados com [...] presentes dados pelos invasores, ajudam-nos ativamente a construir o forte de St Louis, na ilha que tomaria o mesmo nome, atual capital do Maranhão.

Para consolidar a presença portuguesa e o povoamento da atual região Norte, foram criados, pelo rei de Portugal e Espanha, os Estados do Maranhão e do Grão-Pará em 1624, além da instituição de capitanias na região. Naquela época, Belém já existia como um núcleo de colonizadores, onde havia um forte construído para a defesa local. Os portugueses passaram a investir na colonização da região com vistas à economia mercantilista, “uma vez que suas terras eram férteis, ricas em recursos minerais, caça, pesca e estavam densamente povoadas por indígenas que, a partir de um trabalho missionário, poderiam vir a ser eficientes vassallos de Sua Majestade” (TEIXEIRA; FONSECA, 2003, p. 44). Para isso, a região amazônica foi dividida entre os missionários de distintas vertentes para a catequização dos indígenas, a fim fixá-los em aldeamentos.

Ocorre que nem todas as etnias indígenas aceitaram as missões catequistas com naturalidade: os Torá, por exemplo, eram hostis às missões religiosas, enquanto os Mura massacraram um núcleo de povoamento fundado por jesuítas. Acresce-se a isso o fato de já haver missões jesuíticas castelhanas na região mencionada, o que dificultava a empreitada lusa.

As regiões fronteiriças eram áreas em conflito, devido às tensões entre Portugal e Espanha. Nessas áreas da capitania de Mato Grosso foi efetivada a ocupação militar, e também foram criados grupos para defesa local, compostos por cabos, soldados, escravos e armamentos – organizações que se assemelhavam a um exército. O grupo inicialmente fixou-se na barra do Mamoré, transformando o local no Forte de Nossa Senhora da Conceição (1760), que passou a se chamar

Forte Bragança após uma remodelagem, com aumento de efetivo e melhoria de armamentos.

Marquês de Pombal tinha como objetivo a construção de fortes nas fronteiras do Vale do Guaporé, com vistas a garantir a posse da região, por isso foi construído o Real Forte Príncipe da Beira às margens do rio Guaporé no último quarto do século XVIII, em área de terra firme próxima de onde se situava o Forte de Bragança, local considerado estratégico pelos especialistas da época, dentre outros fortes que constituíam o cinturão defensivo interno da colônia (fronteiras norte e oeste). Além disso,

As enormes extensões de Mato Grosso passariam progressivamente a contar com um sistema de guarda e defesa das fronteiras que atingiria seu ponto de maior desenvolvimento com a construção das grandes fortificações como o Príncipe da Beira no Guaporé e o forte de Coimbra às margens do Paraguai, para onde se deslocaram as tensões fronteiriças no século XIX. Por outro lado, o recurso para se atrair povoadores ligava-se aos achados auríferos, incentivos fiscais e ao perdão de dívidas e crimes e comutação de sentenças capitais em obrigação de residência nas minas de Mato Grosso (TEIXEIRA; FONSECA, 2003, p. 52).

A região do vale do Guaporé já era alvo de conquistadores oriundos de Belém e de São Paulo antes mesmo da vigência do Tratado de Madrid. O povoamento dessa região era incerto e flutuante, já que não se desenvolveu um modelo econômico estável, capaz de assentar a população como ocorreu em outras regiões do País, como, por exemplo, no Nordeste e no Sudeste. O sustento dos habitantes do vale do Guaporé era garantido pelas riquezas naturais e o aprisionamento de índios – não houve a preocupação de desenvolver produção agrícola voltada para mercados consumidores. A região amazônica, como um todo,

Permaneceu, durante nossos cinco séculos de história, distante e esquecida das metas de desenvolvimento do país. Sua colonização raramente obedeceu a qualquer plano, seu acesso se fez quase que exclusivamente através dos rios (cidades como Manaus e Santarém, além do heroico avião, ainda hoje somente se ligam com o resto do país pela água) – e seu imenso e legendário potencial serviu apenas para embalar postergados sonhos de grandeza futura dos brasileiros (GOMES, 1972, p. 24).

Devido aos constantes conflitos de limites geográficos, a capitania de Mato Grosso contava com uma estrutura militar apta a garantir a soberania portuguesa na

região. A fim de garantir a integridade das minas de Cuiabá e das Minas Gerais, foram desenvolvidas políticas de povoamento e defesa da fronteira oeste, que vivia em constante estado de tensão. Antes mesmo da implementação das políticas portuguesas de colonização, já existiam núcleos de povoamento na capitania de Mato Grosso, devido à elevada produção de ouro²¹ nas minas de Mato Grosso. Vila Bela da Santíssima Trindade passa a ser a capital da capitania, por conta de sua localização estratégica (fácil acesso às bacias amazônica e platina, fácil ligação entre as minas de Mato Grosso e Grão-Pará ao porto de Belém, ponto estratégico entre Mato Grosso e São Paulo), sendo de suma importância tanto para as questões fronteiriças entre Portugal e Espanha, como também para as questões econômicas, já que dessa forma era possível o controle efetivo sobre as riquezas minerais extraídas das minas de Mato Grosso, “inibindo o contrabando e fixando uma rota comercial de grandes dimensões [...], a partir da instalação da Companhia de Comércio do Grão-Pará” (TEIXEIRA; FONSECA, 2003, p. 57).

O ouro foi descoberto no século XVIII nos arraiais de Santana e São Francisco Xavier, no período em que as lavras²² de Cuiabá estavam em decadência. Com isso, os governantes da capitania de São Paulo decidiram conquistar os territórios habitados pelos povos autóctones, possibilitando a fixação de núcleos de povoamento nas áreas de mineração. A exploração do ouro na capitania de Mato Grosso “levou os mineiros [...] para as regiões ribeirinhas ao Guaporé, onde foi fundado o arraial de Pouso Alegre” (TEIXEIRA; FONSECA, 2003, p. 59).

O método utilizado nos procedimentos de extração mineral era rudimentar, o que ocasionava menor produtividade e demandava mais força de trabalho. Além disso, as jazidas se esgotavam facilmente, o que desencadeava em constantes movimentos populacionais em direção aos novos locais onde fosse descoberto o metal precioso em abundância, sendo o elemento que impulsionava a economia e definia as políticas sociais e territoriais. Esse caráter “nômade” da população do Vale do Guaporé não possibilitou o desenvolvimento da agropecuária na região.

²¹ Nos primeiros anos de fundação de Vila Bela, a Provedoria de Goiás enviava de 6 a 10 arrobas de ouro por ano à capitania de Mato Grosso para possibilitar a continuidade das obras da fronteira (TEIXEIRA; FONSECA, 2003, p. 57).

²² Lavras: “estabelecimentos de algum vulto e dispunham de alguns instrumentos, sendo o trabalho dirigido por um feitor que empregava principalmente mão-de-obra de escravos negros ou indígenas” (TEIXEIRA; FONSECA, 2003, p. 59).

Há que se destacar, também, que as atividades relacionadas à extração mineral eram insalubres, sendo necessária a renovação constante da mão-de-obra envolvida. Dessa forma, os governantes decidiram estimular a imigração portuguesa para a região das minas, utilizando como argumento a ideia do enriquecimento rápido e facilitando a compra de escravos.

Apesar do terreno fértil e produtivo, a agricultura que se desenvolveu na região do Guaporé mal supria as necessidades locais. Fatores de ordem meteorológica (estiagens, enchentes) e sanitária (pestes de raros, pragas de insetos) contribuíram para o não desenvolvimento da agricultura local. Acresce-se a isso a aplicação de grande parte da mão-de-obra da região na extração mineral, e também o retorno incerto do investimento na agricultura, já que ocorria rapidamente a migração da população para locais onde fosse encontrado ouro em abundância.

Já a pecuária, de baixa produtividade devido à aplicação de técnicas de produção obsoletas, era voltada para o mercado consumidor local. Os governantes da colônia preocupavam-se em não estimular o desenvolvimento da atividade, a fim de garantir a mão-de-obra para a extração mineral. Na metade do século XVIII a pecuária começou a se desenvolver; trabalhadores das minas foram desviados para o trabalho na roça para a construção da estrutura ligada à pecuária, atividade que auxiliou no processo de ocupação das regiões fronteiriças. Ainda assim, a região do vale do Guaporé contava com abastecimento insuficiente de gêneros alimentícios devido à priorização das atividades de extração mineral. Era necessário importar tais itens a preços elevados, “o que em última análise importava num quadro de fome, escassez e subnutrição” (TEIXEIRA; FONSECA, 2003, p. 64).

O comércio²³, interdependente da produção de ouro, era a atividade responsável pelo abastecimento da região do vale do Guaporé, já que a região praticava apenas a agricultura de subsistência, produzindo somente gêneros de necessidade imediata. Eram trazidos das mais variadas regiões os mais variados produtos, desde gêneros alimentícios e utensílios domésticos até ferramentas para a extração do ouro e material bélico. O comércio ligava-se também a questões fronteiriças, já que a extração do ouro estava diretamente ligada ao abastecimento região, o que, por sua vez, garantiria a defesa eficiente das fronteiras. Destaca-se a precariedade do abastecimento no vale do Guaporé, devido a fatores climáticos,

²³ “As rotas comerciais foram tanto mais ativas quanto maior foi a produção de ouro, e decaíram na medida em que o ouro se tornou escasso” (TEIXEIRA, FONSECA, 2003, p. 64)

doenças, acidentes, ataques indígenas, queda na produção do ouro ou mesmo especulação²⁴. Ainda assim, era rentável o comércio entre Vila Bela e Belém do Pará, atividade que foi intensificada com a criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, possibilitando que as minas de Mato Grosso e o Vale do Guaporé fossem integrados ao sistema mercantilista colonial, contribuindo para o desenvolvimento da parte norte da colônia. A Companhia era responsável por canalizar a produção de ouro e drogas do sertão, estimulando a colonização e a exploração do ouro.

A capitania de Mato Grosso tinha dificuldades para se desenvolver devido, dentre outros fatores, ao abastecimento precário e ao endividamento do governo e dos envolvidos na mineração (alto custo e baixa produtividade dos escravos), itens que não favoreciam a diversificação de atividades econômicas na região.

A Companhia de Comércio foi extinta em 1778. Em seguida, as minas do Guaporé tiveram drástica redução da produção no final do século XVIII, gerando crise econômica e financeira. Devido à fama de local insalubre, ao isolamento geográfico e o desinteresse dos governantes locais, a região nem atraiu recursos, nem desenvolveu atividades agropastoris após a decadência da extração de ouro, transformando a região em local propício ao contrabando, devido à impossibilidade de intercâmbio regular na fronteira entre os domínios português e espanhol. A partir do século XIX, a região do vale do Guaporé e Vila Bela, que, no auge da produção aurífera, promoveu a colonização do extremo oeste do Brasil, passou por um processo de descolonização, situação agravada com a transferência da capital para Cuiabá: “o Vale do Guaporé passou a ser uma região notoriamente esquecida, povoada somente pelos negros, descendentes de escravos que ali permaneceram” (TEIXEIRA; FONSECA, 2003, p. 61).

Com a queda na produção aurífera, a região do vale do Guaporé, distante dos centros coloniais e com abastecimento precário, tornou-se um grande presídio. Os excluídos sociais da colônia, indivíduos com dívidas ou criminosos de outras regiões iam para o vale do Guaporé, pois para esses indivíduos o governo concedia perdão de dívidas e o resguardo das penalidades judiciais, passando a atrair habitantes para a região. Os poucos brancos ou mestiços de cor clara eram aproveitados nos

²⁴ Acredita-se que uma viagem entre Belém do Pará e Vila Bela (ida e volta) levava de um ano e meio a dois anos, o que explicava a baixa frequência do abastecimento local.

altos cargos do governo local, redefinindo o *status* social desses cidadãos e configurando a elite da região.

A região Norte, de um modo geral, era conhecida como uma “sepultura a céu aberto”, dada a grande incidência de doenças tropicais – malária, máculas ou corruções, febres catarrais, pneumonia, diarreias sanguinolentas, tuberculose, febre amarela, tifo e cólera. As doenças traziam ônus para a administração local, já que a economia era diretamente afetada tanto pelas doenças “regionais” quanto pelas grandes endemias²⁵. A falta de infraestrutura sanitária, remédios, alimentação adequada e higiene agravaram ainda mais o quadro local.

Vila Bela e a região dos vales do Guaporé e do Madeira entraram em decadência, como foi dito anteriormente, no final do século XVIII, acelerado pela extinção da Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão. As dificuldades ambientais e os ataques indígenas impossibilitaram o estabelecimento de bases de colonização e bases militares na região. A expulsão dos jesuítas da Amazônia também contribuiu para o processo de descolonização, já que as missões jesuíticas tradicionalmente formavam centros coloniais. A elite composta pelo poder colonial migrou para Cuiabá, ficando na região em foco indivíduos cujas atividades estavam ligadas à decadente extração do cacau e das drogas do sertão:

Em 1825, a região era conhecida por suas ruínas e pelo abandono do povoamento europeu. Ao longo de todo o século XIX e durante a maior parte do século XX, o vale do Guaporé caracterizou-se como uma região erma, habitada somente por grupos indígenas e negros. Ocasionalmente o vale foi visitado por expedições científicas e exploradores que ressaltaram seu abandono e precariedade (TEIXEIRA; FONSECA, 2003, p. 85).

No século XIX teve início a expansão do capitalismo no mundo, o que levou grandes potências mundiais a adotarem políticas imperialistas em relação às demais partes do globo, como, por exemplo, a doutrina do *Destino manifesto*, divulgada pelos Estados Unidos, em que há a ideia “de que certos países possuiriam atributos raciais, geopolíticos e/ou econômicos que os tornariam superiores aos demais. Esses atributos justificariam seu domínio sobre os países ‘inferiores’, com o objetivo de expansão e defesa” (TEIXEIRA; FONSECA, 2003, p. 87). Acreditava-se, com

²⁵ Grandes endemias, para ilustrar: em 1758, ocasionando tosse e sangue; em 1814: varíola. Em outras épocas ocorreu também epidemias de bexiga, sarampo e verminoses.

isso, que o domínio estrangeiro impulsionaria o desenvolvimento socioeconômico. Também nesse período ocorreram fluxos migratórios para a região Norte:

Foram amazonenses, paraenses, maranhenses e nordestinos, em maioria cearenses, repetindo feitos dos bandeirantes coloniais, os descobridores do que é hoje o Território do Acre. Façanha do século XIX, pois que nos séculos anteriores, o XVII e o XVIII, do período português, a penetração sertanista não alcançara o Purus e o Juruá, que são os dois rios por onde se poderá alcançar as terras distantes [...] (TOCANTINS, 1979, p. 23).

Os norte-americanos tinham interesse no vale do Amazonas, pois eles, de modo geral, enxergavam potencialidades naturais na terra. Esse interesse gerou desconfiança por parte do governo brasileiro, que recusou a oferta do governo norte-americano de investimento de capital no setor de navegação fluvial na Amazônia, o que propiciaria a abertura do rio Amazonas à navegação internacional. Com a recusa, os Estados Unidos alegaram que o posicionamento do governo brasileiro seria de isolamento, indo de encontro aos interesses da humanidade, já que tal empreitada traria a civilização para a região amazônica e não ameaçaria a soberania nacional. Para o governo brasileiro, as intenções da grande potência mundial iriam além do simples investimento em navegação, já que os norte-americanos defendiam que “as riquezas naturais da Amazônia mereciam ser exploradas pela civilização, através da conquista científica, econômica e política” (TEIXEIRA; FONSECA, 2003, p. 90).

O temor do governo brasileiro quanto à soberania nacional se acentuava com os acordos firmados entre bolivianos, peruanos e norte-americanos, uma vez que, dentre outros benefícios, os países latino-americanos abriram os rios situados em seus países à navegação internacional. Em troca, o governo norte-americano defenderia o direito à livre navegação dos países vizinhos no rio Amazonas, oferecendo proteção aos países latino-americanos mencionados caso o Brasil proibisse a prática. O governo brasileiro, todavia, não cedeu e continuou proibindo a livre navegação no vale do Amazonas, monopolizando a atividade em meados do século XIX por meio da fundação da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, liderada pelo Barão de Mauá. O monopólio durou apenas dois anos, já que, devido às pressões de livres cambistas pertencentes ao governo brasileiro, o direito de exploração da navegação fluvial passou a ser explorado também por

outras duas companhias de capital nacional no ano seguinte à concessão do monopólio a Mauá.

Os rios da bacia amazônica foram abertos à navegação internacional em 1872. Dois anos depois, as três companhias que operavam na região foram compradas por norte-americanos, ocasionando o monopólio estrangeiro do transporte fluvial na região. Com o aumento da importância do látex das seringueiras da região Norte para exportação, aumentou a importância do porto de Manaus e cresceu consideravelmente o fluxo de embarcações movidas a vapor na bacia amazônica, mantendo o interesse da companhia norte-americana em explorar as atividades de navegação na região.

Na segunda metade do século XIX, o Brasil ainda não havia conseguido estabelecer efetivos limites geográficos com a Bolívia. Em 1867, os países assinam o Tratado de Ayacucho, que trata de assuntos como limites geográficos, extradição e comércio e navegação. Merecem destaque os seguintes temas: a região do alto Madeira passou a pertencer ao Brasil, e também o comércio e a navegação mercante seriam livres entre os países nos rios que desembocassem no Oceano Atlântico.

Além de explorar a navegação fluvial, ingleses e norte-americanos controlavam também a comercialização do látex, que já era empregado pelos nativos muito antes do descobrimento da América. Até o início do século XIX, a Europa consumia em pequena escala essa matéria-prima, que era extraída principalmente nas proximidades de Belém do Pará e na ilha de Marajó. Toda a região amazônica contava com a exploração do látex, mas essa atividade extrativista não era expressiva na economia local.

Em seu estado natural, o látex tem baixa resistência ao calor e enrijece quando exposto a baixas temperaturas. Essas características impediam um interesse maior pela matéria-prima por parte das indústrias, mas com a descoberta do processo de vulcanização por Goodyear em 1839 e com o advento do automóvel, o interesse dos grandes centros industriais mundiais pela matéria-prima aumentou.

A região Norte dispunha abundantemente de seringueiras e contava com a tradição extrativista, mas a demanda pelo látex foi tamanha que o capital nacional não era suficiente para investir nessa atividade. Foi então que a região atraiu o capital estrangeiro, que começou a controlar, com o passar do tempo, o processo produtivo como um todo, a navegação fluvial, os seringais e os portos de Manaus e

Belém, ocasionando o endividamento do governo brasileiro junto à Inglaterra e aos Estados Unidos, maiores investidores da Amazônia e também maiores consumidores do látex.

Com o aumento na demanda das atividades extrativistas do látex, a parte oeste da região amazônica “encontrava-se ocupada como nunca o fora antes” (TEIXEIRA; FONSECA, 2003, p. 99). A extração da borracha foi intensificada, ocorrendo de maneira predatória. Por esse motivo, os exploradores foram forçados a buscar novas áreas para a realização de suas atividades, já que as regiões próximas a Belém e Manaus haviam sido esgotadas. O local onde hoje se situa o Estado do Acre²⁶ e o vale do Madeira dispunham de grandes reservas de seringueiras, que produziam látex de qualidade superior.

Devido ao extrativismo predatório, seringalistas migraram do Pará para o Amazonas, província criada em 1850, como resultado do desmembramento da província do Grão-Pará, e do Amazonas para os seringais de Mato Grosso. Em meados do século XIX foram recrutados maranhenses para a extração do látex, ocasionando a fundação do povoado de Codajás, às margens do rio Solimões. Já os cearenses recrutados fixaram-se na região do baixo Purus.

A região dos vales dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé já era conhecida desde o século XVIII, sendo esses locais estratégicos não apenas no que se refere a limites geográficos, mas também em relação ao comércio entre Mato Grosso e Pará. Foram viabilizados esforços para colonizar a região do Madeira e do Guaporé tanto pela importância comercial da rota, quanto para garantir a posse territorial, mas a população da região em foco abandonou o local após o declínio da mineração na capitania de Mato Grosso. Com o início do primeiro ciclo da borracha (meados do século XIX), seringueiros deslocaram-se para as margens de rios da bacia amazônica, ocupando inclusive regiões pertencentes à Bolívia (atual Estado do Acre) por conta da indefinição de fronteiras, associado à facilidade de acesso dos brasileiros àquele território. A extração do látex teve como fator impulsionador o crescimento industrial dos países desenvolvidos, o que valorizou a borracha, aqueceu a produção e a exportação dessa matéria-prima, existente em abundância

²⁶ Naquela época, essa região pertencia à Bolívia, mas era facilmente acessada por brasileiros, que controlavam a embocadura do rio Amazonas.

no Norte do Brasil (especialmente na região onde hoje se situa o Estado do Acre) e atraiu povos das mais diversas origens para a região mencionada.

A partir do século XIX, núcleos de colonização e destacamentos militares ganharam importância novamente: as povoações de Crato e Borba eram as mais importantes nas proximidades da foz do Madeira; Borba e Itacoatiara (em 1862) eram portos de exportação da capitania de Amazonas que superavam o porto de Manaus. Os centros de colonização mais importantes da região amazônica eram Manicoré e Borba. As cidades que atualmente situam-se às margens de rios surgiram devido aos novos seringais: Humaitá (margem esquerda do Madeira)²⁷, e pertencente à atual rede de pontos do Projeto ALiB); Manicoré (margem direita do Madeira); Santo Antônio (margem direita da cachoeira de Santo Antônio, capitania de Mato Grosso). Esta última prosperou no final do século XIX devido à demanda pela borracha: inúmeros vapores atracavam ali cotidianamente, seringalistas fixaram negócios e residência na localidade, que em pouco tempo foi elevada à categoria de vila.

Os bolivianos exploravam o látex na região do Madeira e exportavam quina na região boliviana, utilizando esse rio para escoamento da produção. Com a queda vertiginosa nos preços da quina, o látex foi o substituto natural na economia boliviana. A empresa boliviana Suárez e Hermanos tinha grande poder econômico na região, “o poder econômico dessa firma, que se utilizava do Madeira como artéria principal de comércio, se fez sentir inclusive em Belém e Manaus, através de suas filiais” (TEIXEIRA; FONSECA, 2003, p. 106).

A família boliviana Suárez exerceu grande importância no período de extração da borracha, pois eles praticamente monopolizaram a atividade de extração e exportação do látex. Eles fixaram-se em regiões próximas ao rio Madeira, dominando uma vasta área de seringais e transformando-se numa “poderosa empresa de capital regional a operar no ramo do extrativismo do látex²⁸” (TEIXEIRA; FONSECA, 2003, p. 107). A empresa boliviana permaneceu influente na região até o início do século XX, mantendo empregados e depósitos em Santo Antônio.

²⁷ Essa localidade integra a rede de pontos do Projeto ALiB.

²⁸ A empresa possuía 16 milhões de acres de seringais, fixou filiais em Belém, em Manaus e em Londres e, o mais importante, conseguiu exportar diretamente para o mercado consumidor europeu e norte-americano, sem o auxílio de intermediários (Cf. FURTADO, 2003).

O aumento da demanda de mão-de-obra no Brasil na segunda metade do século XIX ocorreu tanto na atual região Sudeste – São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais –, em decorrência da expansão da exportação de café, produto que estava substituindo o açúcar, produzido no Nordeste brasileiro e que estava entrando em decadência; quanto na região Norte, em virtude do aumento da demanda do látex para as grandes potências industriais.

A região produtora de café contava inicialmente com a mão-de-obra escrava africana, parte dela oriunda do Nordeste, cuja produção de açúcar estava em declínio. Ocorre que o Brasil estava sofrendo pressões internacionais em prol da abolição da escravatura. A solução para a questão da força de trabalho nas regiões cafeeiras foi o estímulo à imigração europeia. Já em direção à região amazônica, onde a atividade extrativista estava em franca ascensão, ocorreram grandes fluxos migratórios intra-regionais, com a intensificação do fluxo de nordestinos²⁹ ocasionada pela pior estiagem do século XIX: “a grande migração nordestina, a partir do ano de 1879, deu à população amazônica sua feição final” (TEIXEIRA; FONSECA, 2003, p. 124). Além disso, a região extratora da borracha também contava com a força de trabalho de indígenas escravizados, que se encarregavam de todo o trabalho braçal envolvido nas atividades extrativistas.

Com a elevada demanda pelo látex das seringueiras, diversos indivíduos interessados em trabalhar nos seringais se fixaram no local onde havia concentração de árvores da borracha – atual Estado do Acre. Ocorre que essa região pertencia à Bolívia; mas os seus habitantes não queriam se submeter ao poder do governo boliviano. Após um período de conflitos entre os habitantes do atual Estado do Acre e o governo boliviano, a Bolívia, “em constantes disputas com o Chile e a Argentina, não podia arriscar-se em outra disputa com o Brasil” (CÁCERES, 1993, p. 258). Isso porque o governo brasileiro apoiava os descontentes com o governo boliviano. Em vista disso, a Bolívia aceitou firmar com o Brasil um acordo conhecido como Tratado de Petrópolis, assinado por ambos os países em 1903. O Tratado previa a anexação do território acreano ao Brasil, mediante, dentre outros deveres, o pagamento de uma indenização ao governo boliviano e a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, que permitiria o escoamento da produção de borracha e exportações bolivianas.

²⁹ Especialmente nos seringais acreanos, pertencentes, até então, a Bolívia (TEIXEIRA, FONSECA, 2003, p. 124).

Devido ao fato de o Brasil ter sido praticamente fornecedor mundial exclusivo do látex até o início do século XX, a produção brasileira atingiu alta cotação no mercado internacional: “de 45 libras por tonelada nos anos quarenta [século XIX], o preço médio de exportação sobe para 118 libras no decênio seguinte, 125 nos anos sessenta e 182 nos setenta [...], alcançando, no triênio 1909-11, a média de 512 libras por tonelada” (FURTADO, 2003, p. 132).

Com tamanho reajuste nos preços do látex que, de acordo com os aumentos observados, em pouco tempo alcançaria preços inviáveis ao mercado consumidor, ficou evidente a necessidade de reestruturação da produção amazônica e da oferta de látex, que contava apenas com as árvores nativas da floresta e com métodos rudimentares de extração. Para atender à crescente procura pela borracha, devido ao desenvolvimento econômico dos países desenvolvidos, era importante que a produção brasileira fosse racionalmente organizada, para aumentar a produtividade e reduzir custos. Antes que isso acontecesse, os ingleses levaram mudas de seringueiras para o Oriente, onde o vegetal se adaptou bem, propiciando condições de desenvolvimento e posterior oferta de látex ao mercado mundial. O látex oriental adentrou o mercado internacional no início do século XX e a produção oriental no segundo decênio desse século, a preços bem mais acessíveis³⁰, havia superado a brasileira, levando os Estados da região Norte à falência:

Produção racionalmente organizada, com abundância de capitais, fretes mais baratos, técnicas mais modernas de extração e coagulação do látex, mão-de-obra abundante e barata, custos de produção menores e produtividade maior e controle das condições políticas fizeram com que a borracha do Oriente suplantasse a frágil e nativa produção da borracha extraída da floresta amazônica (CÁCERES, 1993, p. 234).

Assim, no início do século XX ocorreu queda nos preços da borracha devido à produção asiática, fruto do contrabando de sementes de seringueira (*Hevea brasiliensis*) por ingleses para a Malásia. Tal fato levou a região Norte a uma forte crise, uma vez que a riqueza produzida não foi investida, não havendo, pois, o fortalecimento econômico local. Após o declínio da extração e oferta amazônica do látex, foi criada a borracha sintética, fato que reduziu significativamente a importância da borracha natural no mercado mundial.

³⁰ “Com efeito, ao introduzir-se a borracha oriental de modo regular no mercado, depois da Primeira Guerra Mundial, os preços do produto se reduziram de forma permanente a um nível inferior a cem libras por tonelada” (FURTADO, 2003, p. 133).

Nesse mesmo período, entre os anos de 1907 e 1912, foi construída a ferrovia Madeira-Mamoré, contornando o trecho encachoeirado do rio Madeira, ligando Porto Velho (até então um pequeno núcleo de povoamento) a Guajará-Mirim, que se desenvolveu em torno da estação. A ferrovia foi responsável por atrair as atividades de carga e descarga que ocorriam em Santo Antônio, vila que aos poucos foi sendo abandonada por seus habitantes, acelerando o povoamento e o desenvolvimento da economia de Porto Velho e de Guajará-Mirim. Essa ferrovia, que esteve em funcionamento de 1912 até 1972, ficou conhecida como “Ferrovia do Diabo” devido ao grande número de mortes de trabalhadores durante a execução da obra³¹.

A mão-de-obra disponível na Amazônia, ainda que insuficiente, estava sendo majoritariamente empregada nos seringais. Dessa forma, foi necessária a realização de recrutamento de estrangeiros e de trabalhadores de outras partes do país não somente para a construção da estrada de ferro, mas também para atuarem nos seringais e nas atividades relacionadas à implantação da linha telegráfica nas regiões de Mato Grosso e Amazonas.

Trabalharam na estrada de ferro Madeira-Mamoré trabalhadores das mais diversas nacionalidades: norte-americanos, ingleses, espanhóis, italianos, gregos, hindus e portugueses, com predomínio de barbadianos³², que já tinham experiência adquirida na construção do canal do Panamá – fato que proporcionou aos trabalhadores disciplina, vigor físico e experiência em ambientes hostis, transformando-os em elementos de elevada importância para a empreitada.

A cidade de Porto Velho, antes do início da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM), era apenas um ponto geográfico composto por uma densa floresta. Com o desenvolvimento das atividades de construção da linha férrea, o local começou a ganhar contornos de cidade – a companhia responsável pelo empreendimento construiu “residências, alojamentos, usina de geração de eletricidade, sistema de telefonia, captação de água, hospital, porto fluvial, armazém para o abastecimento dos funcionários, lavanderia e até uma fábrica de biscoitos e outra de gelo” (TEIXEIRA; FONSECA, 2003, p. 143). Toda essa infraestrutura

³¹ Fonte: <<http://www.efmm.net/historia.htm>>. Acesso em 22.Ago.2011.

³² Os barbadianos eram negros protestantes, cuja língua materna era a inglesa, originários da América Central e de países como Barbados, Trindad, Jamaica, Santa Lúcia, Martinica, São Vicente, Guianas, Granadas (TEIXEIRA, FONSECA, 2003, p. 141).

possibilitou que o local fosse elevado à categoria de município em 1914 pelo então governador do Estado do Amazonas.

Já em 1928 foi criado o município de Guajará-Mirim, que também não dispunha de população expressiva até o início das atividades de construção da EFMM – antes, o local era composto basicamente por seringais. Apesar de pertencer ao Estado de Mato Grosso, Guajará-Mirim comunicava-se mais facilmente com Porto Velho (Estado do Amazonas), Vila Bela (Mato Grosso) e com a Bolívia (Guayaramerin), e não com a capital do Estado, devido à dificuldade de acesso via terrestre. Assim como Porto Velho, os cidadãos de Guajará-Mirim eram das mais diversas nacionalidades. Os pelotões para guardar as fronteiras foram criados durante o governo de Getúlio Vargas, atendendo às necessidades de guarda de Porto Velho, de Guajará-Mirim e do Forte Príncipe da Beira.

Visando à integração nacional, as partes norte e oeste do Brasil foram interligadas a partir de linhas telegráficas ligando Mato Grosso ao Amazonas, na tentativa de romper o isolamento entre esses locais e os grandes centros urbanos do país, uma vez que já existia o telégrafo entre Cuiabá e Rio de Janeiro (capital do país). Para a construção das linhas telegráficas, eram necessários ordem e disciplina por parte dos trabalhadores, que eram recrutados (em sua maioria) através de prisões e degredos. Em oito anos, foram construídos mais de 2200 km de linhas, possibilitando a fixação de núcleos de povoamento na região.

Em meados do século XX foram descobertos diamante e cassiterita na região amazônica, fator que desencadeou, na década de 60, novos fluxos migratórios compostos por garimpeiros que buscavam a extração manual da cassiterita matéria-prima para a produção do estanho. Na década seguinte, o Governo brasileiro proibiu a garimpagem manual devido à baixa produtividade e ao caráter predatório da atividade, ocasionando a desestruturação da economia regional – falências no comércio e elevado índice de desemprego na região.

Para acelerar o povoamento local, foi construída na década de 60, durante o Governo de Juscelino Kubitschek, a rodovia Brasília-Acre (conhecida como BR-364), ligando, via terrestre, a Amazônia ao Centro-Sul do país. O Governo brasileiro criou o 5º Batalhão de Engenharia de Construção, para manter a trafegabilidade da BR-364, criando também uma rodovia que ligasse Porto Velho a Guajará-Mirim, o que resultou na extinção da estrada de ferro Madeira-Mamoré. “A BR-364 impulsionou um novo e definitivo surto migratório para a região baseado na

agricultura, o que possibilitou a criação de diversos municípios [...]~” (TEIXEIRA; FONSECA, 2001, p. 172). A rodovia trouxe prosperidade e desenvolvimento para a região, ocasionando o desenvolvimento da economia regional (agricultura, pecuária) e o surgimento de novos núcleos de colonização ao longo da BR-364 e consequentes estradas vicinais que dela partiam.

Com a integração rodoviária ao restante do País, a população da região Norte cresceu geometricamente. Os fluxos migratórios, porém, passaram a ser de outra natureza: até a década de 70, os migrantes buscavam riquezas minerais (seringueiros, mineradores, extratores), caracterizando a migração nômade. Transcorrido esse período, a migração passou a ser motivada pela busca da terra para a agricultura, assumindo características sedentárias e desencadeando aumento da população rural. Foram criados pelo Governo projetos de colonização das terras da União. O INCRA, porém, não conseguiu por em prática tais projetos, o que desencadeou diversos conflitos entre grileiros e posseiros.

Durante muito tempo, a região Amazônica não recebeu atenção por parte do Governo brasileiro. Rica em biodiversidade e minerais, não havia controle do espaço aéreo ou mesmo das fronteiras regionais, propiciando a extração ilegal, o tráfico de animais silvestres, a degradação do meio ambiente. A Amazônia brasileira conta, desde 2002, com os projetos SIVAM/SIPAM (Sistema de Vigilância/Proteção da Amazônia), criados pelo Governo brasileiro, com o objetivo de “monitorar o espaço aéreo da região e criar uma rede de coleta e difusão de dados que permita a atuação mais eficiente de órgãos como a Polícia Federal e o IBAMA” (VOMERO, 2003, s/p), contribuindo sobremaneira para a preservação do patrimônio genético e ambiental da Amazônia brasileira.

Diante do panorama histórico exposto, fica evidente a evolução da região Norte do Brasil – que passou de uma região com riquezas minerais em abundância, povoada por povos autóctones, para uma região atrativa de indivíduos oriundos das mais diversas partes do Brasil e de outros países, desencadeando o contato entre línguas e culturas distintas em uma mesma área geográfica e também o desmatamento em larga escala, em decorrência do processo de urbanização.

Nesse contexto, o Projeto Atlas Linguístico do Brasil está registrando *in loco* a língua portuguesa em uso na região Norte do Brasil, a par das demais regiões, e buscando evidenciar as especificidades dessa região brasileira, identificando e

delimitando áreas dialetais que poderão ratificar e/ou refutar a divisão proposta por Nascentes (1953).

O panorama histórico justificaria a divisão proposta por Nascentes, pois se sabe que o povoamento do Brasil ocorreu inicialmente nas regiões litorâneas e que o processo de interiorização do povoamento, em larga escala, só ocorreu após a ocupação inicial do território brasileiro, o que acarretou certo grau de isolamento da região Norte, a do *falar amazônico*, em relação ao restante do País, fator que propiciou a instauração de uma norma regional, durante muito tempo não exposta a influências externas significativas. Reforça a ideia de isolamento da área do *falar amazônico* a proposta de uma área de território incaracterístico em termos de uso da língua portuguesa, que recebeu esse adjetivo justamente por ser, à época, escassamente povoado pelo homem branco, além de contar com densas florestas nativas, fato que inviabilizava qualquer tipo de estudo linguístico. Com a atual configuração da região Norte – povoada e com infraestrutura –, é possível verificar, por exemplo, que peculiaridades caracterizam o território considerado incaracterístico³³ por Nascentes (1953) e verificar a vitalidade ou não da área dialetal do *falar amazônico* contemporaneamente.

Realizadas essas considerações de caráter histórico, no Capítulo III, a seguir, são discutidos os parâmetros metodológicos que orientaram a execução deste trabalho.

³³ Já há uma tese em andamento na Universidade Estadual de Londrina que está documentando e descrevendo o falar da população de localidades situadas na área do território incaracterístico (NASCENTES, 1953).

CAPÍTULO III: Metodologia

3.1 Situando o Projeto ALiB³⁴ - Atlas Linguístico do Brasil

O Projeto ALiB, desenvolvido em âmbito nacional, está coletando os dados linguísticos por meio de inquéritos realizados com informantes selecionados de acordo com critérios espaciais – nascidos e criados na localidade, não podendo ter passado mais de um terço da vida em outra região linguística, e cujos pais sejam naturais da mesma área pesquisada – e critérios sociolinguísticos, como faixa etária (18 a 30 anos e 50 a 65 anos), sexo (masculino e feminino) e escolaridade – nas localidades do interior dos Estados, os quatro informantes devem possuir Ensino Fundamental incompleto, enquanto nas capitais são selecionados, além dos quatro informantes com essa escolaridade, mais quatro com Curso Superior completo. O número de informantes do Projeto ALiB totaliza 1.100 brasileiros naturais de 250 localidades distribuídas em todo o território nacional.

Para a realização dos inquéritos, a equipe do Projeto ALiB utiliza um questionário linguístico composto por três tipos de questionários: Fonético-fonológico (QFF), Semântico-lexical (QSL) e Morfossintático (QMS), além de questões de prosódia e de pragmática, temas para discursos semidirigidos, perguntas metalinguísticas e texto para leitura.

Tendo como objeto de pesquisa a língua em uso na sua modalidade oral, nos níveis fonético-fonológico, lexical e morfossintático, o Projeto ALiB tem como meta descrever o português brasileiro, buscando traçar áreas dialetais que evidenciem especificidades de cada região por meio de resultados mapeados em cartas linguísticas, que possibilitem, dentre outras leituras, identificar em que proporção a subdivisão do Brasil em falares, proposta por Nascentes (1953), a última divisão dessa natureza proposta até hoje, ainda se mantém. Vale ressaltar que essa proposta baseou-se em dados fonéticos, não tendo se pautado em estudo de campo, mas sim em observações do autor em viagens por todo o território nacional. O Projeto ALiB, por sua vez, coleta dados reais do português contemporâneo, seguindo rígida metodologia, fato que proporciona o mapeamento e a

³⁴ Informações disponíveis em <http://twiki.ufba.br/twiki/>. Acesso em 23.jun.2012.

intercomparação de dados, haja vista que não apenas o universo linguístico é de grande amplitude, como também os dados linguísticos coletados são concretos, explicitando a norma seguida nas diferentes localidades do país.

Como já mencionado, o Projeto ALiB conta com uma rede de pontos constituída por 250 localidades distribuídas por todo o território nacional, sendo 26 delas objeto deste estudo. Para selecionar as localidades que compõem a rede de pontos do Projeto ALiB, consideraram-se critérios como a extensão territorial de cada região, dados demográficos, culturais, históricos e o processo de povoamento. A seleção das localidades diferenciou-se do que tem sido feito tradicionalmente em trabalhos de natureza dialetal no que se refere a critérios como antiguidade e grau de isolamento dos grandes centros, já que o Projeto ALiB inseriu em sua rede de pontos, por exemplo, 25 capitais, excetuando Brasília por se tratar de capital criada na década de 50, fator que poderia comprometer a coleta de dados dos informantes idosos, e Palmas, por ser uma capital jovem, cujos habitantes não se encaixam no perfil geográfico do Projeto ALiB (nascidos e criados na localidade, não podendo ter passado mais de um terço da vida em outra região linguística. Levaram-se em conta, também, questões ligadas a limites – internos e internacionais – analisando-se as sugestões de Nascentes (1958) e de atlas linguísticos já produzidos no Brasil, mantendo-se os pontos considerados pertinentes para os objetivos da pesquisa.

Em 1958, na tentativa de dar uma resposta ao Decreto nº 30.643, de 20 de março de 1952, do Governo brasileiro, Nascentes propõe uma relação de localidades que poderiam vir a constituir a rede de pontos de um atlas linguístico nacional. Para a identificação atual das 606 localidades indicadas pelo estudioso para pesquisa de campo com vistas à composição do atlas linguístico nacional do português do Brasil, Teles (2008), em seu artigo *A necessidade de georreferenciar as localidades nos atlas linguísticos*, aponta alguns obstáculos encontrados quanto à localização da rede de pontos proposta pelo dialetólogo:

[...] as dificuldades podem ser elencadas sob três aspectos: multiplicidade de localidades com mesmos topônimos, alteração dos topônimos e, principalmente, falta de referência para a localização dos mesmos, agravada pelo fato de a divisão política do Brasil ter sofrido várias alterações entre 1958 e os dias atuais (TELES, 2008, s/p).

Além disso, foram detectados problemas na listagem proposta por Nascentes, tais como erros na sequência de numeração, ausência ou repetição de números e

localidades com dupla numeração. Acrescem-se, ainda, aos fatores que dificultaram a identificação das localidades propostas por Nascentes, as alterações toponímicas sofridas, diferenças ortográficas ou mesmo o fato de algumas localidades pertencerem, à época, a outras Unidades da Federação:

[...] entre 1958 e os dias atuais a divisão política do Brasil sofreu várias alterações, com a criação de novos estados a partir da divisão de alguns deles, extinção da classificação “território” com alguns transformados em estados e um deles como distrito estadual (Fernando de Noronha), bem como o redesenho de algumas fronteiras em decorrência de áreas em litígio. Alterações dessas natureza também ocorreram nas demais categorias, tendo havido não apenas desmembramentos para a criação de novos municípios como também, embora menos comum, a fusão de alguns com a conseqüente extinção de outros outrora existentes (TELES, 2008, s/p).

Diante do exposto, segundo a mesma estudiosa, o número inicial de localidades passaria por uma mudança, de 606 para 602. Muitos são os pontos propostos por Nascentes que coincidem com a rede de pontos do Projeto ALiB (região Norte, que é o foco desta pesquisa), conforme quadro a seguir³⁵:

REGIÃO	ESTADO	N.º DE PONTOS – ALiB (REGIÃO NORTE)	COINCIDÊNCIA COM NASCENTES (1958)
NORTE	ACRE	02	02
	AMAPÁ	02	02
	AMAZONAS	05	04
	PARÁ	10	04
	RONDÔNIA	02	02
	RORÂIMA	01	01
	TOCANTINS	02	01
	TOTAL	24	16

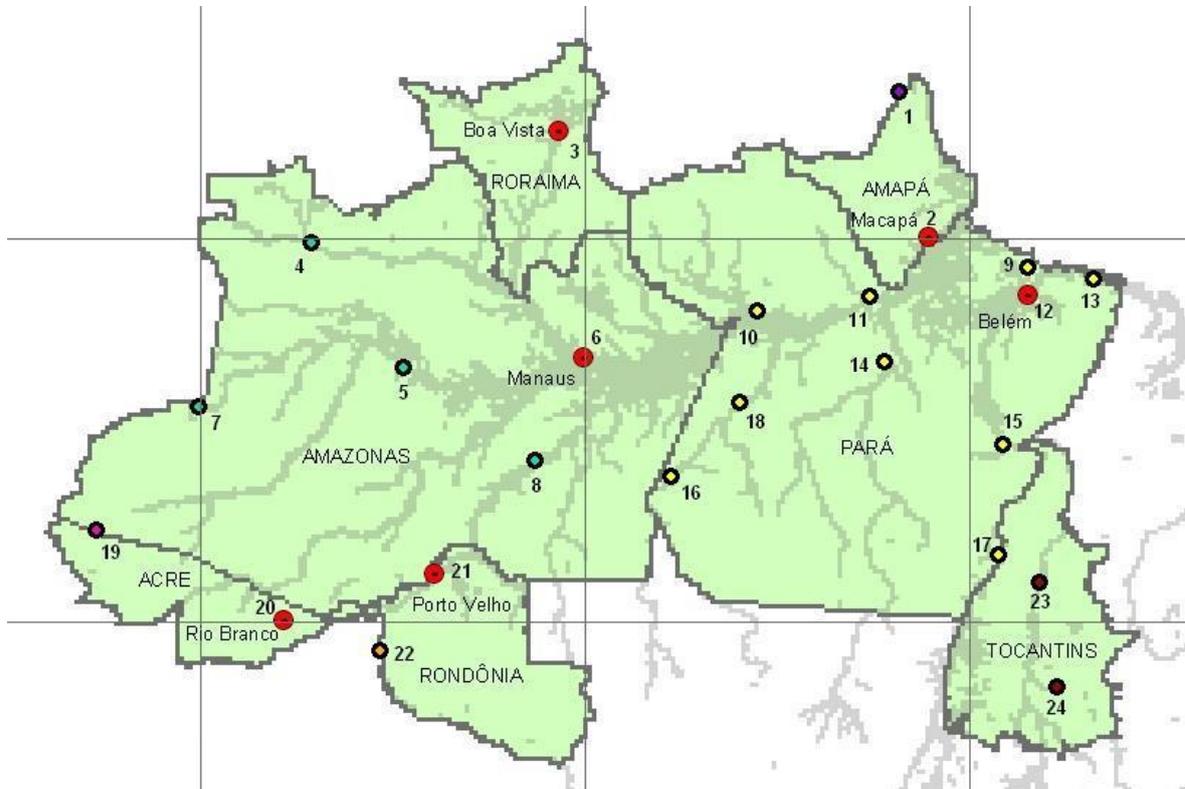
Quadro I – Número de pontos do Projeto ALiB coincidentes com a proposta de Nascentes (1958)

A rede de pontos do Projeto ALiB, como fora mencionado anteriormente, teve como ponto de partida a sugerida por Nascentes (1953)³⁶. A região Norte do Brasil,

³⁵ Fonte: TELES 2008, s/p.

³⁶ Ver Figura 1, mapa com a proposta de divisão dialetal do Brasil sugerida por Nascentes (1953), p. 29 deste trabalho.

que abriga a área dialetal do *falar amazônico* (Figura 1) e também algumas localidades da área de controle³⁷, pode ser visualizada no mapa a seguir.



Fonte: <http://twiki.ufba.br/twiki/pub/Alib/RedePontos/mapa-norte.jpg>. Acesso em 09. mai. 2011

Figura 3: Rede de pontos do Projeto ALiB na região Norte do Brasil

3.2 Corpus investigado

O *corpus* a pesquisa que deu respaldo a este trabalho constitui-se de dados recolhidos de inquéritos linguísticos realizados pela equipe do Projeto ALiB, junto a 128 informantes de 26 localidades da região Norte. A opção pelo uso dos dados³⁸ do Projeto está relacionada ao fato de os atlas linguísticos constituírem “juntamente com as monografias regionais, autênticas fotografias de dados” (SILVA, 2003), associado ao fato de ALiB ter como objetivo mais amplo registrar e descrever a variante brasileira do português falado, traçando áreas dialetais que poderão vir a

³⁷ Áreas de controle são regiões circunvizinhas à área estudada – no caso, a área do falar amazônico –, para buscar identificar um possível contínuo dialetal do falar amazônico.

³⁸ A utilização dos dados inéditos do Projeto ALiB foi autorizada pela Presidente do Comitê Nacional de Coordenação do Projeto ALiB, documento disponibilizado na seção de Anexos deste trabalho.

confirmar ou a refutar a proposta de divisão do Brasil em áreas dialetais de Nascentes (1953)³⁹.

Como já anunciado, o estudo examinou em que proporção o *falar amazônico* proposto por Nascentes (1953) se confirma até os dias atuais no nível lexical. A área dialetal em questão foi assim descrita por Nascentes (1953, p. 25) segundo a descrição: “[...] abrange o Acre, o Amazonas, o Pará e a parte de Goiás que vai da foz do Aiquiqui à serra do Estrondo”. Pela descrição, nota-se que a porção descrita como parte de Goiás é, hoje, parte de Tocantins, e alguns dos atuais Estados da Federação (Roraima, Amapá) não são citados, pois a divisão política da época era distinta da atual.

Para atestar a vitalidade da área dialetal do *falar amazônico* nos dias atuais, foi utilizada a metodologia desenvolvida por Ribeiro (2012), que consiste na seleção das localidades que compõem a área dialetal em foco e de localidades de regiões limítrofes (áreas de controle), a fim de se analisar até que ponto as áreas adjacentes à pesquisada influenciam e/ou são influenciadas pelo falar da área dialetal. No caso desta pesquisa, a área dialetal do *falar amazônico* é constituída por 20 localidades da região Norte do Brasil, totalizando 100 informantes, e a área de controle, por 06 localidades – uma de Tocantins⁴⁰, uma de Rondônia, duas de Mato Grosso e outras duas do Maranhão – somando 28 informantes. O Quadro II a seguir detalha a distribuição dessas localidades:

Estado	Localidade/ALiB	Falar amazônico	Área de controle
AP	001 – Oiapoque	x	
	002 – Macapá	x	
RR	003 - Boa Vista	x	

³⁹ Nascentes publicou, em 1922, *O linguajar carioca*, em que consta a proposta de divisão do país em áreas dialetais. Em 1953, a obra foi re-elaborada e publicada (versão utilizada nesta pesquisa). Já 1958 foi o ano de publicação de *Bases para a elaboração de um atlas linguístico do Brasil*.

⁴⁰ Apesar de os Estados de Tocantins e de Rondônia pertencerem à região Norte do Brasil, as localidades da rede de pontos do ALiB nesses Estados não pertencem à área dialetal do falar amazônico, por se situarem além dos limites delimitados por Nascentes (1953) para a mencionada área dialetal. Porto Velho (RO), Aripuanã e São Félix do Araguaia (MT) localizam-se no “território incaracterístico”, enquanto Pedro Afonso (TO), Turiaçu e Imperatriz (MA) situam-se na área do falar nordestino, segundo a proposta do dialetólogo brasileiro. Neste estudo essas seis localidades integram a área de controle.

AM	004 - São Gabriel da Cachoeira	x	
	005 – Tefé	x	
	006 – Manaus	x	
	007 - Benjamin Constant	x	
	008 – Humaitá	x	
PA	009 – Soure	x	
	010 – Óbidos	x	
	011 – Almeirim	x	
	012 – Belém	x	
	013 – Bragança	x	
	014 – Altamira	x	
	015 – Marabá	x	
	016 – Jacareacanga	x	
	017 - Conceição do Araguaia	x	
018 – Itaituba	x		
AC	019 - Cruzeiro do Sul	x	
	020 - Rio Branco	x	
RO	021 - Porto Velho		x
TO	023 - Pedro Afonso		x
MA	025 – Turiaçu		x
	029 – Imperatriz		x
MT	103 – Aripuanã		x
	104 - São Félix do Araguaia		x

Quadro II: Identificação das localidades investigadas nesta pesquisa

Conforme mencionado anteriormente, este estudo pautou-se em dados geolinguísticos coletados pela equipe do Projeto ALiB. Para a coleta do material linguístico examinado, foram consultados os áudios das entrevistas que foram executados no programa *Winamp*. Para o registro das respostas obtidas para as treze perguntas pertencentes à área semântica selecionada foi utilizada uma planilha no Excel, contendo todas as informações referentes aos inquéritos linguísticos: Estado, área semântica, número da questão, texto da questão, número e nome da localidade, número do informante e respostas (até a 5ª, se necessário).

Paralelamente, os dados relativos aos inquéritos linguísticos (ficha do informante, questões, respostas esperadas, respostas obtidas) foram armazenados no programa *Agium Soft*, desenvolvido por Wallace Nascimento inicialmente para atender às necessidades das pesquisas de Vanessa Cristina Martins Benke e Luciene Gomes Freitas Marins, que também trabalharam com dados do Projeto ALiB, nas suas respectivas dissertações de Mestrado, defendidas em março de 2012 também no Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Estudos de Linguagens. As respostas obtidas são lançadas no programa, que fornece relatórios percentuais e gráficos referentes a diversas combinações – agrupamento de dados por localidade; por Estado; por região; por sexo; por escolaridade; por respostas válidas. Com base nos relatórios gerados pelo programa *Agium Soft*, as variantes foram analisadas do ponto de vista léxico-semântico e diatópico; nos casos em que o corpus evidenciou dados relevantes, também do ponto de vista diageracional, diassexual ou diastrático.

O programa *Agium Soft* funciona da seguinte forma: os técnicos que administram o programa cadastram a área semântica solicitada pelo usuário – no caso desta pesquisa, *jogos e diversões infantis*. Posteriormente, é necessário realizar o cadastro das perguntas e das localidades a serem estudadas e das fichas dos informantes. Feito isso, as respostas obtidas são lançadas no banco de dados, sendo possível inserir mais de uma resposta por informante, assinalar se a resposta é válida ou não, e também inserir o contexto em que a unidade lexical foi proferida (os comentários, as explicações relevantes fornecidas pelos informantes). As Figuras 4 a 7, na sequência, apresentam algumas telas ilustrativas do referido programa:

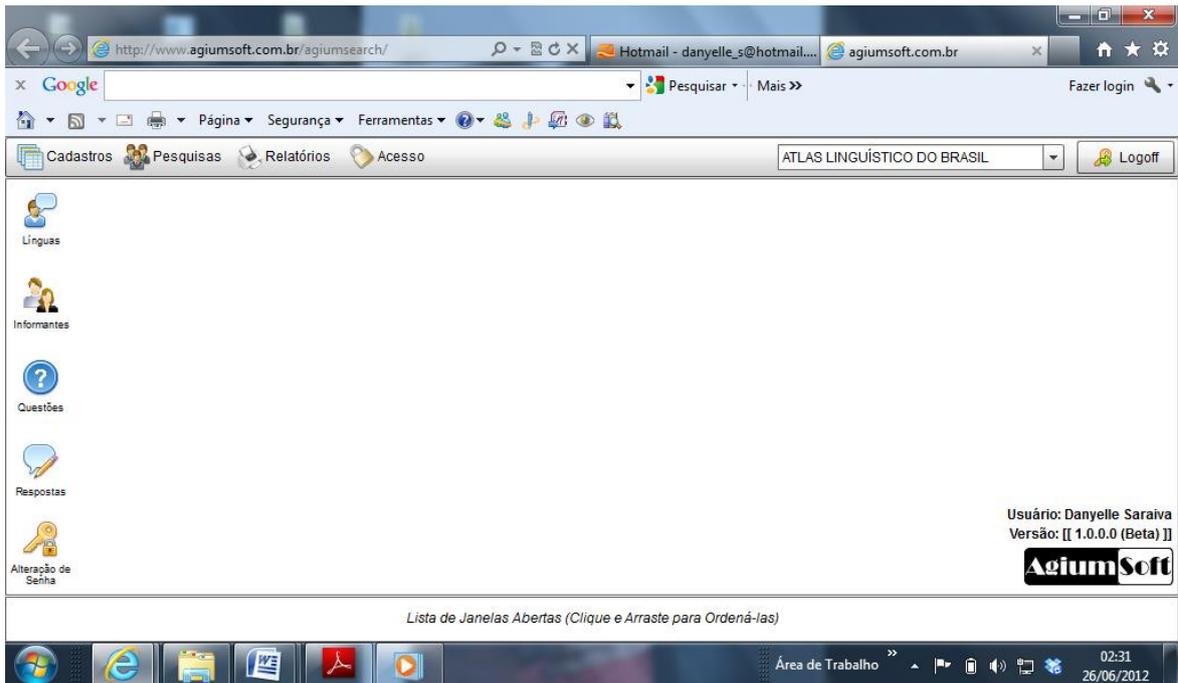


Figura 4: Área de trabalho do programa *Agium Soft*

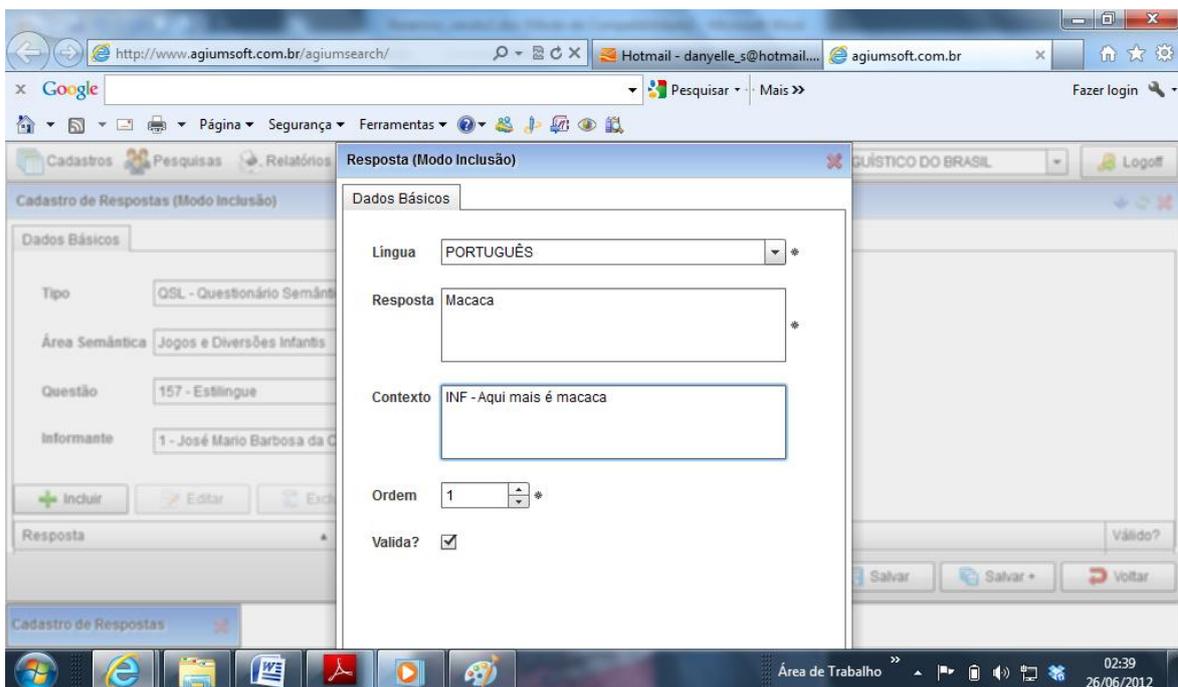


Figura 5: Tela de cadastro de respostas

O programa⁴¹ possibilita a busca das respostas cadastradas por meio de diferentes filtros: código (número da pergunta), conceito (texto da pergunta),

⁴¹ O acesso ao programa se dá por meio de contrato de prestação de serviço (locação do programa) com a empresa Agium Soft.

informante, ponto (número da localidade), cidade, Estado, conforme se observa na tela a seguir:

Código	Resposta esperada	Questao	Informante	Estado	Cidade	Ponto
157	Estilingue	O brinquedo feito de uma forquilha e duas tiras de borracha, que os meninos usam para matar passarinho?	1-Wilson Santana dos Prazeres	AP	OIAPOQUE	1
157	Estilingue	O brinquedo feito de uma forquilha e duas tiras de borracha, que os meninos usam para matar passarinho?	2-Maria das Graças Vilheno da Silva	AP	OIAPOQUE	1
157	Estilingue	O brinquedo feito de uma forquilha e duas tiras de borracha, que os meninos usam para matar passarinho?	3-Manoel Alcício Pantoja Nascimento	AP	OIAPOQUE	1

Figura 6: Tela de resultado de busca de respostas cadastradas utilizando o filtro *código* (número da questão)

Resposta	Porcentagem	Quantidade
BRASIL		
NORTE		
ACRE		
19 - CRUZEIRO DO SUL		
ESTILINGUE	33.33%	2
BALADEIRA	66.67%	4
Total cidade		6

Figura 7: Tela do relatório gerado pelo programa

Concluídas a alimentação do banco de dados do programa e a obtenção de relatórios, procedeu-se ao estudo dos dados, analisando-os segundo as dimensões diatópica e léxico-semântica. No intuito de facilitar a visualização da distribuição

diatópica, foi elaborada uma carta linguística para cada pergunta analisada. A representação dos dados no mapa foi efetuada por meio do modelo em pizza, proposto por Thun (final do século XX) que, além da distribuição espacial, indica a produtividade do dado mapeado. Ilustrando o exposto, na sequência apresentamos a Carta Linguística 02 que será analisada no capítulo seguinte deste trabalho.



Figura 8: Carta Linguística 02 (ilustração)

As cartas linguísticas produzidas no âmbito deste trabalho contêm os seguintes elementos: título (número da carta e item lexical mapeado, no caso, o mais produtivo dentre os catalogados), mapa com a distribuição diatópica, legenda e conceito, itens dispostos na parte inferior do mapa. Optou-se por mapear as designações mais produtivas – as de baixa produtividade⁴² e as ocorrências únicas foram agrupadas no item “outras”, evitando-se, assim, excesso de informações na carta. Todas as unidades lexicais documentadas foram objeto de discussão no

⁴² Considerou-se baixa produtividade o índice de ocorrências abaixo de 15%.

capítulo destinado à análise dos dados. Em alguns casos também foram elaborados gráficos tipo barra ou pizza, com o intuito de facilitar a visualização dos dados explorados. A área de controle está identificada por meio de sombreamento no mapa, já que há trechos da área de controle que pertencem à região Norte do Brasil, conforme legenda à esquerda, dentro do quadro do mapa.

Para subsidiar a análise léxico-semântica foram consultados os seguintes dicionários:

- *Vocabulario portuguez & latino*, de Raphael Bluteau, 1712 - 1728.
- *Diccionario da lingua portugueza*, de Antonio Moraes Silva, 1813.
- *Diccionario da Lingua Brasileira*, de Luiz Maria da Silva Pinto, 1832.
- *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*, de Antônio Houaiss, 2001.
- *Novo dicionário Aurélio versão 5.0 edição revista e atualizada: Dicionário eletrônico*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, 2004.
- *Dicionário do folclore brasileiro*, Luís da Câmara Cascudo, 2001.

Além dos dicionários, foi realizado um cotejo com resultados de outros estudos já realizados acerca de temas aqui abordados, dentre eles, a Tese de Ribeiro (2012) que mapeou dados da área semântica aqui estudada em busca de confirmação da área dialetal do *falar baiano*. Esse cruzamento de dados permitiu visualizar tendências de disseminação ou de retenção de determinados itens lexicais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.

O Capítulo IV, na sequência, apresenta o *corpus* e discute os dados selecionados como objeto de investigação.

CAPÍTULO IV: Tratamento e análise dos dados

O corpus da pesquisa foi constituído de 196 unidades lexicais obtidas como respostas, junto a 128 informantes da área dialetal do *falar amazônico* e da área de controle, para as 13 perguntas associadas à área semântica *jogos e diversões infantis* (QSL/ALiB). As unidades lexicais foram analisadas tanto quantitativa quanto qualitativamente, considerando as dimensões diatópica e léxico-semântica.

Sendo um dos objetivos desta pesquisa a cartografia dos dados, foram elaboradas cartas com o mapeamento dos itens lexicais mais produtivos de cada questão. Já as ocorrências únicas foram apresentadas em quadros que apontam a localidade e o perfil do informante. A análise semântica considerou as explicações fornecidas pelos informantes e as informações obtidas das fontes de consulta. A apresentação dos dados seguiu a sequência da numeração das perguntas no Questionário Semântico-Lexical do Projeto ALiB (2001).

4.1 QSL/155 – “Brincadeira em que se gira o corpo sobre a cabeça e acaba sentado”

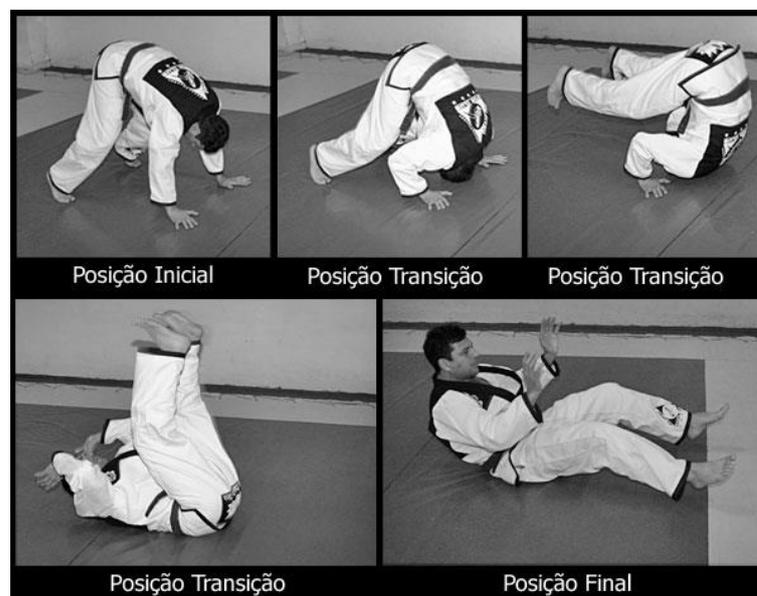


Figura 9: Representação da cambalhota⁴³.

No universo delimitado para este estudo, foram documentados, dentre unidades lexicais e variantes fônicas, 23 itens para nomear o conceito em foco:

⁴³ Fonte: www.lotusjiujitsu.com%252Fdados_metodologia.php Acesso em 31 ago 2013.

*cambalhota, cambota, carambola, carambela, carambota, carambiola, carambiela, carambiota, calhambota, calambota, calambiota, calambola, calambiola, tiúba, mortal, salto mortal, salto, cangapé, bunda canastra, pirueta, piruleta, capoeira e giro*⁴⁴. As designações foram agrupadas da seguinte maneira:

Item Lexical	Agrupamento
Cambalhota	<i>cambalhota, carambota, carambiota, calhambota, calambota, calambiota,</i>
Carambola	<i>carambola, calambola, calambiola, carambiola,</i>
Carambela	<i>carambela, carambiela,</i>
Tiúba	<i>tiúba</i>
Outras	<i>cambota, mortal, salto mortal, salto, cangapé, bunda canastra, pirueta, piruleta, capoeira e giro</i>

Quadro III: Agrupamento das designações catalogadas como resposta para a pergunta 155/QSL

Apenas 04 indivíduos não responderam à questão em foco, totalizando 3,1% do universo dos informantes. O gráfico a seguir apresenta o índice de respostas obtidas e não obtidas:

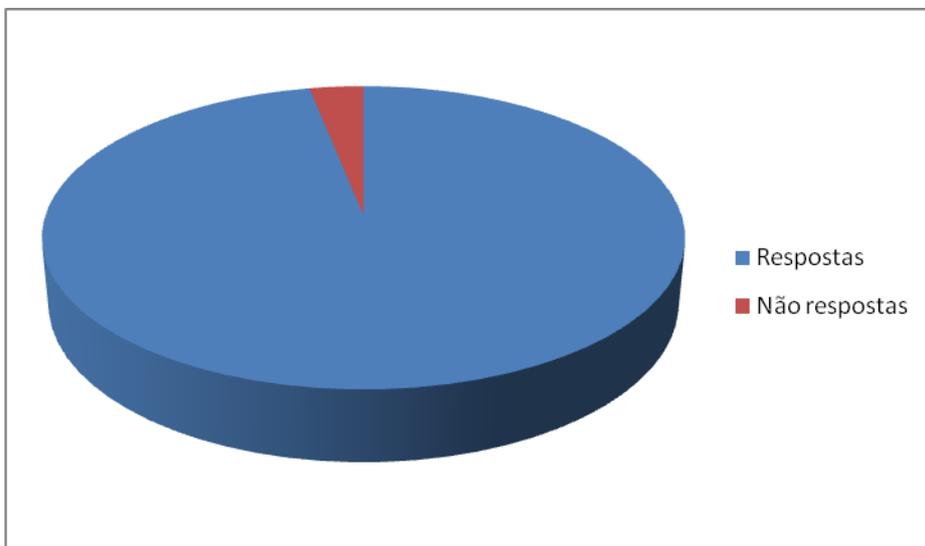


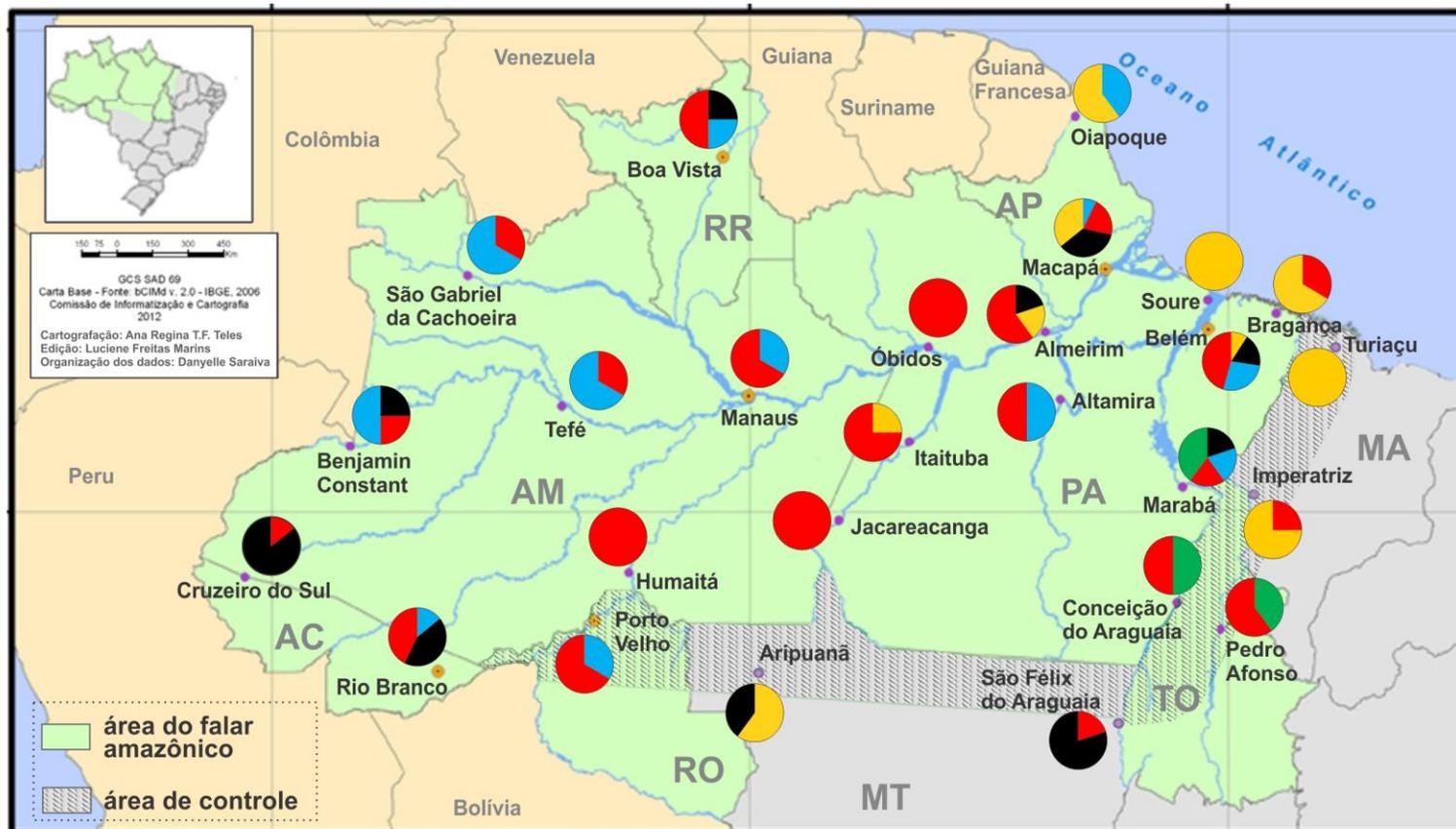
Gráfico 1: Percentual de informantes que responderam e que não responderam a pergunta 155/QSL

⁴⁴ Também foram mencionadas as designações *palhaço, peão, parafuso e estrelinha/estrela parcela*, porém essas não foram consideradas respostas válidas, pelo distanciamento do que se busca apurar na pergunta 155/QSL.

Fica evidente que o percentual de respostas não obtidas foi extremamente reduzido, o que sugere que a brincadeira em questão ainda faz parte do repertório de diversões infantis.

O agrupamento *cambalhota* foi o mais produtivo no universo das designações registradas, com 48% das ocorrências, seguida do agrupamento *carambola* (18,2%), de *carambela* (15,5%) e de *tiúba* (4,1%). O conjunto composto por todas as outras designações (*cambota*, *mortal*, *salto mortal*, *salto*, *cangapé*, *bunda canastra*, *pirueta*, *piruleta*, *capoeira* e *giro*) totalizou 14,2% das ocorrências. A Carta Linguística 01, disponibilizada na próxima página, ilustra a distribuição diatópica das unidades lexicais analisadas e seus agrupamentos.

Carta 01 - Cambalhota



Conceito: «brincadeira em que se gira o copo sobre a cabeça e acaba sentado?»

Nota-se pelos dados mapeados que o item lexical *carambela* é o mais produtivo nas seguintes localidades: Oiapoque (AP) (03 informantes); Macapá (AP) (05 informantes); Turiaçu (MA) (02 informantes); Imperatriz (MA) (03 informantes); Bragança (PA) (02 informantes) e Soure (PA) (04 informantes).

A leitura da carta evidencia que *cambalhota* está presente na quase totalidade das localidades investigadas – os dados do ALAM (Atlas Linguístico do Amazonas) também revelam elevada produtividade desse item lexical (88% no Estado do Amazonas). A tese de Ribeiro (2012) também registrou a predominância dessa unidade lexical na área do *falar baiano*, o que evidencia a influência dos falares entre regiões, já que há uma “possibilidade de uma análise das isoglossas formadas por [...] *cambalhota* em direção ao sul” (AGUILERA, 2007, p. 18).

A seguir pode-se visualizar a distribuição diageracional e diassexual. Não se notam grandes diferenças entre as duas perspectivas, haja vista que a unidade lexical *cambalhota* predomina sob as óticas apresentadas.

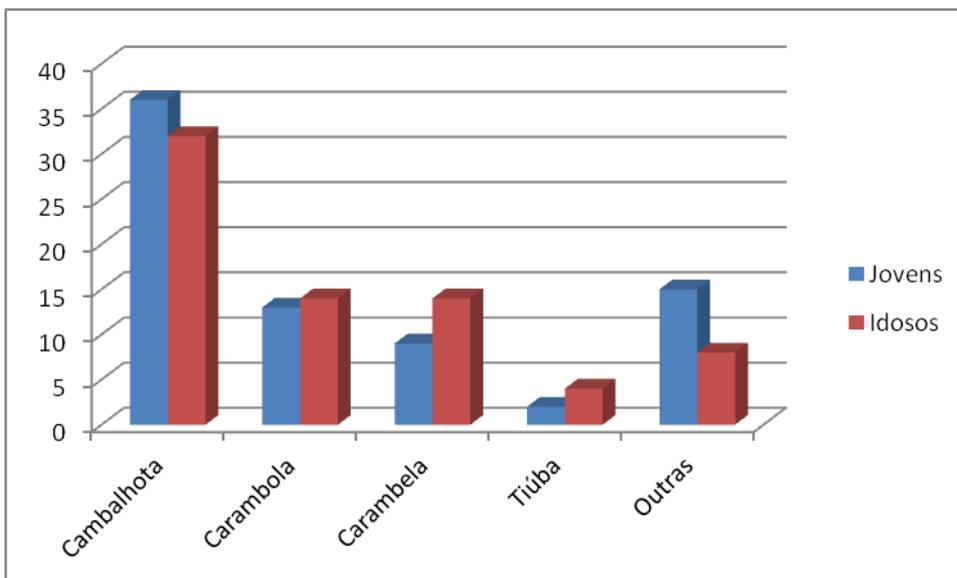


Gráfico 2: Perspectiva diageracional das respostas obtidas na região Norte

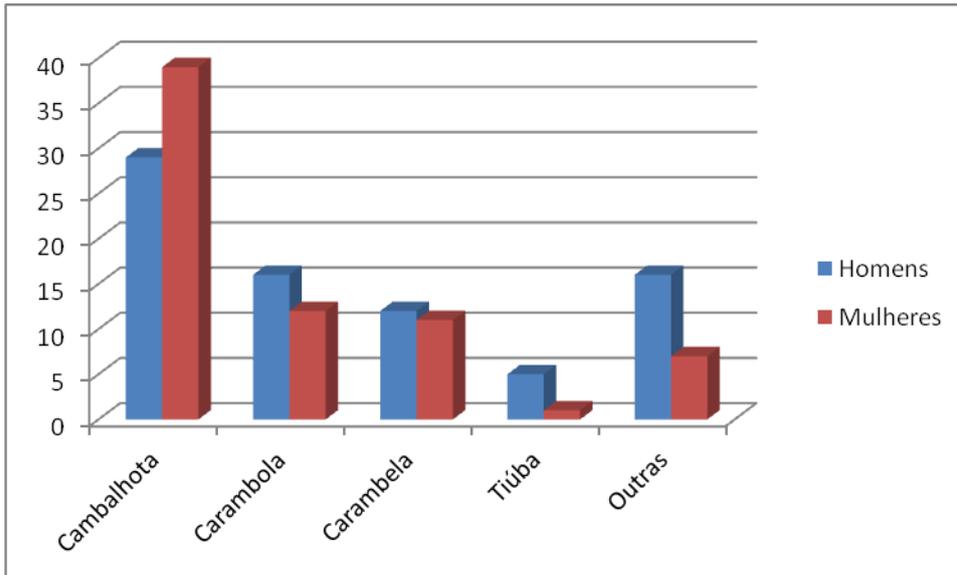


Gráfico 3: Perspectiva diassexual das respostas obidas na região Norte

A unidade lexical *cambalhota* é definida como “movimento que se faz girando o corpo sobre a cabeça e voltando à posição normal; cabriola, catrâmbias; salto acrobático; reviravolta, viravolta” (FERREIRA, 2004), e também como “movimento ou exercício em que se faz o corpo girar para a frente ou para trás, com ou sem apoio em qualquer superfície, realizando uma revolução em que os pés passam por cima da cabeça e voltam a tocar o chão; bagaço, cabriola, cambota” (HOUAISS, 2001), ou por derivação por extensão de sentido, “qualquer salto acrobático; qualquer movimento em que algo gira ou rodopia sobre si mesmo; reviravolta” (HOUAISS, 2001). As obras lexicográficas mais antigas também trazem definições para *cambalhota*: “Volta que se dá sobre o costado, firmando a cabeça no chão” (SILVA, 1832) e “Volta do corpo sobre as costas, assentando o alto da cabeça no chão” (PINTO, 1832), evidenciando que a brincadeira objeto da pergunta 155/QSL é bastante antiga na nossa cultura.

Outra variante que desperta atenção no conjunto dos dados é *tiúba*, mais produtiva em Marabá (PA), e com forte presença, ao lado da variante *cambalhota*, nas localidades de Conceição do Araguaia (PA) e Pedro Afonso (TO), fato que pode ser explicado devido à proximidade geográfica entre as localidades – Marabá e Conceição do Araguaia situam-se próximas à fronteira do Pará com o Tocantins.

Ferreira (2004) define *tiúba* como cachaça e remete ao vocábulo *teúba*, que, por sua vez, é definido como “pequena abelha amarelada”. Já em Houaiss (2001), a definição de *tiúba* é “aguardente de cana, cachaça”, “mesmo que tujuba”. O item

lexical *tujuba*, por seu turno, é definido como “abelha social brasileira (*Melipona rufiventris*), da subfam. dos meliponíneos, que apresenta coloração negra com abundante desenho arruivado e corpo coberto de pelos ferrugíneos; *teúba*, *tiúba*, *tuiuva*, *tujuva*”. Nascentes (1966), em seu dicionário etimológico resumido, define *tiúba* como “palavra expressiva” e registra que *teúba* é originária do tupi *te’uba*. Nessa mesma obra lexicográfica, o item lexical *tiú* é definido como “forma contracta de *teiu* ‘lagarto’. A planta também se chama raiz de lagarto”. Observa-se que nenhuma das acepções apresentadas aproxima-se do conceito em foco.

Como foi mencionada a variante *capoeira* como resposta para a mesma pergunta (155/QSL), pode-se levantar a hipótese de que o item lexical *tiúba* esteja relacionado ao vocábulo *aú*⁴⁵, golpe de capoeira, cujo movimento aproxima-se o conceito em foco. O vocábulo *aú* é definido como “Floreio (5) em que o capoeirista, apoiando as duas mãos no chão, forma uma figura semelhante à letra “A” e, posteriormente, erguendo as pernas, forma uma figura semelhante à letra “U” para, em seguida, retornar ao chão, num movimento semelhante ao da estrela (14)” (FERREIRA, 2004), ou como “golpe em que o capoeirista, com as mãos apoiadas no chão, joga o corpo no ar e gira-o lateralmente, formando um semicírculo com as duas pernas [É recurso de que o jogador lança mão quando atacado por várias pessoas.]” (HOUAISS, 2001). Nota-se a influência de um elemento da cultura africana (capoeira) na formação do léxico da região limítrofe da área do falar amazônico com a área de controle. É possível que a variante *tiúba* esteja concentrada naquela região (ver Carta 01) por se tratar de influência de quilombolas – escravos fugidos da região litorânea e que formavam quilombos em regiões interioranas, onde a vegetação, à época, seria mais densa, dificultando que os negros fugidos fossem encontrados.

A unidade lexical *cambota*, por sua vez, está dicionarizada em todas as obras lexicográficas utilizadas nesta pesquisa, porém em apenas uma delas consta a acepção relacionada ao campo semântico investigado: “voltar cambota: dar cambalhota” (SILVA, 1832). Já no caso da designação *carambola*, as definições constantes nas cinco obras lexicográficas não correspondem à acepção do campo semântico em foco nesta pesquisa, bem como ocorrem com as palavras *mortal* e *capoeira*. Os itens lexicais *salto* e *salto mortal* estão dicionarizados em Ferreira

⁴⁵ Registrado na tese de Ribeiro (2012).

(2004) e Houaiss (2001), com definição ligada a movimento corporal, mas não especificamente aquele investigado na pergunta 155/QSL. Situação semelhante ocorre com *pirueta*, definida genericamente como “salto” em Ferreira (2004) e Houaiss (2001), possivelmente devido à influência circense refletida na fala dos informantes urbanos contemporâneos.

As definições apresentadas para o vocábulo *giro*, nas obras lexicográficas investigadas, referem-se a rodeio, movimento em torno de algum centro, mas sem maiores especificações (definição genérica, podendo servir em outros casos, que não somente movimentos corporais).

No caso da designação *bunda canastra*, salienta-se que ela não está dicionarizada em nenhuma das cinco obras lexicográficas. Há o registro de *canastra* em Ferreira (2004) e em Houaiss (2001), significando, respectivamente, “as costas, cacunda”; “parte posterior do tronco humano, acima da cintura e abaixo dos ombros; costas”, o que nos leva à hipótese de que *bunda canastra* foi registrada como designação para a brincadeira em foco porque se usa a parte posterior do tronco apoiada no chão durante o giro, e o movimento termina com o indivíduo sentado.

A variante *cangapé* está dicionarizada em outras acepções em Ferreira (2004) e em Houaiss (2001). Nos outros dicionários há o registro de *cambapé*, que consiste em um movimento corporal utilizado como golpe em lutas, divergindo do conceito da pergunta 155/QSL.

Não estão dicionarizadas as variantes *carambela*, *carambota*, *carambiota*, *carambiela*, *carambiola*, *calhambota*, *calambota*, *calambiota*, *calambola*, *calambiola*, e *piruleta*.

Pelo exposto, o item lexical *cambalhota* foi o mais produtivo tanto na área do *falar amazônico*. O mesmo ocorreu na área do *falar baiano* (RIBEIRO, 2012), o que atesta a inter-influência entre regiões, uma vez que o registro de *cambalhota* evidencia a influência “dos falares sulistas sobre o Norte; trata-se de uma inovação no léxico do homem amazônico, dadas as fortes correntes migratórias no sentido sul>norte que vem se operando desde 1960” (AGUILERA, 2007, p. 19).

4.2 QSL 156/ “As coisinhas redondas de vidro com que os meninos gostam de brincar”

Segundo informações constantes no *sítio* do Museu dos Brinquedos⁴⁶, o brinquedo normalmente denominado de bolinha de gude tem as seguintes características:

Uma pedrinha redonda e lisa retirada da beira de um rio, podendo ser de argila, madeira, osso de carneiro ou castanha, azeitona, noz e avelã. As bolas de gudes mais antigas já encontradas eram semipreciosas e estavam no túmulo de uma criança egípcia, de 3 mil a.C. Seu uso foi difundido pelo Império Romano⁴⁷.



Figura 11: Bolinhas de gude⁴⁸

Cinco itens lexicais foram registrados para o conceito “as coisinhas redondas de vidro com que os meninos gostam de brincar”: *peteca*, *bola de gude/bolinha de gude*, *bolita/bolica*, *bolinha* e *bila*. Não houve casos de resposta não obtida. As unidades lexicais registradas como resposta a essa pergunta não estão dicionarizadas nem em Bluteau (1728), nem em Silva (1813) e nem em Pinto (1832).

⁴⁶ O Museu dos Brinquedos foi inaugurado em 2006 em Belo Horizonte (MG), como forma de dar continuidade ao museu itinerante dos brinquedos, que existiu de 1986 a 1999. Em 2000, por ocasião do falecimento da idealizadora, deu-se continuidade ao projeto, por meio da criação do Instituto Cultural Luiza Azevedo Meyer.

⁴⁷ Disponível em <www.museudosbrinquedos.org.br>. Acesso em 01 jul 2013.

⁴⁸ Fonte: <www.papjerimum.blogspot.com%252F2011%252F10%252Fvamos-brincar-de-que-jogar-biloca-bolas.html>. Acesso em 31 ago 2013.

Nessas obras lexicográficas mais antigas, apenas *bila* está dicionarizada, mas em acepção distinta da que está em foco nesta pesquisa.

A unidade lexical *peteca* foi a mais produtiva no conjunto de todas as localidades, com 75,7% das ocorrências, seguida de *bola/bolinha de gude*, com 17,1%; *bolita/bolica*, que soma 4,6% das ocorrências, com registro somente nas localidades da área de controle; *bolinha*, com 2% das ocorrências, e *bila*, ocorrência única (Itaituba PA), com percentual de 0,6%. Os gráficos a seguir mostram o índice de ocorrência das variantes por localidade.

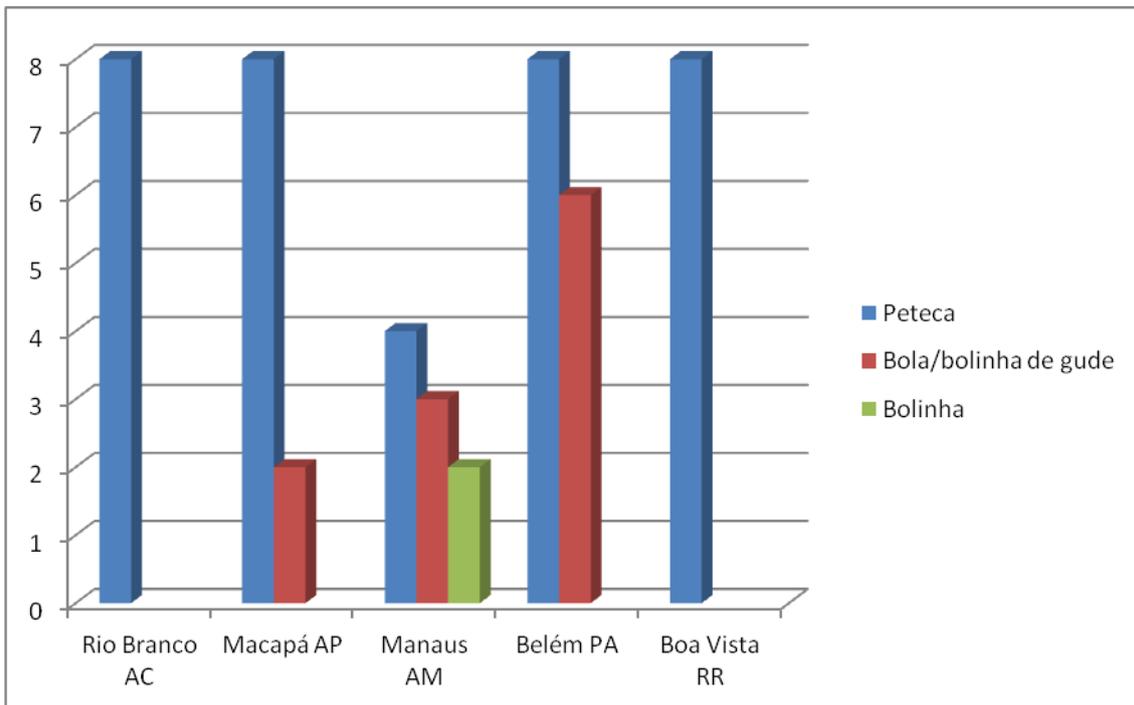


Gráfico 4: Distribuição diatópica das unidades lexicais obtidas como resposta para a pergunta 156/QSL (capitais da área dialetal do *falar amazônico*).

Nas capitais predomina o uso do item lexical *peteca*. Em Manaus (AM) e em Belém (PA) há a ocorrência expressiva de *bola/bolinha de gude*, variante produtiva também em outras localidades do Brasil – no Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais, por exemplo, é a designação com maior produtividade. Essa coocorrência entre *peteca*, variante tipicamente regional, e *bolinha de gude*, item lexical presente em outras regiões do País, em Manaus (AM) e em Belém (PA) pode ser explicada pela história social dessas capitais - fluxos migratórios que fixaram pessoas das mais diversas origens para essas duas cidades, sobretudo no período áureo do ciclo da borracha.

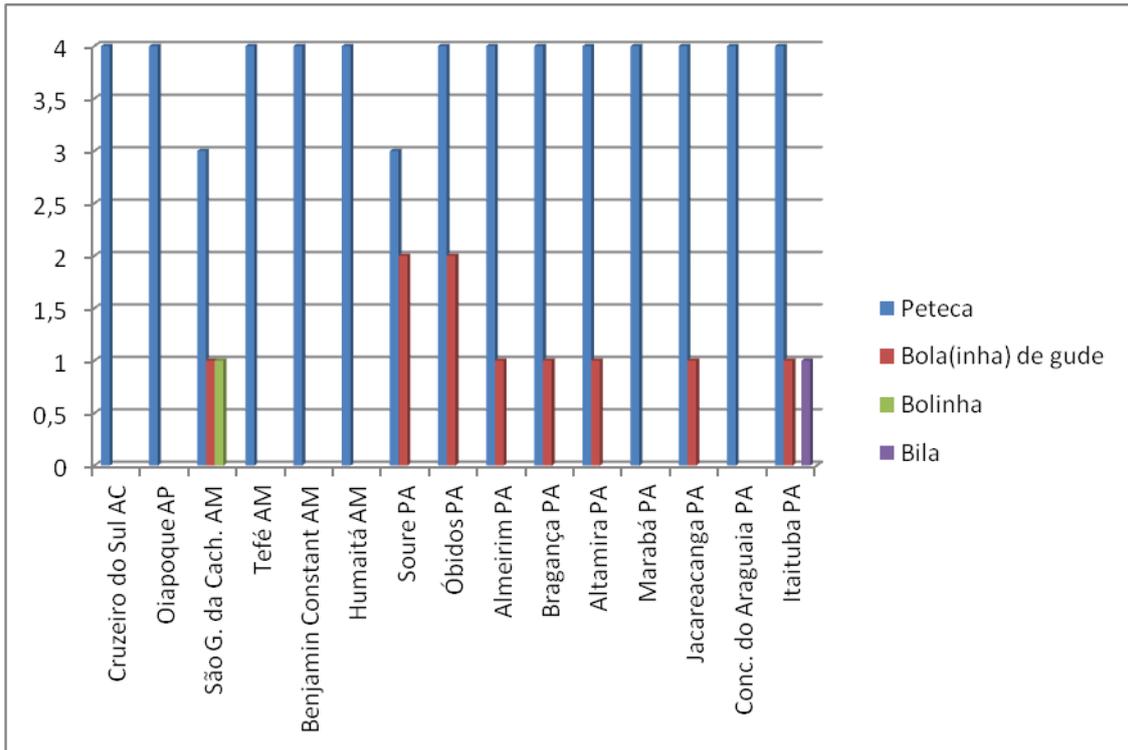


Gráfico 5: Distribuição diatópica das unidades lexicais obtidas como resposta para a pergunta 156/QSL (localidades do interior da área dialetal do *falar amazônico*)

Nas localidades interioranas da área do *falar amazônico* também se nota a presença marcante do item lexical *peteca*. Já *bolinha de gude* foi registrada em quase todas as localidades do Pará, sugerindo que esse Estado sofra influência de falares das áreas limítrofes, uma vez que *peteca* é a designação mais produtiva em Estados pertencentes a outras regiões político-administrativas, conforme se observa ao se confrontar o gráfico anterior com o seguinte.

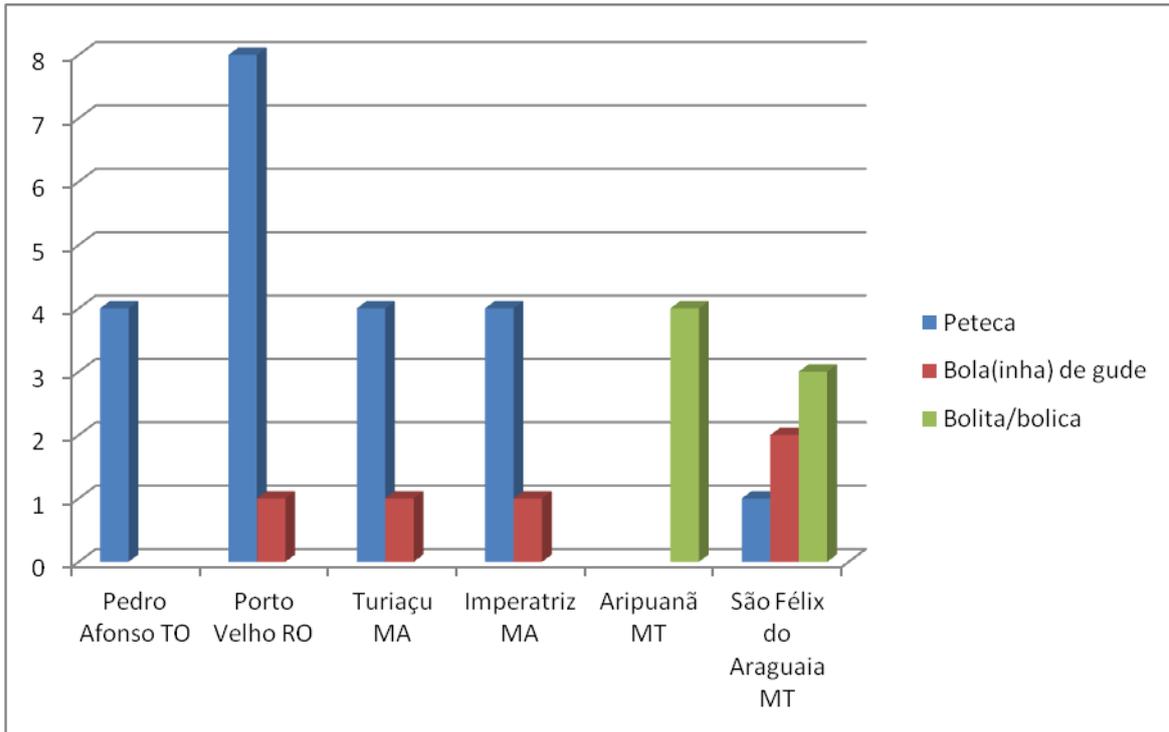


Gráfico 6: Distribuição diatópica das unidades lexicais obtidas como resposta para a pergunta 156/QSL (localidades da área de controle)

As localidades situadas na área de controle mostram-se influenciadas pelo *falar amazônico*, devido ao predomínio do uso da designação *peteca*, exceto nas cidades situadas no Estado de Mato Grosso, onde predominou *bolita/bolica*.

Já do ponto de vista diageracional e diassexual não foram detectadas diferenças significativas nos resultados obtidos, já que o item lexical *peteca* lidera as escolhas lexicais dos jovens, dos idosos, de homens e de mulheres, conforme se observa nos gráficos a seguir:

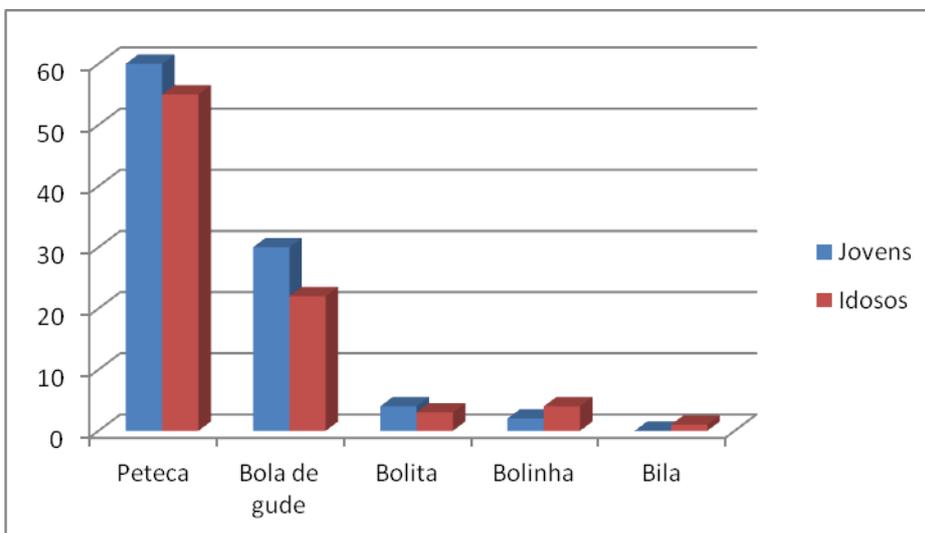


Gráfico 7: Respostas obtidas para a pergunta 156/QSL (perspectiva diageracional)

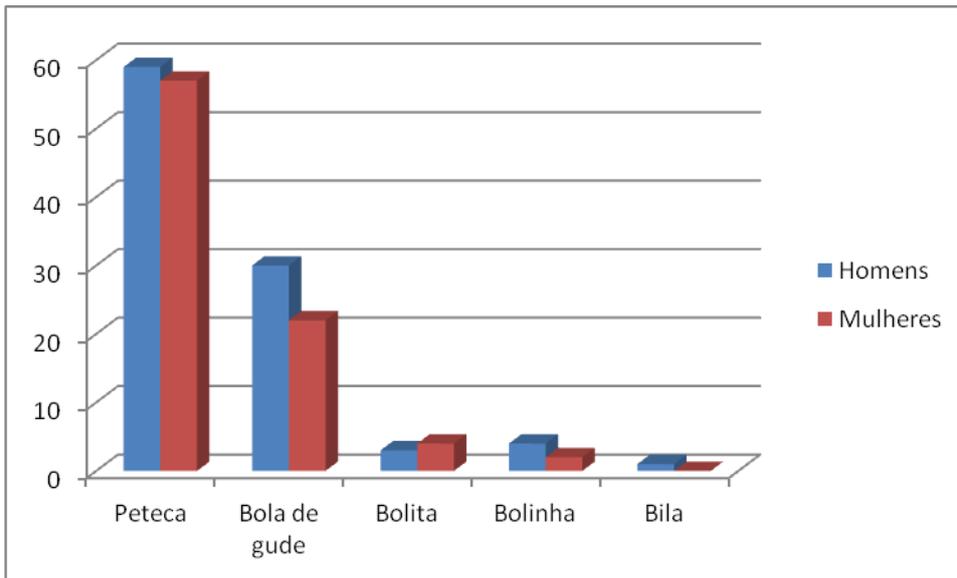


Gráfico 8: Respostas obtidas para a pergunta 156/QSL (perspectiva diassexual)

A unidade lexical *peteca* é definida como “mesmo que *gude*” por Houaiss (2001), que a marca como um regionalismo do Pará. Em Ferreira (2004) há a remissiva para o verbete *gude*, unidade léxica definida tanto em Ferreira (2004) quanto em Houaiss (2001) como “jogo infantil em que se procura fazer entrar em três buracos bolinhas de vidro, ou os carocinhos pretos do fruto do saboeiro, ganhando o jogador que chega primeiramente de volta ao primeiro buraco” (FERREIRA, 2004); “jogo infantil com bolinhas de vidro que, num percurso de ida e volta, devem entrar em três buracos dispostos em linha reta, saindo vencedora a criança que chegar primeiro ao buraco inicial” (HOUAISS, 2001); nesta última obra aparece marcado como um regionalismo do Brasil.

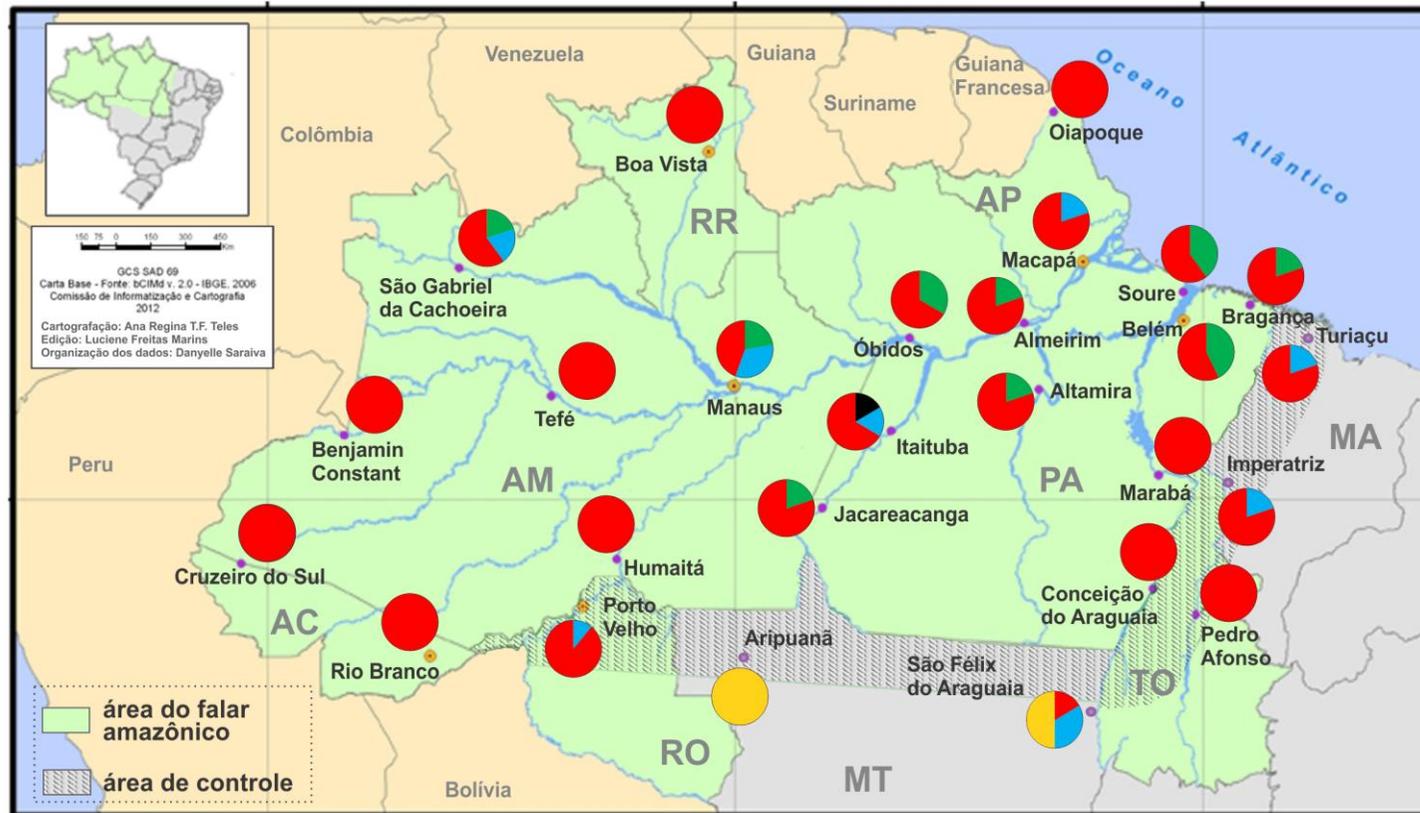
São registradas como sinônimos para *gude* as seguintes designações: *bilosca*, *birosca*, *bolita*, *búraca*, *búrica*, *peteca*, *pirosca*, *ximbra* e *berlinde* tanto em Ferreira (2004) quanto em Houaiss (2001); *belindre* e *biloca* somente em Houaiss (2001); *baleba*, *cabiçulinha*, *firo* e (lus.) *bute* somente em Ferreira (2004).

Nos itens lexicais *bolita* e *bila*, Ferreira (2004) faz remissiva para *gude* na acepção em que foi utilizada pelos habitantes da região Norte. No mesmo dicionário, a unidade lexical *bolinha* é definida como “jogo com bola de gude”, evidenciando um processo metonímico (a parte pelo todo). Já Houaiss (2001) não registra *bila* e traz a remissiva *gude* para *bolinha* e *bolita*, esta última marcada como regionalismo do Rio Grande do Sul.

Na sequência, a Carta Linguística 02 apresenta a distribuição diatópica das unidades lexicais registradas como resposta para a pergunta em foco.

.

Carta 02- Peteca



- | | | |
|--|---|---|
| ■ peteca | ■ bolita/bolica | ■ bila |
| ■ bola de gude/
bolinha de gude | ■ bolinha | |

Conceito: «as coisinhas redondas de vidro com que os meninos gostam de brincar?»

Nota-se o predomínio do uso da designação *peteca* tanto na área do *falar amazônico* quanto na área de controle, exceto nas localidades de Mato Grosso, em que predominou a variante *bolita*, possivelmente devido à influência do espanhol, língua falada nos países limítrofes (Paraguai e Bolívia). A unidade lexical *bolita* foi a variante mais produtiva também no ALMS – Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul, com 66,4% das ocorrências, distribuídas em todo o Estado, também um reflexo da influência do contato com o espanhol americano.

Pode-se afirmar que *peteca* é uma variante regional da região Norte, pois em outras regiões do País predominam outras designações, como ocorre em Minas Gerais com *bolinha de gude*, que foi a variante mais produtiva nesse Estado (EALMG, 1977), *bolita*, em Mato Grosso do Sul (ALMS, 2007); e *marraio* em Sergipe (ALSE II, 2005), não havendo registro de ocorrência de *peteca* em nenhum dos três atlas mencionados. A designação *peteca*, como pode se observar na Carta Linguística 02, parece estar se difundindo para as localidades limítrofes da região Nordeste que compõem a área de controle. Já na região do *falar baiano* e adjacências, *peteca* ocorreu apenas nos Estados de Tocantins, Piauí e Mato Grosso, dada a proximidade geográfica entre os Estados e a área do *falar amazônico*.

Na área do *falar baiano* (RIBEIRO, 2012), *gude* foi a resposta mais frequente, com 65,3% das ocorrências. *Peteca* foi a terceira designação mais produtiva, com 5,1% das ocorrências, o que pode respaldar a hipótese de que *peteca* seja uma forma regional da região Norte do Brasil (já que ocorreu também nas localidades do Norte que pertencem à área de controle), irradiando-se para a região Nordeste devido à proximidade geográfica, uma vez que as localidades do Nordeste pertencentes à área de controle também evidenciaram elevada produtividade de *peteca*, mas isso não ocorre, por exemplo, nas localidades da área do *falar baiano* (RIBEIRO, 2012), como foi mencionado anteriormente.

4.3 QSL/157: “Brinquedo feito de uma forquilha e duas tiras de borracha, que os meninos usam para matar passarinho”



Figura 13: Estilingue⁴⁹

Nos dados levantados dos inquéritos linguísticos realizados nas localidades selecionadas para esta pesquisa, para a pergunta 157 do Questionário Semântico-lexical (QSL), que busca designações para o conceito “o brinquedo feito de uma forquilha e duas tiras de borracha, que os meninos usam para matar passarinho”, foram documentadas seis unidades lexicais: *baladeira*, *balador*, *estilingue*, *botoque*, *estilete(a)* e *atiradeira*. Houve apenas um caso de resposta não obtida e um caso de pergunta não formulada. Os gráficos na sequência apresentam o índice de ocorrências das variantes obtidas para o conceito em questão, segundo diferentes recortes.

⁴⁹ Fonte: www.gazetacentral.com.br. Acesso em 31 ago 2013.

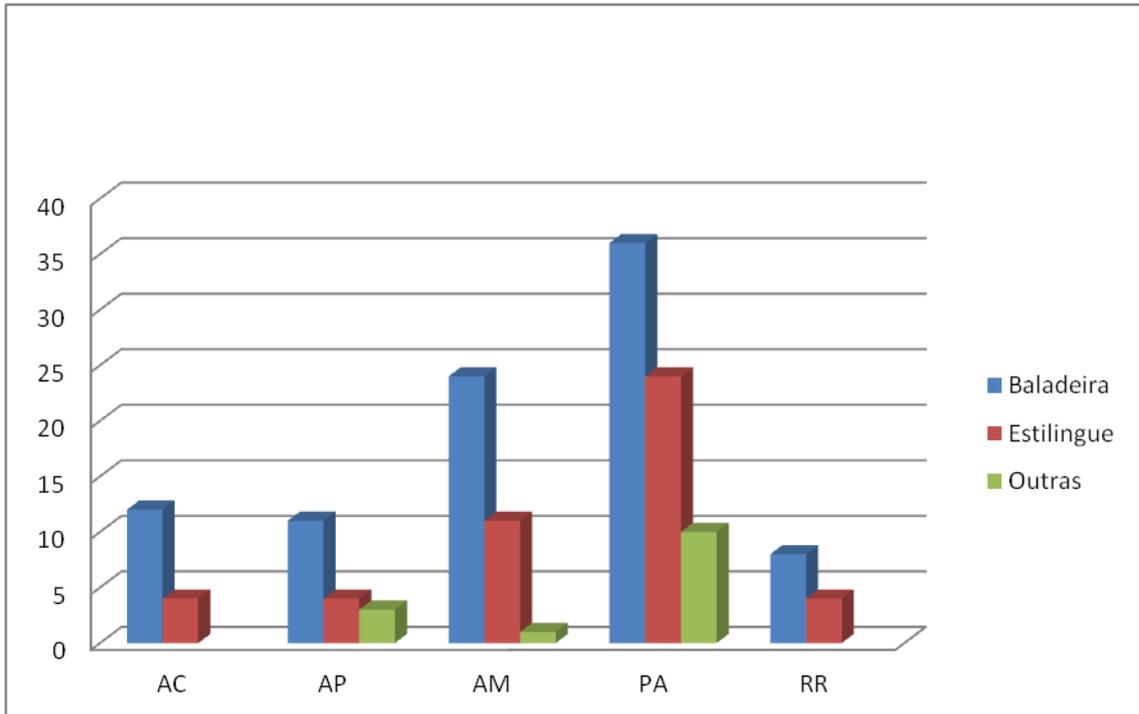


Gráfico 9: Distribuição diatópica das designações obtidas para a pergunta 157/QLS - Baladeira (Estados da área do *falar amazônico*).

Percebe-se que a unidade lexical *baladeira* é líder em ocorrências em todos os Estados da área do *falar amazônico*, o que fornece subsídio para a hipótese de que se trata de uma variante tipicamente regional das regiões Norte e Nordeste, já que também aparece nas localidades do *falar baiano* e adjacências (RIBEIRO, 2012). O gráfico a seguir apresenta as ocorrências nos Estados da área de controle.

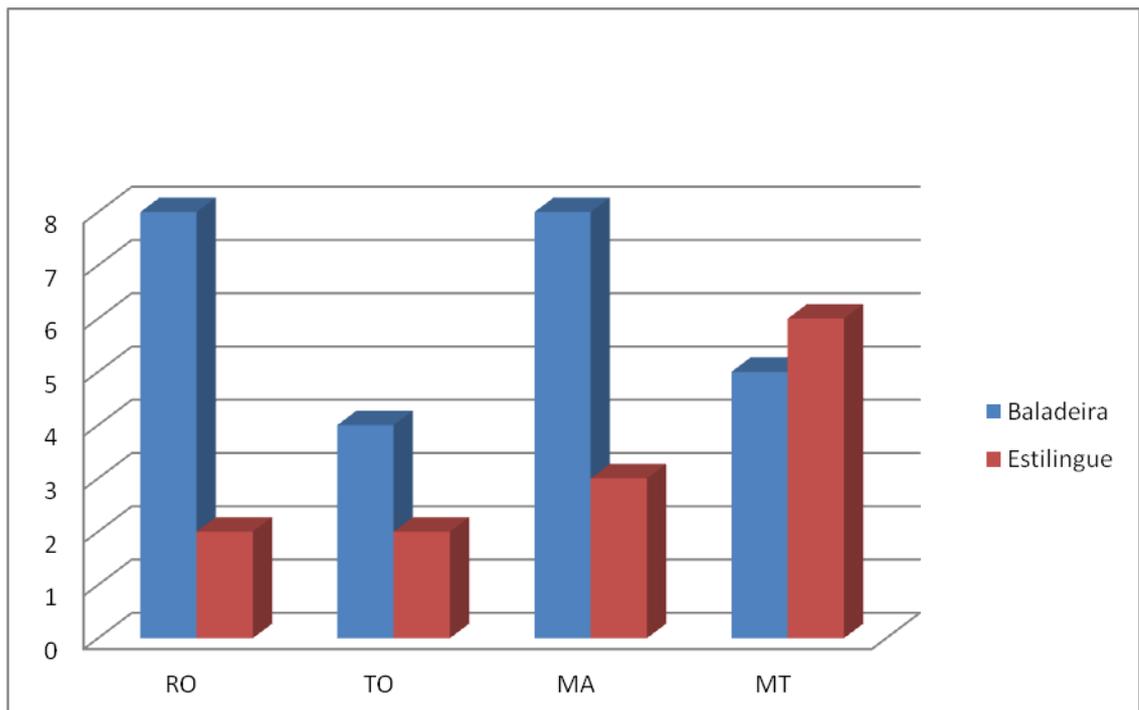


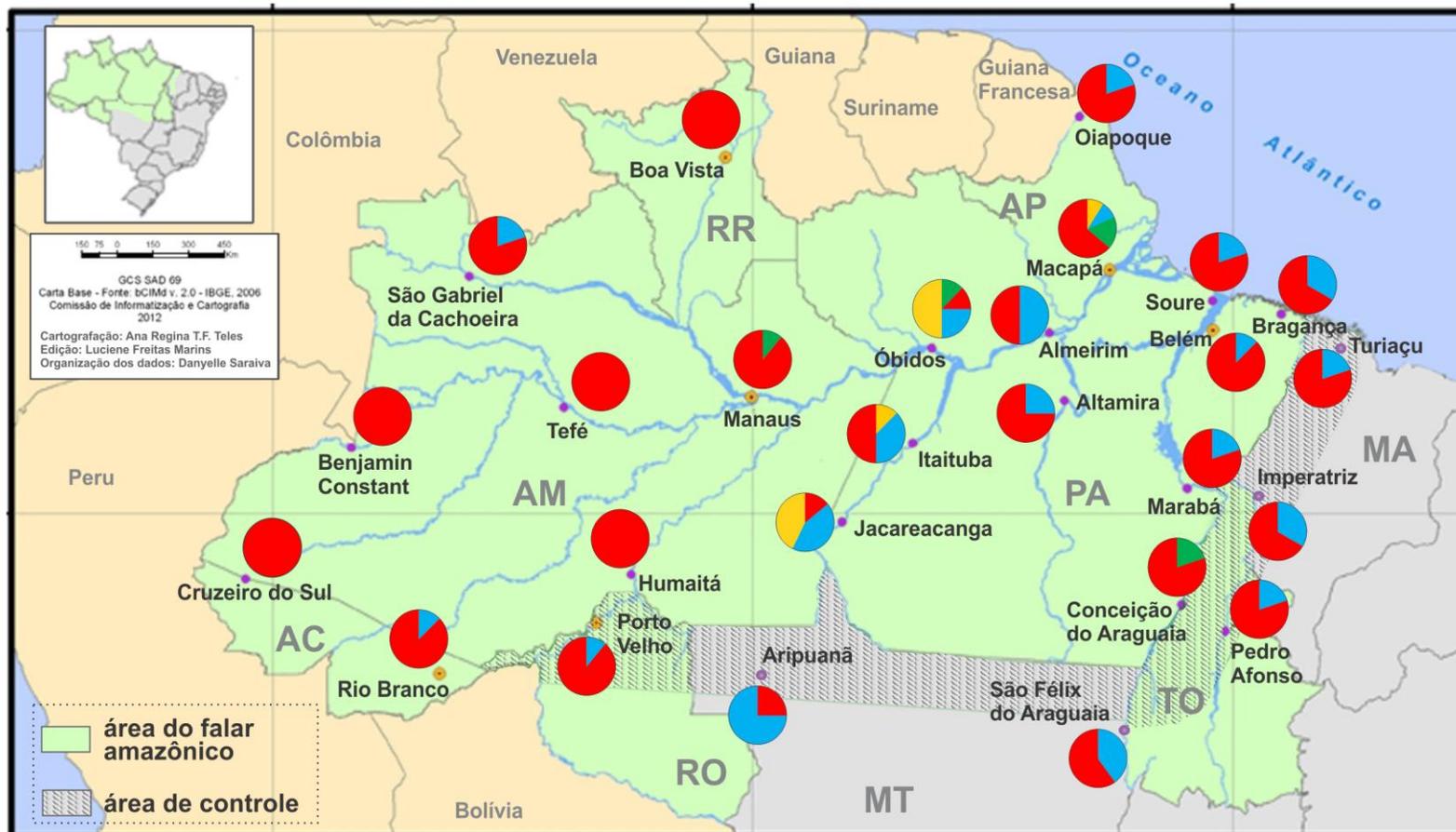
Gráfico 10: Distribuição diatópica das designações obtidas para a pergunta 157/QSL – Baladeira (área de controle)

Nos Estados pertencentes à região Norte do Brasil, mesmo nos que compõem a área de controle, predomina o item lexical *baladeira*. No Estado do Maranhão, essa variante também predominou possivelmente devido à proximidade geográfica com Estados da região Norte. Já nas localidades do Estado de Mato Grosso, o predomínio foi de *estilingue*, possivelmente devido à influência de regiões vizinhas, já que essa unidade lexical predominou dentre as escolhas lexicais dos habitantes da área do *falar baiano* e adjacências (RIBEIRO, 2012), registrada em quase todas as localidades.

A variante *baladeira* foi a mais produtiva no conjunto de todas as localidades investigadas nesta pesquisa, com 70% das ocorrências, seguida de *estilingue*, com 21,5% das ocorrências; *balador*, 5,5%; e *outras*⁵⁰, com 3% das ocorrências no conjunto. A carta a seguir ilustra a distribuição diatópica das designações catalogadas.

⁵⁰ O conjunto *outras* é composto por 1 ocorrência de *botoque*, 2 de *atiradeira*, 1 de *estileta* e 1 de *estilete*.

Carta 03 - Baladeira



■ baladeira
 ■ estilingue
 ■ balador
 ■ outras

Conceito: «o brinquedo feito de uma forquilha e duas tiras de borracha, que os meninos usam para matar passarinho?»

As designações *baladeira* e *estilingue* aparecem distribuídas por toda a região pesquisada, exceto em Boa Vista (RR), Tefé (AM), Humaitá (AM), Benjamin Constant (AM) e Cruzeiro do Sul (AC), em que o item lexical *baladeira* ocorreu com exclusividade.

Destaca-se que em Bluteau (1728), em Silva (1813) e em Pinto (1832) apenas a variante *botoque* está dicionarizada nas obras lexicográficas mais antigas, mas em acepção distinta da do objeto desta pesquisa⁵¹.

No dicionário de Ferreira (2004), a variante *baladeira* é definida como regionalismo do Acre e de Pernambuco, e há a remissiva para o verbete *atiradeira*, que, por sua vez, é definido como “forquilha de madeira ou de metal, munida de elástico, com que se atiram pequenas pedras”. Em Houaiss (2001) ocorre fenômeno semelhante, em que o item lexical *baladeira* é definido como “mesmo que *atiradeira*”, que, por seu turno, é aparece na mesma obra na acepção de “arma ou brinquedo infantil para arrojar pedras ou objetos afins, de dimensões reduzidas, que consiste numa funda de material elástico, ger. borracha, presa às extremidades da bifurcação de uma pequena forquilha de madeira, plástico ou metal”, marcado como um regionalismo do Acre e de Pernambuco.

Houaiss (2001) define *estilingue* como “arma de arremesso constituída de uma forquilha provida de um par de elásticos presos a uma lingueta de couro, com que se lançam pedras para matar pássaros; atiradeira, bodoque”. Já Ferreira (2004) classifica *estilingue* como um brasileirismo do Estado de Minas Gerais e das regiões Centro-Oeste e Sul, e remete o consulente para o verbete *atiradeira*. No dicionário de Cascudo (2001), a variante *estilingue* é definida como “sinônimo de *baladeira*, funda, não somente em São Paulo e no estado do Rio de Janeiro, como também no Nordeste” (CASCUDO, 2001). Cascudo evidencia, ainda, que *estilingue* tanto à norma linguística do eixo linguístico considerado padrão (Rio/São Paulo), quanto da região Nordeste. Os dados coletados nesta pesquisa, no entanto, demonstraram que a designação *estilingue* foi predominante nas localidades investigadas da área de controle na região Centro-Oeste (54,55% das ocorrências), região político-administrativa não constante na definição de *estilingue* no dicionário de Cascudo. De modo geral, *estilingue* é a segunda resposta mais utilizada pelos habitantes da região Norte, indicando que ela está se disseminando por todo o Brasil.

⁵¹ Apenas para exemplificar, Silva (1813) assim define *botoque*: “pedrinhas que vários índios e outras nações bárbaras embebem, e engastam a flor do corpo por enfeite”.

A variante lexical *balador*⁵², por seu turno, é definida como “que ou aquele que bala” (FERREIRA, 2004). Já no dicionário Houaiss (2001), *balador* recebe a acepção “que ou o que bala, solta balidos; balante”. Cascudo (2001), por sua vez, define *baladeira* da seguinte forma:

Forquilha de madeira, com elástico ou borracha, usada para matar passarinho. Tem a forma de um Y e é feita de madeira resistente, geralmente galho de goiabeira. Nas suas extremidades superiores amarram-se duas tiras de borracha. As outras pontas ficam seguras num pedaço de couro ou pano, formando a funda, onde se colocam pequenas pedrinhas ou seixos que são atirados no alvo com o impulso da borracha distendida (CASCUDO, 2001).

Sendo o brinquedo em questão originário da Europa (inicialmente como instrumento bélico), possivelmente as unidades lexicais *baladeira/balador* tenham chegado ao Brasil, assim como o brinquedo, juntamente com os povos luso-espanhóis que inicialmente habitaram o território brasileiro. Nessa perspectiva, as variantes *baladeira* e *balador* podem ser consideradas formas conservadoras que ficaram circunscritas às regiões político-administrativas Norte e Nordeste, já que *baladeira* também ocorre na região do *falar baiano* e adjacências (RIBEIRO, 2012).

Em todas as localidades investigadas por Ribeiro (2012) houve registro de *estilingue*, em um total de 48% das ocorrências. Já o item lexical *baladeira*, na mesma região, ocupou a terceira posição em produtividade, com 14,9% das ocorrências, o que pode nos levar a crer que a forma *baladeira* esteja influenciando a região Nordeste, já que essa foi a designação mais produtiva na região Norte, e a terceira no Nordeste.

Os dicionários de Ferreira (2004) e de Houaiss (2004) registram o item lexical *baladeira*, conforme mencionado anteriormente, como um regionalismo do Acre e de Pernambuco. Todavia, esse item lexical foi registrado em todas as Unidades da Federação selecionadas para esta pesquisa, indicando que também se configura como um regionalismo da região Norte do Brasil. Além disso, essa designação foi documentada, por exemplo, em todas as localidades da rede de pontos do Atlas Linguístico do Amazonas (Cf. ISQUERDO, 2007) e em todos os Estados selecionados para esta pesquisa, o que confirma a tese de que essa designação não se configura como um regionalismo apenas do Acre e de Pernambuco, mas também de toda a região Norte.

⁵² Estamos considerando *baladeira* e *balador* como vocábulos oriundos da mesma raiz.

O *estilingue* é considerado sinônimo de *bodoque*, que foi originalmente utilizado como instrumento de guerra “na Espanha e em Portugal até a criação da pólvora e das armas curtas” (BERNARDES, 2006, p. 543), no final do século XV. Quanto à origem do brinquedo, Cascudo (2001) esclarece que “durante muito tempo, esse brinquedo foi considerado de origem indígena e pré-colombiana”, mas que se descobriu, posteriormente, que o brinquedo em questão já era conhecido, por exemplo, pelos romanos, com a designação *arcus balista*.

Já a unidade lexical *atiradeira*, com duas ocorrências apenas, é definida como “forquilha de madeira ou de metal, munida de elástico, com que se atiram pequenas pedras” (FERREIRA, 2004). O mesmo dicionário registra vários sinônimos para *atiradeira*⁵³: *baladeira*, *baleeira*, *beca*, *bodoque*, *badoque* ou *badogue*, *estilingue*, *funda*, *peteca*, *seta*, *setra*. A unidade léxica *atiradeira* é também classificada como um regionalismo do Brasil por Houaiss (2001), na seguinte acepção: “arma ou brinquedo infantil para arrojear pedras ou objetos afins, de dimensões reduzidas, que consiste numa funda de material elástico, geralmente borracha, presa às extremidades da bifurcação de uma pequena forquilha de madeira, plástico ou metal”. Cascudo (2001) indica a unidade lexical em pauta como sinônimo de *tiradeira*, *estilingue*, *funda*, *setra*, *baladeira*. A designação *atiradeira* ocorre por meio de processo metonímico, já que a motivação para o nome advém da própria função do objeto nomeado.

Já a unidade lexical *estilete(a)*, também com duas ocorrências, não é registrada nos dicionários com a acepção de brinquedo infantil, mas sim como um instrumento cortante. Possivelmente essa variante foi mencionada pelo fato de ser acusticamente semelhante a *estilingue*.

Um dado importante refere-se à distribuição espacial da designação *estilingue*, por exemplo, em Minas Gerais (EALMG, 1977): é a variante mais produtiva em 79% das localidades, e “o percurso dessa variante no mapa permite afirmar que se trata de forma inovadora de influência paulista ou carioca que se disseminou para o Estado de Minas Gerais” (ISQUERDO, 2007, p. 537). No Estado do Paraná (ALPR, 1994) ocorre situação semelhante à descrita, em que *estilingue* também se mostra a variante mais produtiva em 75% das localidades investigadas, e que “a distribuição diatópica de *estilingue* pelo território paranaense aponta para a

⁵³ Segundo Ferreira (2004), os sinônimos apresentados são utilizados “em vários pontos do Brasil”.

forte influência mineira e paulista que se iniciou em todo o norte do estado” (AGUILERA, 2004), influência desencadeada pelo ciclo do café – fazendeiros se fixaram no norte do Paraná devido à terra roxa, que atendia às necessidades do cultivo do café. Todo o exposto reitera a hipótese levantada de que o item lexical *estilingue*, que coocorre com *peteca* na área do *falar amazônico*, pertence à norma lexical de praticamente todo o Brasil e que se trata de forma inovadora nas localidades em pauta neste estudo.

Apesar dos intensos fluxos migratórios ocorridos na região Norte, motivados por questões econômicas, que deslocaram indivíduos das mais diversas origens para a região Norte do Brasil e, conseqüentemente, disseminaram traços da norma lexical de outras partes do país no novo território, nota-se que a forma regional *baladeira* predomina dentre as escolhas linguísticas dos nortistas das localidades estudadas, possivelmente “porque não tem sido tradição os habitantes da região Norte se deslocarem em grandes levas para as demais regiões brasileiras. Ali ocorre o contrário: a região tem dado guarida a grandes contingentes de brasileiros oriundos de diferentes regiões” (COSTA; ISQUERDO, 2010, p. 514); o que faz com que o léxico regional não “caminhe” para outras localidades.

Considerando, então, que o item lexical *baladeira* é um regionalismo da região Norte, pode-se entender que essa forma ainda resiste nas localidades da área do *falar amazônico*, mas apresentando sinais iniciais de “competição” com a forma inovadora⁵⁴ *estilingue*, que, por sua vez, tende a ser adotada pelos falantes mais jovens, conforme se observa nos comentários do informante de Oiapoque.

(1)

Ponto 001/ informante 4 (sexo feminino; segunda faixa etária)⁵⁵:

INF – Estilingue que eles chamam agora, antigamente é baladeira.

INQ – Mas aqui ainda as pessoas chamam de baladeira?

INF – Uns chama baladeira, outros chama estilingue também.

A fala da informante aponta para a coexistência das duas designações nas localidades estudadas. Em outro comentário, há a confirmação do caráter regional da variante *baladeira*. Durante a realização do inquérito linguístico, a informante 2 (sexo feminino; primeira faixa etária) do ponto 019 (Cruzeiro do Sul – AC), afirma: “Estilingue. A gente chama de baladeira”. Esse comentário evidencia que a informante tem consciência de que o item lexical *estilingue* é utilizado em outras

⁵⁴ Inovadora na região estudada.

⁵⁵ Na citação foi respeitada a norma linguística do informante.

regiões do país, mas que naquela localidade a designação comumente adotada é *baladeira*.

Percebe-se, então, que a área do *falar amazônico* é bem peculiar, em relação às demais regiões do país, com relação à designação *peteca*, apresentando sinais de coocorrência com a designação *estilingue*, que possivelmente migrou para a região juntamente com o capital humano no período do ciclo da borracha.

4.4 QSL/158 – “Brinquedo feito de varetas cobertas de papel que se empina no vento por meio de uma linha”

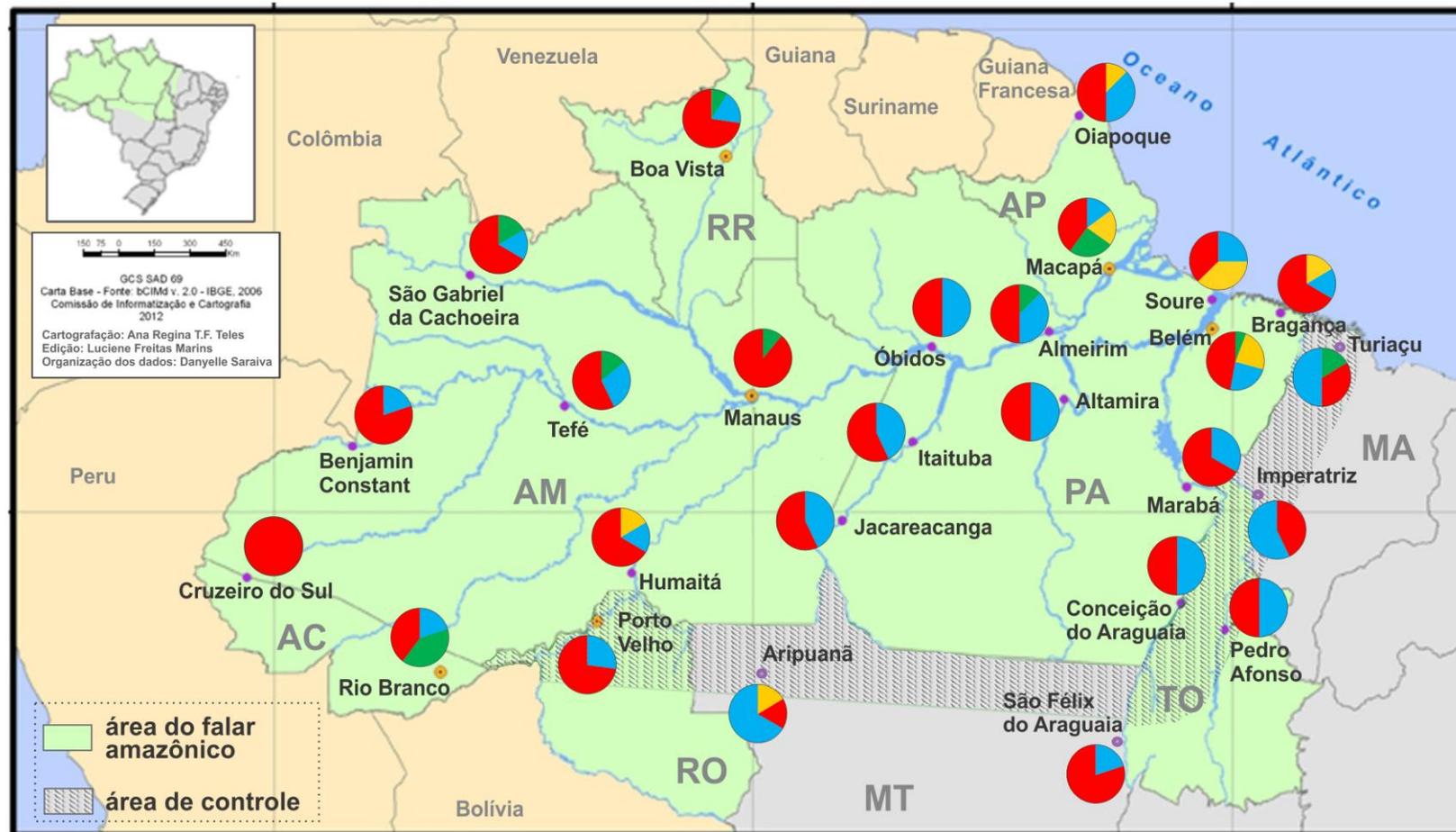
O brinquedo pipa surgiu na China há mil anos antes de Cristo. Inicialmente foi utilizado para fins militares, servindo para transmitir mensagens entre os campos de guerra (de acordo com a cor e com os movimentos). Atualmente é utilizada para fins religiosos no Oriente (espantar maus espíritos)⁵⁶. A pipa, além da finalidade lúdica, já foi utilizada para a aferição de temperatura em diferentes altitudes, auxiliou no processo de criação do pára-raios e também esteve presente na invenção de Santos Dumont – o 14 Bis era um conjunto de pipas-caixas⁵⁷.

Foram catalogadas onze unidades lexicais para nomear “o brinquedo feito de varetas cobertas de papel que se empina no vento por meio de uma linha”: *papagaio*, *pipa*, *rabiola*, *curica*, *pepeta*, *arraia*, *cangula*, *cometa*, *andorinha*, *casquetinho* e *carrapeta*. A mais produtiva no conjunto de todas as localidades foi *papagaio*, com 54,5% de produtividade, seguida de *pipa*, com 30,6% das ocorrências; *rabiola*, somando 7,2%; *curica*, totalizando 2,4%; *pepeta*, com 1,9%; e *cangula*, com 1%. Houve ainda casos de ocorrência única: *arraia*, *cometa*, *andorinha*, *casquetinho* e *carrapeta*, com percentual de 0,5% de ocorrência cada uma. A Carta 04 a seguir apresenta a distribuição diatópica das unidades lexicais mais produtivas – vale destacar que o grupo *outras* é composto pelas variantes *curica*, *pepeta*, *arraia*, *cangula*, *cometa*, *andorinha*, *casquetinho* e *carrapeta*.

⁵⁶ Fonte: sítio do Museu dos brinquedos. Disponível em <<http://www.museudosbrinquedos.org.br/modules/news1/index.php?storytopic=2>>. Acesso em 01 jul 2013.

⁵⁷ Fonte: <www.ventodepipa.com.br/historia.html>. Acesso em 03 ago 2012.

Carta 04 - Papagaio



 papagaio

 pipa

 rabiola

 outras

Conceito: «o brinquedo feito de varetas cobertas de papel que se empina no vento por meio de uma linha?»

Nota-se a presença de dois itens lexicais em competição, *papagaio* e *pipa*. A unidade lexical *papagaio* ocorre com maior frequência nas localidades mais distantes da área de controle, o que nos permite considerar a hipótese de que a designação *pipa* está adentrando a área do *falar amazônico*, pois se sabe que essa designação tem grande produtividade nas outras regiões do Brasil. Na área do *falar baiano* e áreas limítrofes (RIBEIRO, 2012), *papagaio* e *pipa* distribuem-se por toda a região, tendo sido documentadas em todas as localidades investigadas pela pesquisadora, tendo *pipa* somado 45,6% das ocorrências (mais produtiva) e *papagaio* foi a terceira unidade lexical mais produtiva, com 19,3% dos registros. Mais uma vez levanta-se a hipótese de inter-influências entre os falares, já que *papagaio* foi a designação mais produtiva na área do *falar amazônico*, e a terceira na área do *falar baiano* (RIBEIRO, 2012); e *pipa*, item lexical mais produtivo na área do *falar baiano*, ocupa a segunda posição na área do *falar amazônico*.

O quadro a seguir apresenta a dicionarização das unidades lexicais catalogadas, na acepção investigada nesta pesquisa:

Item Lexical	BLUTEAU (1728)	SILVA (1813)	PINTO (1832)	HOUAISS (2001)	FERREIRA (2004)
Papagaio	X	X	X	X	X
Pipa				X	X
Rabiola				X	X
Curica				X	
Pepeta					
Arraia				X	X
Cangula					
Cometa					
Andorinha					
Casquetinho					
Carrapeta					

Quadro IV: Dicionarização das unidades lexicais na acepção de brinquedo de papel com varetas

A unidade lexical *papagaio* é definida das seguintes formas: “Folhas de papel estendidas e pegadas em uns pauzinhos, ou canas com bico e cauda também de papel, que os rapazes largam ao ar, e andam voando, conforme o impulso do vento” (BLUTEAU, 1728); “Folhas de papel, ou lenço, estendidas sobre uma cruz de canas,

e cortadas em figura oval, com um rabo na parte fina, que se soltam ao ar, e lá se sostem por brinco de rapazes” (SILVA, 1813); “Máquina que os rapazes fazem de papelão, ou lençaria forte, de feição oval, e chata, com uma cauda para a fazerem subir com o vento ao ar” (PINTO, 1832); “brinquedo que consiste numa armação leve de varetas, recoberta de papel fino, e que se empina no ar por meio de uma linha; arraia, cafifa, pandorga, pipa, raia” (HOUAISS, 2001); “Brinquedo que consiste em uma armação de varetas de bambu, ou de madeira leve, coberta de papel fino, e que, por meio de uma linha, se empina, mantendo-se no ar” (FERREIRA, 2004). Em nenhuma das obras lexicográficas consultadas há o registro de marca de regionalismo no item lexical *papagaio* sob a rubrica da ludologia, apesar de essa designação ter elevada produtividade na região Norte. Essa ausência de registro de regionalismo pode indicar a ocorrência desse item lexical em regiões distintas do País, por ser, possivelmente, uma forma regional da região Norte que está se disseminando por outras regiões do Brasil.

Pipa, por seu turno, é definida como “o mesmo que *papagaio*” (HOUAISS, 2001). Ferreira (2004) traz a remissiva de *papagaio* para o verbete *pipa*. Em Bluteau (1728), Silva (1813) e Pinto (1832) a unidade lexical *pipa* é definida como uma vasilha para armazenar vinho, azeite e outros líquidos. Diz-se que *pipa* passou a ser utilizada como nome do brinquedo devido ao formato do recipiente, que se “assemelha” ao formato das pipas (brinquedo)⁵⁸.

Já a unidade lexical *rabiola* é definida como “papagaio com a cauda nesse formato” (HOUAISS, 2001); “papagaio que tem rabo desse tipo” (FERREIRA, 2004), enquanto *curica* está dicionarizada na acepção de brinquedo apenas em Houaiss (2001), com a seguinte definição: “Espécie de papagaio de papel, pequeno e sem talas”.

Nota-se que os informantes que mencionaram essa designação não fizeram distinção entre o brinquedo de papel com e sem talas, já que, conforme se observa na definição, o verbete *curica* é marcado pela ausência de talas, enquanto o conceito em foco procura apurar designações para o brinquedo com talas. Esse fenômeno talvez se explique pela possível redução do contato dos informantes com o brinquedo mencionado – com o advento da tecnologia, a forma de entretenimento virtual é bastante procurada atualmente.

⁵⁸ Fonte: <<http://www.ventodepipa.com.br/historia.html>>. acesso em 03 ago 2012.

Já o item lexical *arraia* está definido como “o mesmo que *papagaio*” (HOUAISS, 2001); “papagaio pequeno, raia” (FERREIRA, 2004). Possivelmente essa designação seja utilizada em decorrência da associação entre o formato do animal arraia e do brinquedo, como se pode observar na figura a seguir.



Figura 16: Representação da imagem de uma arraia⁵⁹.

⁵⁹ Disponível em <<http://g1.globo.com/Noticias/Ciencia/0,,MUL54184-5603,00-BEBE+DE+ARRAIAGIGANTE+NASCE+NO+JAPAO.html>>. Acesso em 01 jul 2013.



Figura 17: Representação da imagem de uma pipa. Disponível em <<http://www.noticiasnumclick.com.br/wp-content/uploads/pipa.jpg>>. acesso em 05. Jul. 2013.

Pesquisa realizada por Santos e Isquerdo (2007, p. 5), que analisou as designações para *papagaio de papel* em cinco capitais da região Norte e em três do Sudeste, revelou que o item lexical *pipa* predominou dentre as escolhas lexicais dos habitantes de São Paulo (SP) e de Vitória (ES), evidenciando que essa designação pertence à norma do eixo linguístico Rio – São Paulo, podendo ser considerada inovadora na área do *falar amazônico*. *Papagaio*, que foi a variante mais produtiva nas localidades da região Norte, é uma variante conservadora na região pesquisada, já que se trata de uma herança lusa, “todavia, com as frequentes migrações paulistas a essas capitais [região Norte], a variante *pipa* – item lexical que predomina na designação do brinquedo em questão em São Paulo – começa a ‘ganhar espaço’ na região Norte” (SANTOS, ISQUERDO, 2007, p. 5). Vale salientar que *papagaio* e *pipa* estão distribuídas, também, por todo o território que compreende a área do *falar baiano* e área de controle (RIBEIRO, 2012), com predomínio de *pipa*, com 45,6% das ocorrências, seguida de *arraia*, com 26,4%, e *papagaio*, com 19,3%.

4.5 QSL/159 – “Brinquedo parecido com o brinquedo feito de varetas cobertas de papel que se empina no vento por meio de uma linha, também feito de papel, *mas sem varetas*, que se empina ao vento por meio de uma linha”.

A pergunta 159/QSL busca apurar designações para um brinquedo similar ao focalizado na pergunta anterior (QSL/158), diferenciando-se os brinquedos pela presença ou não das varetas. Para o conceito da questão 159/QSL, foram obtidas as seguintes designações: *curica/curiquinha*, *pipa*, *papagaio*, *cangula*, *rabiola*, *morcego*, *andorinha*, *suru/suruba*, *pepetinha*, *avião (de papel)*, *paraquedas*, *buzugão* e *big bob*. Nessa pergunta foi observada uma particularidade em relação às demais tomadas como objeto de análise neste trabalho: 35,2% (45) dos informantes não souberam a resposta, conforme se observa no gráfico a seguir:

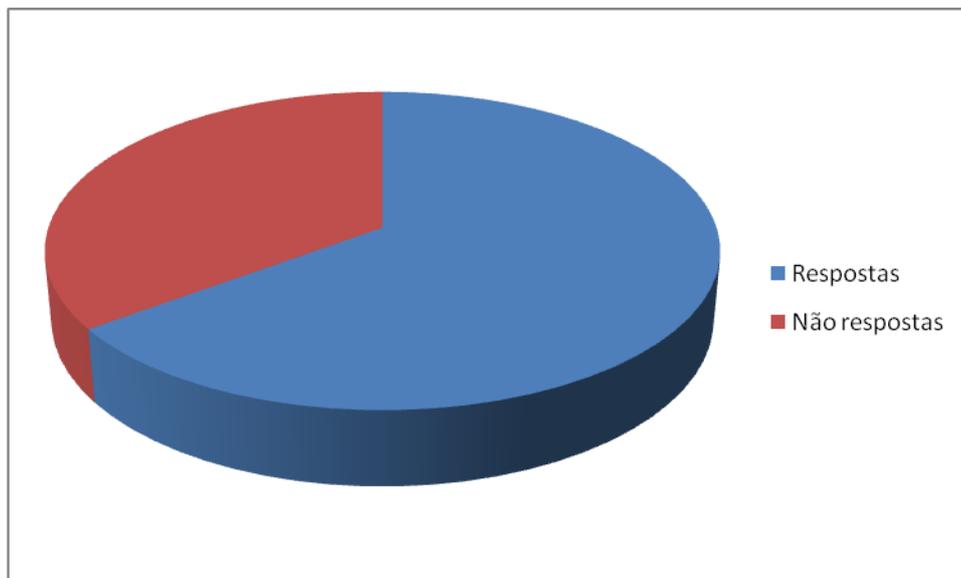
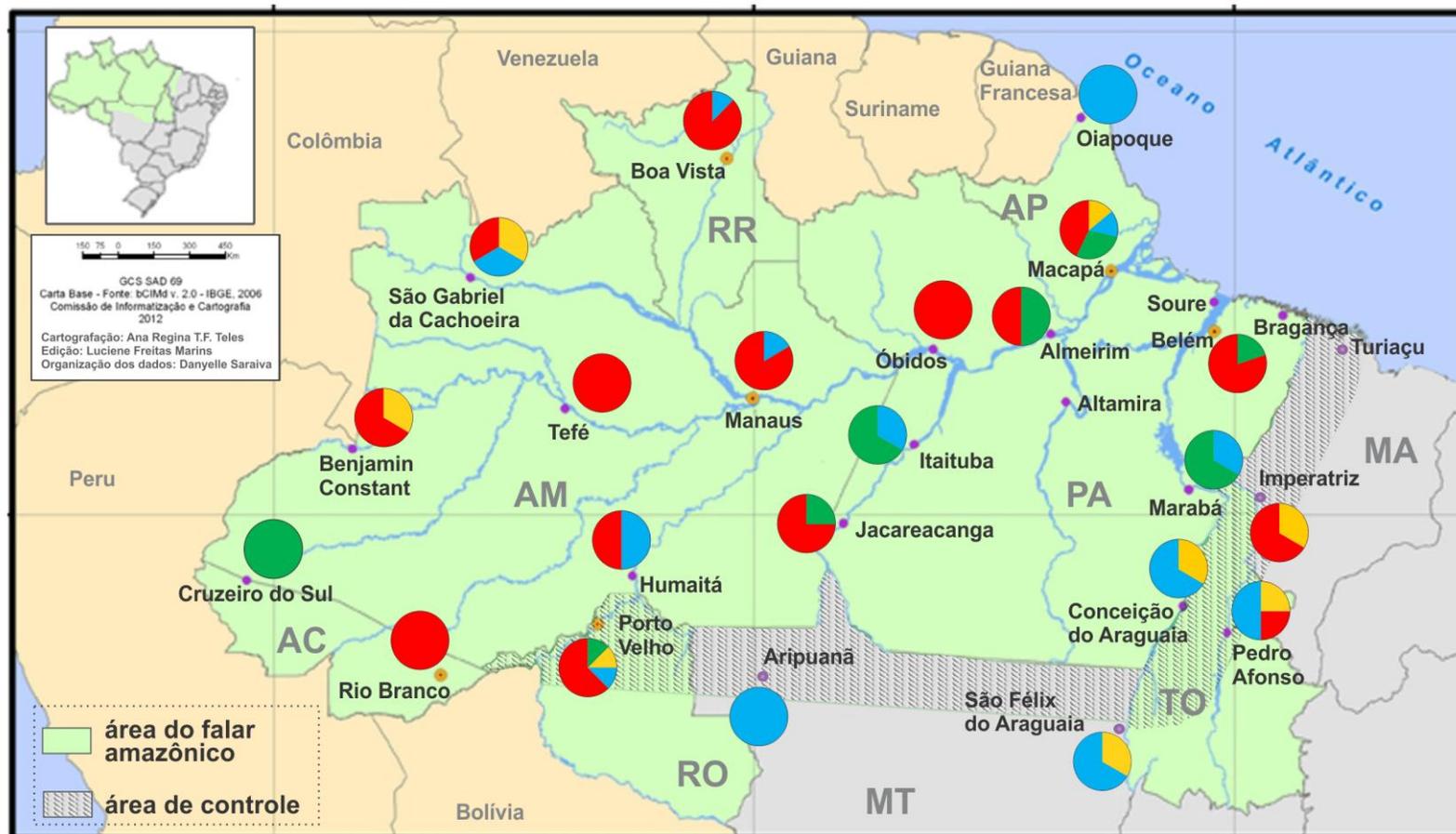


Gráfico 11: Percentual de informantes que responderam e que não responderam a pergunta 159 do QSL/ALiB

Dentre as respostas obtidas, a unidade lexical *curica* e a sua variante *curiquinha* foram as mais produtivas no conjunto das localidades estudadas, com 54% das ocorrências, seguido de *pipa*, com 19,3%; de *papagaio* com 10,2%; de *cangula*, com 3,3% e de *rabiola*, *morcego* e *suru/suruba* com 2,2% de produtividade cada uma. Além disso, houve o registro de seis casos de ocorrências únicas: *andorinha*, *big bob*, *buzugão*, *pepetinha*, *paraquedas*, *avião (de papel)*. As designações levantadas estão distribuídas diatopicamente na Carta 05, a seguir.

Carta 05 - Curica



■ curica/curiquinha
 ■ pipa
 ■ papagaio
 ■ outras

Conceito: «E um brinquedo parecido com o feito de varetas cobertas de papel que se empina por meio de uma linha, também feito de papel, mas sem varetas, que se empina ao vento por meio de uma linha?»

Nota-se que a variante *curica* tem presença majoritária em muitas localidades da área do *falar amazônico*, levando-nos a crer que se trata de uma forma regional do Norte do Brasil. Assim, a norma da área dialetal estaria influenciando a da área de controle, pois em localidades como Porto Velho (RO) e Imperatriz (MA), por exemplo, a presença da designação *curica* também é marcante.

Considerando que algumas das designações apuradas como resposta para a pergunta em análise também foram apontadas para a pergunta anterior (papagaio), em termos de dicionarização, foram consideradas aqui apenas as não catalogadas na pergunta anterior, com vistas a evitar duplicação de informações. As unidades lexicais *pepetinha* e *big bob* não estão dicionarizadas nas obras lexicográficas consultadas para esta pesquisa. Já o item lexical *paraquedas* está registrado em Ferreira (2004) e em Houaiss (2001) com acepção distinta da atribuída a ela pelos informantes do Projeto ALiB, por isso não foi considerada resposta válida para a pergunta em questão.

O item lexical *morcego*, por sua vez, é definido como “brinquedo constituído de uma armação leve de varetas, recoberta de papel fino, à qual geralmente se prende uma linha usada para lhe controlar o movimento quando empinado; pipa” (HOUAISS, 2001). Nota-se que a definição traz o sema *vareta* na composição do brinquedo, conceito expresso na pergunta 158/QSL, evidenciando que os informantes não tem tanta familiaridade com os brinquedos cujas designações são buscadas nas perguntas 158 e 159/QSL.

Já no caso de *suru*, a definição apresentada por Houaiss (2001) e por Ferreira (2004) faz alusão ao *papagaio* sem cauda e com barbatanas de papel e não há a menção à ausência de varetas. Já *buzugão* não está dicionarizado, apenas *buzugo* na acepção de coisa mal feita tanto em Houaiss (2001) quanto em Ferreira (2004), o que pode ser explicado devido à ausência de varetas, que ajudariam na sustentação da forma do brinquedo (e sem elas o *buzugão* seria algo disforme).

Considerando que *curica* não consta nas cartas linguísticas da área do falar baiano e adjacências (RIBEIRO, 2012), pode-se levantar a hipótese de se tratar de uma forma regional típica da região Norte, pois essa designação ocorreu em 16 das 26 localidades estudadas. Vale destacar que o referente é desconhecido dos informantes de Turiaçu (MA), Soure (PA), Bragança (PA) e Altamira (PA), localidades próximas entre si.

Os informantes que não responderam à pergunta 159/QSL são, em sua maioria, homens jovens, de acordo com os Gráficos 7 e 8 na sequência.

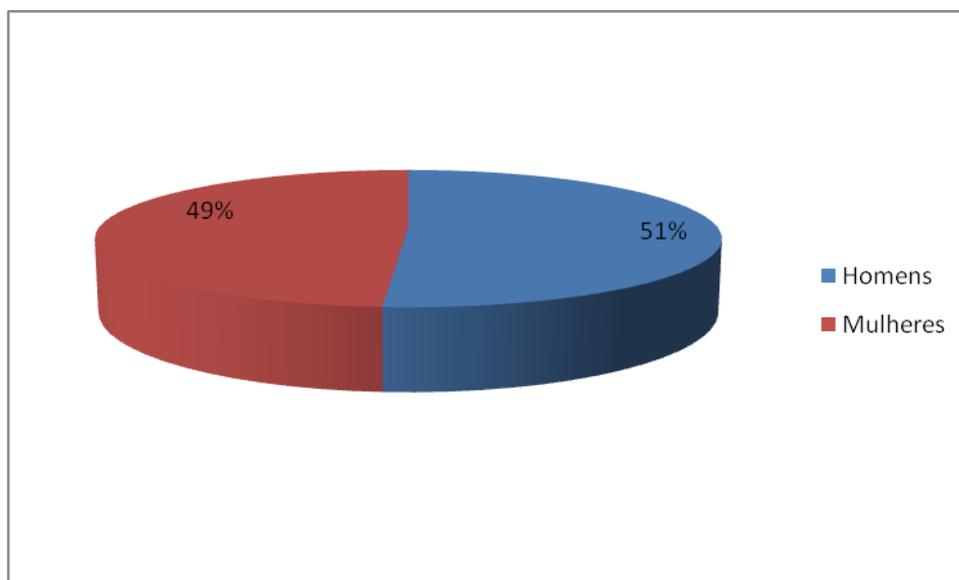


Gráfico 12: Índice de não resposta para a pergunta 159/QSL/ALiB, distribuído segundo o sexo do informante.

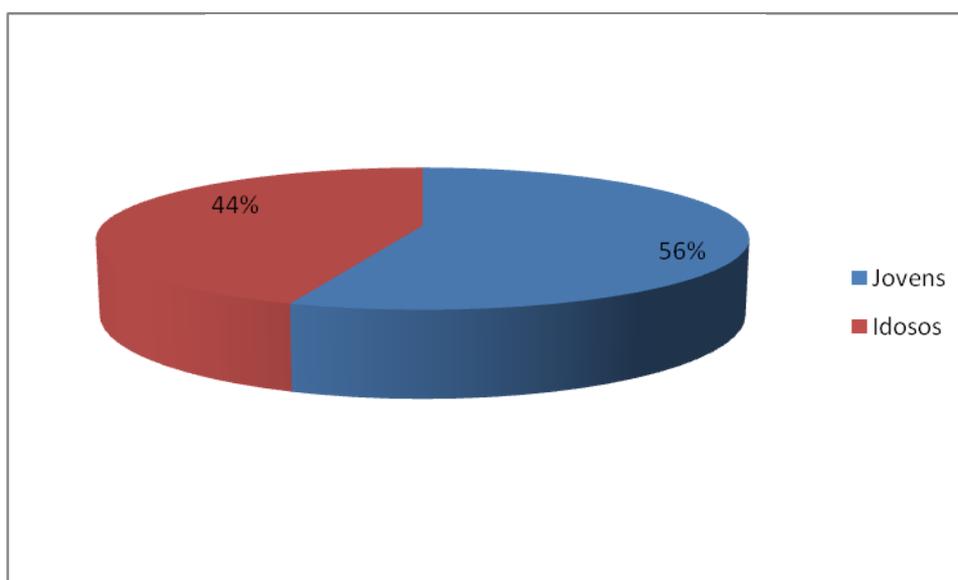


Gráfico 13: Índice de não resposta para a pergunta 159/QSL/ALiB, distribuído segundo a idade do informante.

Nota-se que, embora a diferença de produtividade de acordo com a idade e o sexo tenha sido pequena, já que foi levemente pouco superior entre os jovens e os homens, respectivamente, pode-se levantar a hipótese de que o desconhecimento do referente em causa ocorra de forma generalizada, pois o falante urbano não estabelece diferença entre os dois tipos de brinquedos, uma vez que ou o sema

varetas não é percebido por muitos deles, ou o papagaio está se popularizando crescentemente entre os habitantes da região pesquisada, possivelmente devido à crescente urbanização pela qual muitas cidades do Brasil passaram/estão passando.

4.6 QSL/160 – “Brincadeira em que uma criança fecha os olhos, enquanto as outras correm para um lugar onde não são vistas e depois essa criança que fechou os olhos vai procurar as outras”

Esconde-esconde (60,9% das ocorrências), *pira/pira-esconde* (16,5%), *manja/manja-esconde* (4,5%), *pique/pique-esconde* (3%), *trinta e um/trinta e um alerta* (3%), *pega-pega/do pega/pega* (2,3%), e as ocorrências únicas: *brincadeira do acha*, *pegador*, *juju*, *tapa-olho*, *pinti-escura*, *pirogalo*, *pira-maromba*, *salva-latinha*, *cipó queimado*, *pau doce*, *barra bandeira*, *cola-descola* e *pata-cega* foram as unidades lexicais registradas para nomear “a brincadeira em que uma criança fecha os olhos, enquanto as outras correm para um lugar onde não são vistas e depois essa criança que fechou os olhos vai procurar as outras”.

A distribuição diatópica das designações documentadas consta na Carta 06, que evidencia as duas mais produtivas, e as demais incluídas no grupo *outras*. Percebe-se o predomínio de *esconde-esconde* na escolha lexical dos habitantes das localidades estudadas. No caso dessa pergunta, não há grandes divergências entre o que predomina na área dialetal e na área de controle.

As variantes documentadas como designação do conceito em causa ou não estão dicionarizadas em Bluteau (1728), Silva (1813) e Pinto (1832), ou estão dicionarizadas nessas obras com outra acepção, distinta daquela que se buscou neste estudo. Sendo os dicionários o reflexo da cultura de uma comunidade, é possível que as brincadeiras infantis, em tempos remotos, não tivessem a importância que têm na contemporaneidade, justamente pelo fato de não figurarem tais acepções em dicionários mais antigos.

A unidade lexical *esconde-esconde*, por exemplo, é definida como “jogo infantil em que uma criança deve sair à procura das demais, que se esconderam; jogo das escondidas, escondidas, escondido, manja, pegador, tempo-será, bacondê” (FERREIRA, 2004); “jogo infantil em que um participante deve encontrar os demais

que estão escondidos” (HOUAISS, 2001). No verbete *manja* há a remissiva para *esconde-esconde* em ambos os dicionários.

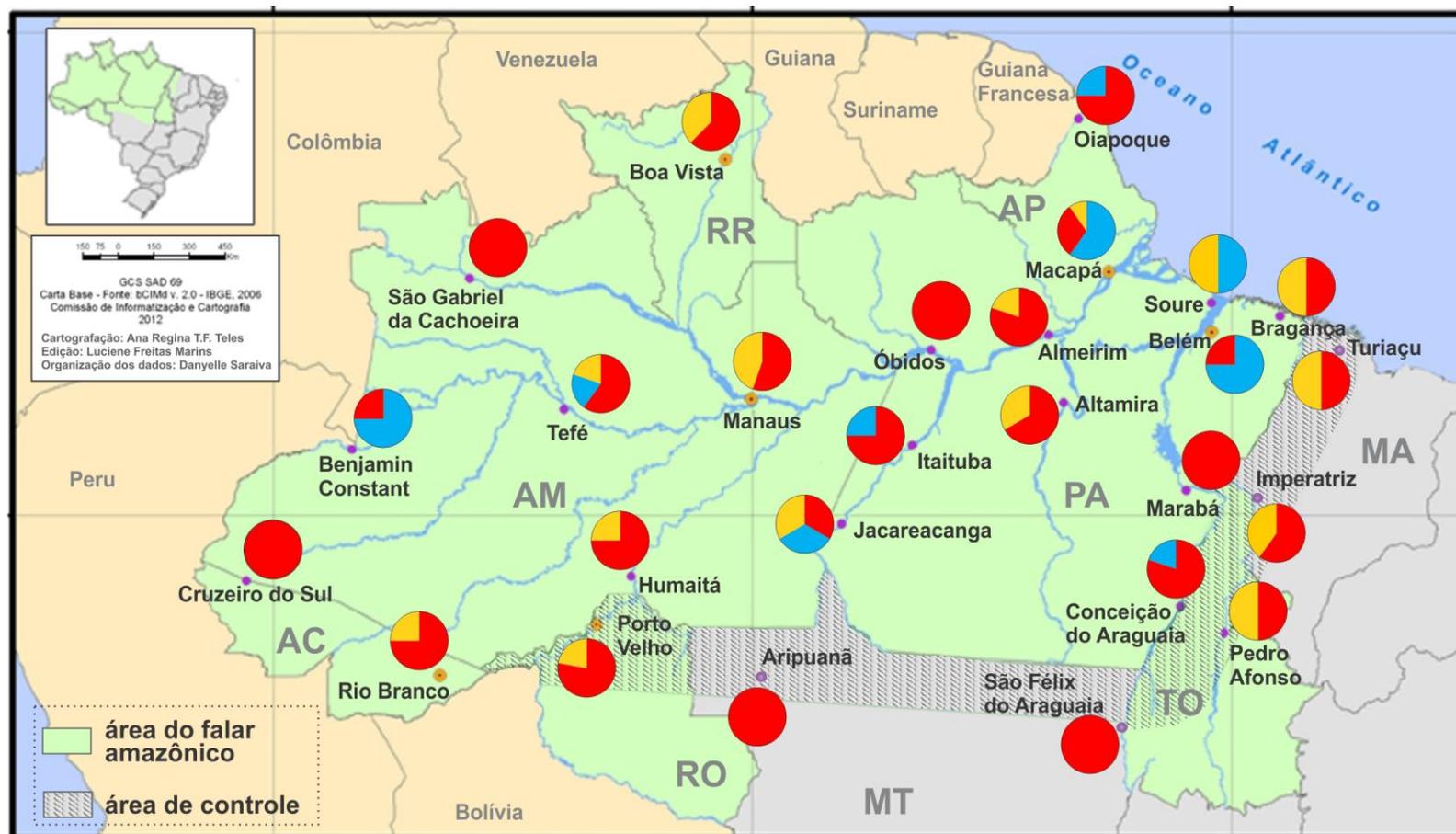
Já em relação à unidade lexical *pique*, Ferreira (2004) a define como “brinquedo infantil em que uma criança tem de pegar alguma das outras antes que esta chegue a certo ponto determinado — o *pique*”, e registra *angapanga*, *maria-macumbé*, *pegador*, *pega-pega* como sinônimos. Já Houaiss (2001) apresenta a seguinte definição para a mesma unidade lexical: “brincadeira infantil em que uma das crianças deve correr atrás de outra(s) e pegá-la(s), o que pode ser feito em qualquer lugar, com exceção de um ponto, escolhido de comum acordo, onde se está a salvo; pega-pega”. *Pique* é a remissiva apresentada para o verbete *pega-pega*. As demais variantes registradas como resposta para a pergunta em foco ou não estão dicionarizadas em Ferreira (2004) e em Houaiss (2001) ou são definidas com outra aceção.

Os casos de ocorrências únicas foram registrados no quadro a seguir que informa também a localidade e o perfil do informante que as mencionaram.

Localidade	Perfil do informante	Resposta única
Jacareacanga (PA)	016/01	Brincadeira do acha
Soure (PA)	009/04	Juju
Soure (PA)	009/03	Pira-maromba
Almeirim (PA)	011/03	Cipó-queimado
Bragança (PA)	013/01	Pata cega
Tefé (AM)	005/04	Barra-bandeira
Tefé (AM)	005/04	Cola-descola
Boa Vista (RR)	003/04	Tapa-olho
Turiaçu (MA)	025/01	Pirogalo
Turiaçu (MA)	025/04	Pegador
Imperatriz (MA)	029/01	Salva-latinha
Pedro Afonso (TO)	023/04	Pinti-escura
Pedro Afonso (TO)	023/03	Pau doce

Quadro V: Respostas únicas para a pergunta 160/QSL/ALiB, segundo a localidade e o perfil dos informantes

Carta 06 - Esconde-esconde



esconde-esconde

pira/pira-esconde

outras

Conceito: «a brincadeira em que uma criança fecha os olhos, enquanto as outras correm para um lugar onde não são vistas e depois essa criança que fechou os olhos vai procurar as outras?»»

Dado o estudo da pergunta em foco, acredita-se que, nesse caso, não haja uma forma peculiar característica da área do falar amazônico para nomear o conceito da pergunta 160/QSL, já que *esconde-esconde* foi a forma mais produtiva nas localidades investigadas nesta pesquisa e também o foi na área do *falar baiano* e regiões limítrofes⁶⁰ (RIBEIRO, 2012)

4.7 QSL/161 – “Brincadeira em que uma criança, com os olhos vendados, tem que pegar as outras”

A brincadeira em que se venda os olhos de uma criança para que esta toque as demais teve origem há mais de 2.000 anos na Grécia e é conhecida em vários países da Europa e também nos Estados Unidos com distintas designações: *mosca cieca* na Itália; *blindekuh* na Alemanha; *collin-maillard* na França e *blindman's buff* nos Estados Unidos⁶¹.

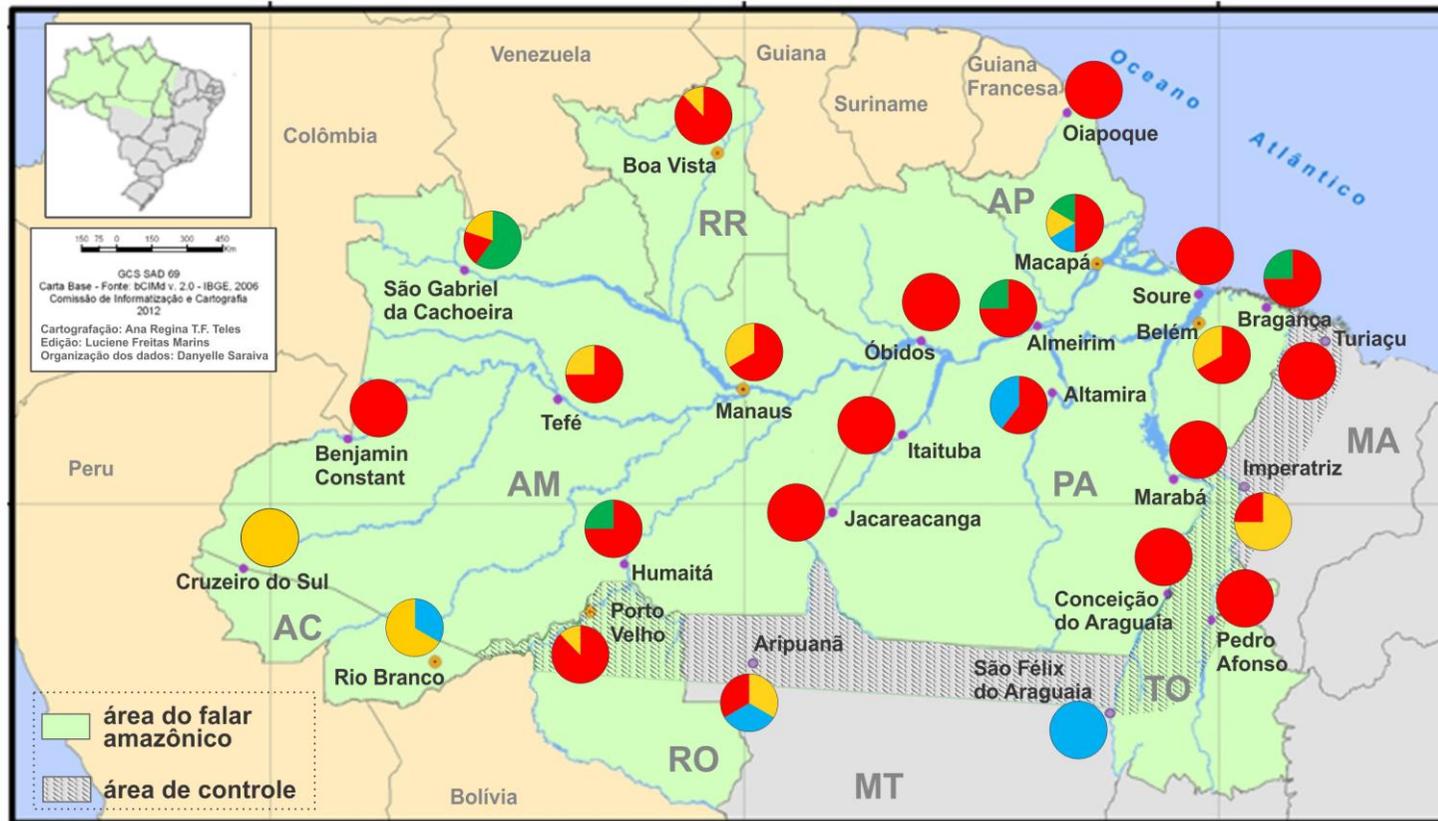
A pergunta em foco motivou o registro de 09 unidades lexicais: *pata cega* (58,2% das ocorrências), *cobra cega* (19,7%) e *cabra cega* (17,2%) e ainda itens lexicais com ocorrência única, que foram agrupadas no item léxico *outras*: *pata choca*, *barata tonta*, *pira cega*, *pega-pega*, *pira-pega* e *nó cego*. Observa-se a distribuição diatópica das designações catalogadas na Carta 07 na sequência.

Observando-se a carta que segue, nota-se que *pata cega* foi documentada em praticamente todas as localidades estudadas (exceto em Cruzeiro do Sul (AC), Rio Branco (AC) e São Félix do Araguaia (MT)), o que permite que se levante a hipótese de que *pata cega* seja uma unidade lexical tipicamente regional da região estudada. Pesquisa realizada por Santos e Isquierdo (2007) apresentam claramente a elevada concentração de *pata cega* nas localidades da região Norte (em quatro das cinco capitais estudadas), e, em contraste, elevada concentração de *cobra cega* nas localidades investigadas das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

⁶⁰ 86% das formas lexicais registradas contém o sema *esconder* na área do falar baiano e adjacências (RIBEIRO, 2012).

⁶¹ Fonte: <<http://portalevolution.org/infantil/brincadeiras-de-crianca-cabra-cega>>. Acesso em 11. Jun. 2013.

Carta 07 - Pata-cega



■ pata-cega
 ■ cobra-cega
 ■ cabra-cega
 ■ outras

Conceito: «a brincadeira em que uma criança, com os olhos vendados, tem que pegar as outras?»

Na área do *falar baiano* (RIBEIRO, 2012), os itens lexicais mais produtivos foram *cobra cega* (47,6% das ocorrências), seguido de *cabra cega* (40%) e *gata cega* (5,7%), o que reforça a hipótese de que *pata cega* seja uma unidade lexical típica da região Norte, já que não se observou o registro de *pata cega* nas localidades da área do *falar baiano* e área de controle estudadas por Ribeiro (2012).

Em termos de dicionarização, apenas *cabra cega* está registrada em Ferreira (2004) como “brincadeira em que uma criança, vendada, tenta agarrar outra, para ser por esta substituída” e em Houaiss (2001) como “certo tipo de brincadeira infantil, em que um participante fica vendado e deve conseguir agarrar outro participante (e, em certas modalidades, identificá-lo) para ser por este substituído; batecondê”. As outras variantes não estão dicionarizadas nas obras consultadas, ou recebem definição com outra acepção.

Do ponto de vista diasssexual, o item lexical *pata cega* foi mais produtiva entre as mulheres do que entre os homens, embora a diferença de ocorrência entre os sexos não tenha sido significativa, pois essa brincadeira não faz distinção de sexo (comumente não se diz que essa brincadeira seja *de menino* ou *de menina*, conforme discutido anteriormente). O gráfico na sequência apresenta, por distinção de sexo, a distribuição das ocorrências de *pata cega* entre os informantes.

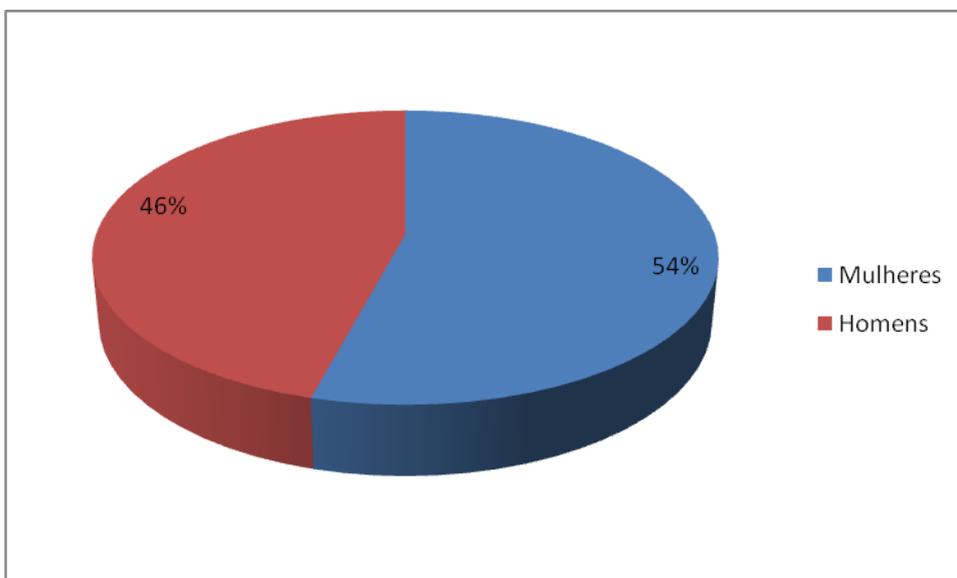


Gráfico 14: Índice de produtividade da unidade lexical *pata cega*, segundo o sexo do informante.

Já do ponto de vista diageracional, fica claro que a brincadeira é mais conhecida pelos informantes da segunda faixa etária, possivelmente porque há

algumas décadas era comum as crianças brincarem em ambientes externos e em brincadeiras coletivas. Os informantes da faixa etária mais jovem, comumente, priorizam os brinquedos eletrônicos em detrimento de brincadeiras de rua, haja vista a violência crescente nos grandes centros urbanos. O gráfico a seguir apresenta o índice de produtividade do item lexical *pata cega* segundo a faixa etária dos informantes.

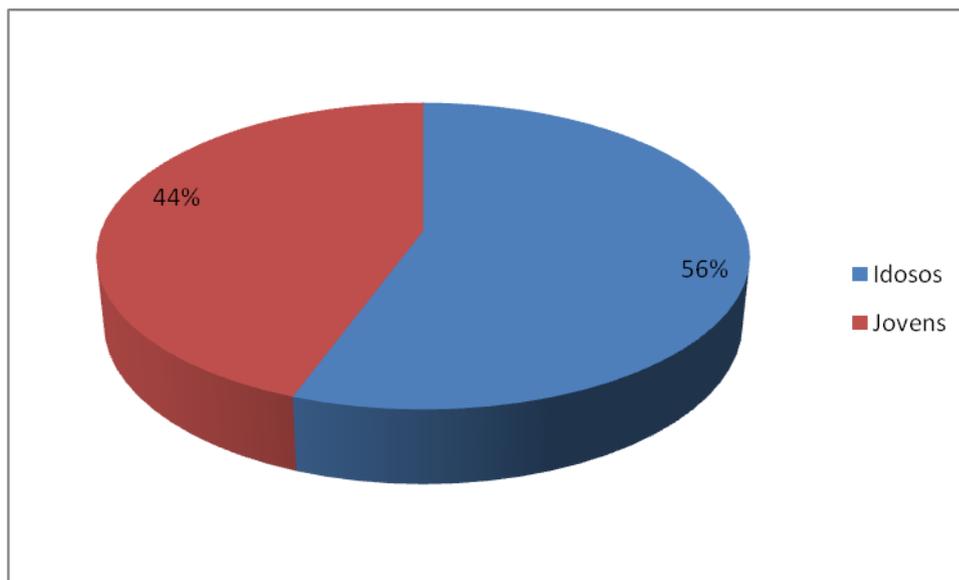


Gráfico 15: Índice de produtividade da unidade lexical *pata cega*, segundo a idade do informante.

Pesquisa realizada por Santos e Isquerdo (2007) apresentam claramente a elevada concentração de *pata cega* nas localidades da região Norte (em quatro das cinco capitais estudadas), e, em contraste, elevada concentração de *cobra cega* nas localidades investigadas das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

Possivelmente pode-se considerar *pata cega* uma unidade lexical típica da região do falar amazônico, já que esse foi o item lexical mais produtivo na região Norte, e que não houve registro dele na área do falar baiano (RIBEIRO, 2012).

4.8 QSL/162 – “Brincadeira em que uma criança corre atrás das outras para tocar numa delas, antes que alcance um ponto combinado”

O levantamento das unidades lexicais apuradas como resposta para a pergunta 162/QSL resultou nas seguintes designações: *pira*, *pira-mãe*, *pira-pega*, *pira-cola*, *pira-pira*, *pira-esconde*, *pira-toca*, *pira-alta*, *manja*, *manja-pega*, *manja-*

cola, manja-trepa, pega, do pega, pega-pega, pegador, pega-ladrão, pique, pique-pega, pique-esconde, cola, brincadeira do cola, cola-descola, brincadeira do trisca, mãe, congelar/congelado, juju, Jô-jô, queimei, barra, papai ajuda, chicote quente, brincadeira do lário e estátua. Os agrupamentos propostos para fins de cartografia dos dados estão expostos no Quadro 5 a seguir. Já a Carta 08 apresenta a distribuição diatópica dos grupos de variantes mais produtivos.

Item Lexical	Agrupamento
Pira	<i>pira, pira-mãe, pira-pega, pira-cola, pira-pira, pira-esconde, pira-toca, pira-alta</i>
Manja	<i>manja, manja-pega, manja-cola, manja-trepa</i>
Pega	<i>pega, do pega, pega-pega, pegador, pega-ladrão</i>
Pique	<i>pique, pique-pega, pique-esconde</i>
Outras	<i>cola, brincadeira do cola, cola-descola, brincadeira do trisca, mãe, congelar/congelado, juju, Jô-jô, queimei, barra, papai ajuda, chicote quente, brincadeira do lário e estátua</i>

Quadro VI: Agrupamento das designações catalogadas como resposta para a pergunta 162/QL

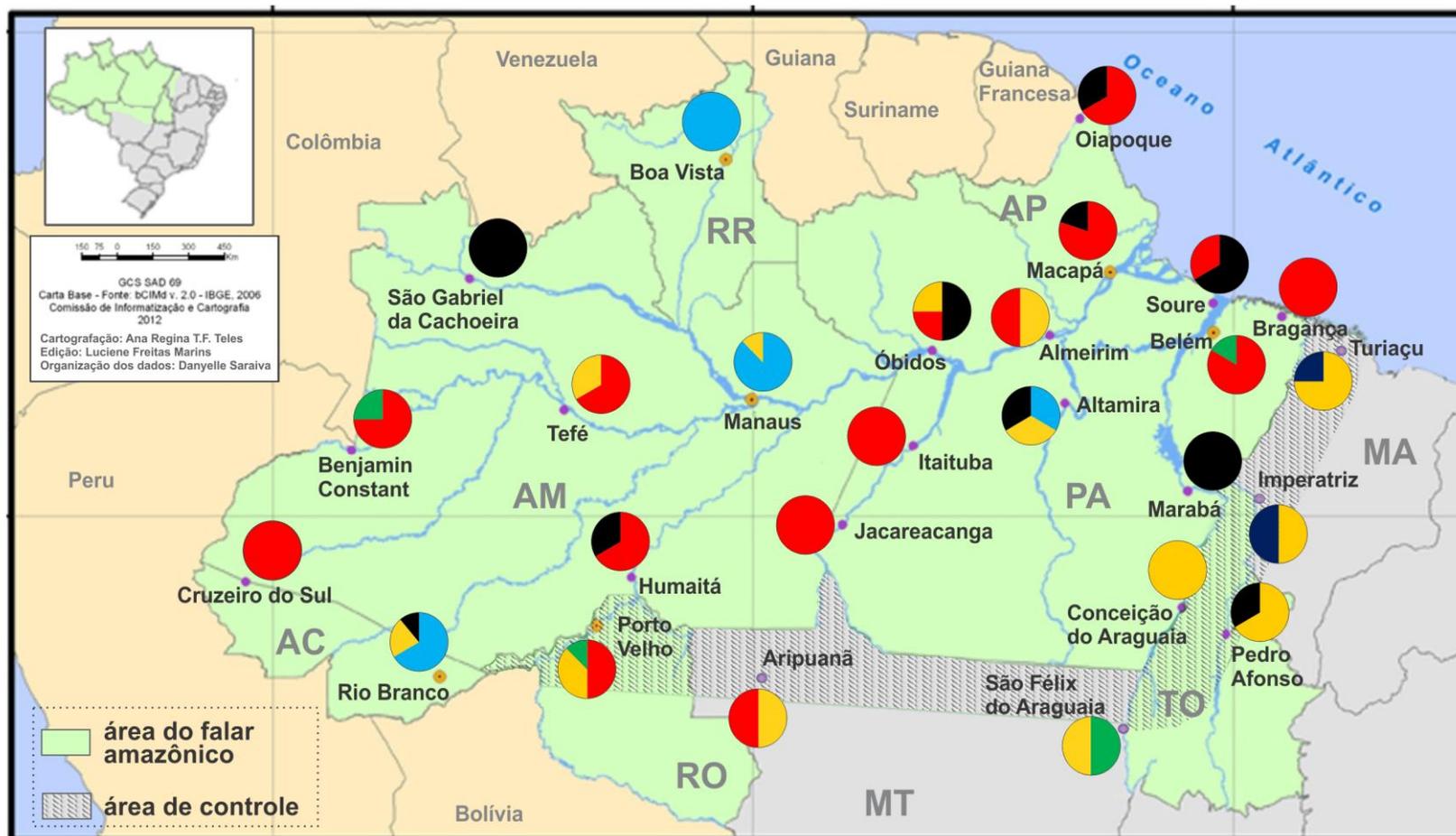
A dicionarização das unidades lexicais *pira*, *manja* e *pique* foi discutida por ocasião da apresentação das respostas para a pergunta 160/QL. No caso de *pega-pega*, Ferreira (2004) remete o consulente para *pique*, item lexical definido no dicionário Houaiss (2001) como o “mesmo que *pique* (brincadeira infantil)”.

As unidades lexicais *cola*, *brincadeira do cola* e *cola-descola* possivelmente nomeiam variações da brincadeira em questão, já que a criança, quando alcançada, ficaria imóvel se não estivesse encostada no local combinado, até que outra criança tocasse aquela que estava imóvel, permitindo a sua fuga. É possível que essa hipótese sirva também para a designação *congelar/congelado* e *estátua*, referindo-se à imobilidade imputada à criança que é alcançada pelo pegador.

O verbo *triscar* é definido como “roçar levemente” tanto em Houaiss (2001) quanto em Ferreira (2004). Dessa forma, a designação *brincadeira do trisca* relaciona-se com o objetivo da brincadeira, que é alcançar/encostar/pegar as crianças antes que elas atinjam um ponto combinado.

A leitura da Carta 08 revela que o agrupamento *pira* é o mais produtivo na região pesquisada, distribuído por quase todo o território investigado. Também com distribuição difusa apresenta-se o agrupamento *pega*, forma de influência sulista no falar amazônico (Cf. AGUILERA, 2007b). Destaca-se que não houve registro de *pira* na área do *falar baiano* ou nas regiões limítrofes (RIBEIRO, 2012) – os itens mais produtivos nesse universo foram os com o sema *pegar* (49,3%), seguido de *pique* (12,5%) e outras designações com produtividade menor do que 10%. Com isso, é possível levantar a hipótese que *pira* seja um item lexical regional conservador circunscrito à região do *falar amazônico*.

Carta 08 - Pira



Conceito: «uma brincadeira em que uma criança corre atrás das outras para tocar numa delas, antes que alcance um ponto combinado?»

4.9 QSL/ 163 – “Ponto combinado na ‘brincadeira em que uma criança corre atrás das outras para tocar numa delas, antes que alcance um ponto combinado’”

Dos 128 informantes naturais das localidades investigadas, 75 deles (58,6%) não souberam responder a pergunta em pauta que, por sua vez, está diretamente relacionada diretamente à questão anterior (QSL/162: “uma brincadeira em que uma criança corre atrás das outras para tocar numa delas, antes que alcance um ponto combinado?”). Nas localidades de São Gabriel da Cachoeira (AM) e Porto Velho (RO), nenhum informante soube o nome do referente em causa. O gráfico na sequência ilustra o índice de ocorrências de respostas e de não resposta, considerando o universo total de informantes.

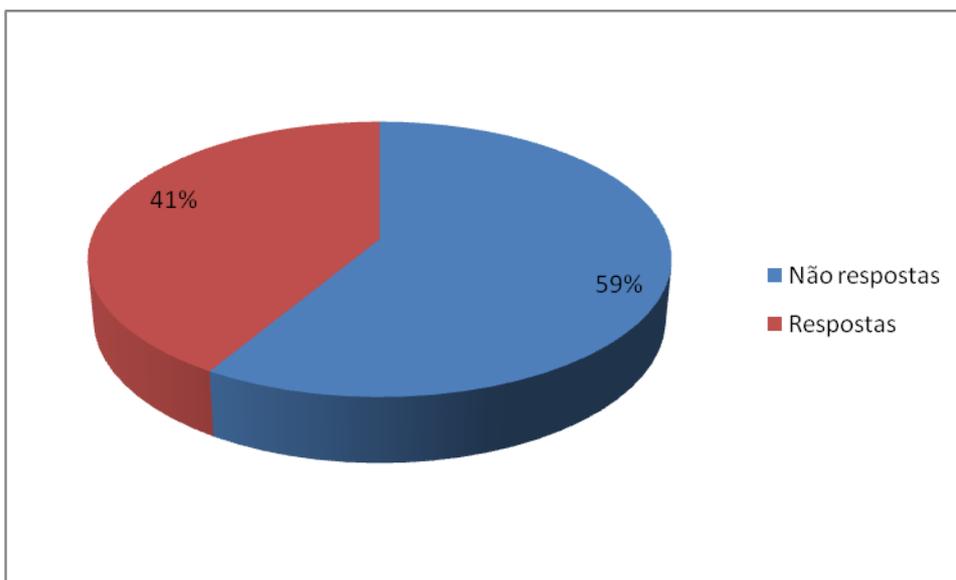
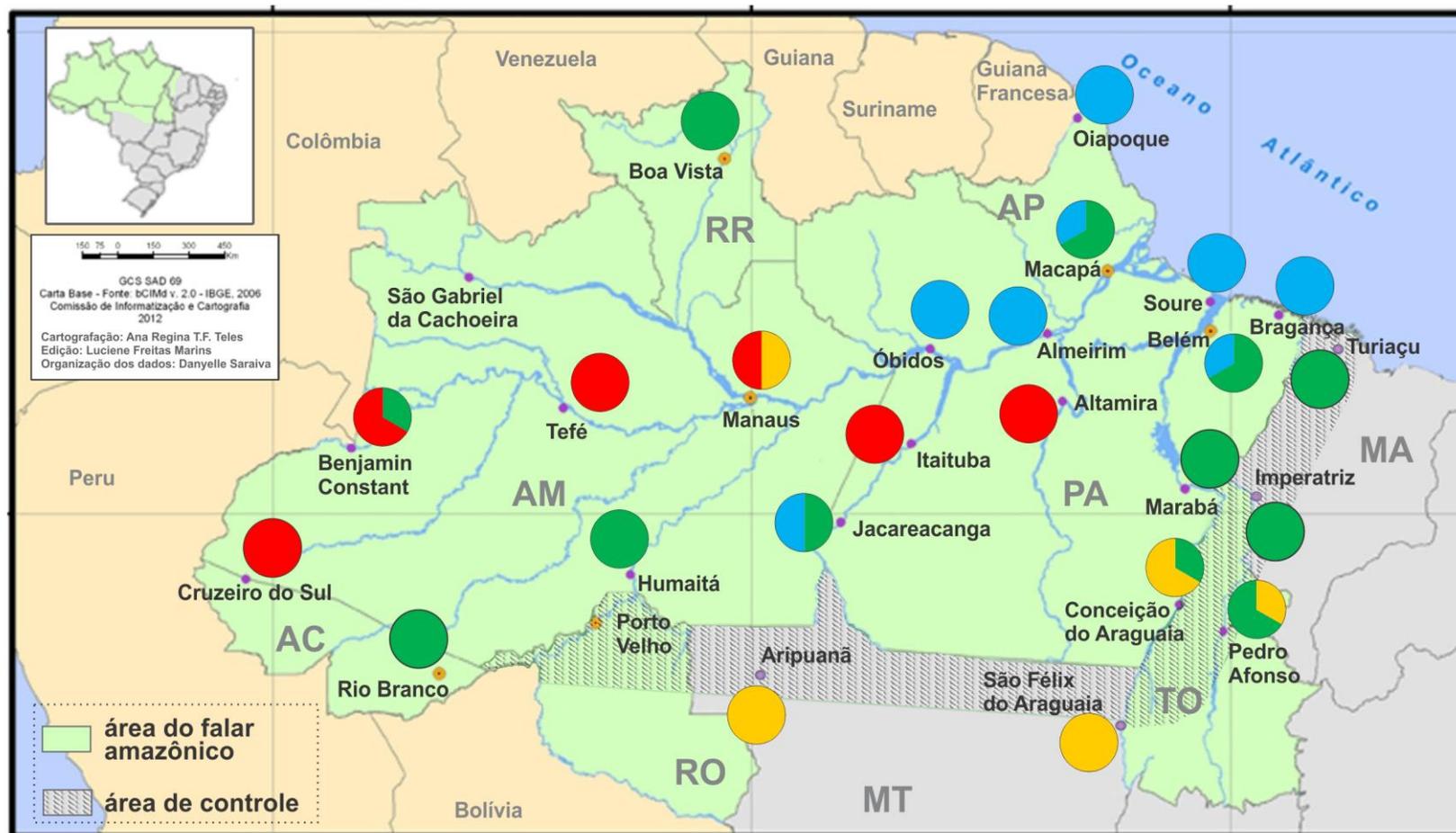


Gráfico 16: Percentual de informantes que responderam e que não responderam a pergunta 163 do QSL/ALiB

Os outros 41,4% – 53 informantes – mencionaram 19 designações: *mãe* (32,8%), *manja* (21,2%), *pique/pique no alto* (13,6%), *barra* (3,9%), além das ocorrências únicas, agrupadas no conjunto *outras*: *figuinha*, *abatida*, *piriqui*, *pira-alta*, *linha*, *pinha*, *pinti-escura*, *pau*, *paredão*, *torre*, *tritolesta*, *gansrola*, *pau da manja*, *magi* e *poste*. As designações estão mapeadas na Carta 09 na sequência.

Carta 09 - Mãe



■ mãe
 ■ manja
 ■ pique/pique alto
 ■ outras

Conceito: «Esse ponto combinado [uma brincadeira em que uma criança corre atrás das outras para tocar numa delas, antes que alcance um ponto combinado]?»

A unidade lexical *mãe*, a mais produtiva no conjunto das localidades investigadas, foi fortemente utilizada pelos informantes da segunda faixa etária, o que leva a crer que se trata de uma designação conservadora na região em foco. O gráfico a seguir evidencia as diferenças de produtividade entre o perfil dos informantes que mencionaram o item lexical *mãe* para nomear o ponto combinado na brincadeira em que uma criança corre atrás das outras para tocar numa delas antes que se alcance o ponto combinado, no que diz respeito à faixa etária.

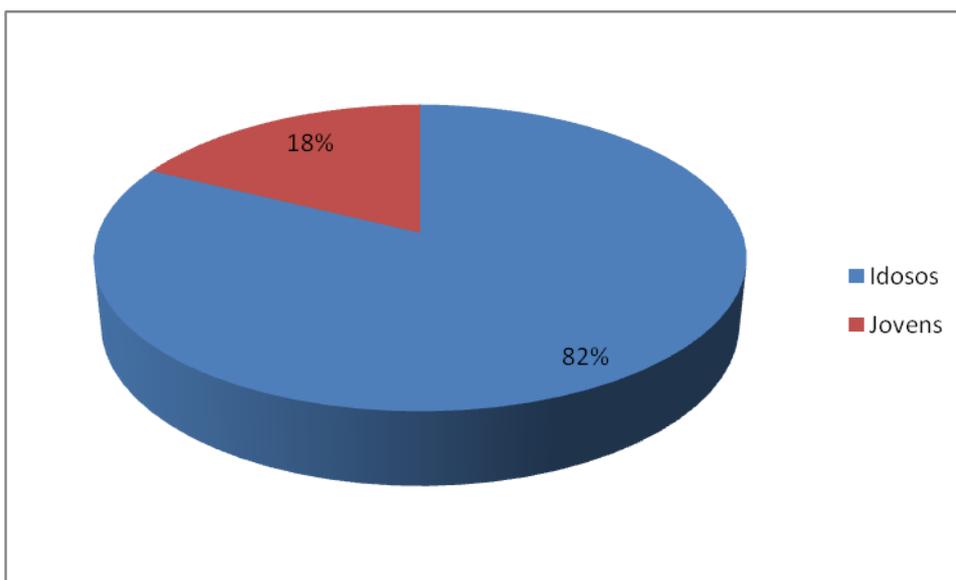


Gráfico 17: Índice de não resposta para a pergunta 163/QL/ALiB, distribuído segundo a faixa etária do informante.

O item lexical mais produtivo no conjunto das localidades estudadas, *mãe*, está concentrado no interior da área do *falar amazônico*, com ocorrência exclusiva nas localidades de Altamira (PA), Itaituba (PA), Tefé (AM) e Cruzeiro do Sul (AC). Já a unidade léxica *manja* concentra-se mais fortemente nas proximidades da região litorânea. *Pique*, por seu turno, está marcadamente concentrado nas proximidades da área de controle, evidenciando influência da porção sulista do Brasil⁶², adentrando a área do *falar amazônico* – Conceição do Araguaia (PA) –, dada a proximidade geográfica com a área de controle, e em Manaus (AM), possivelmente

⁶² Aguilera (2007b) assevera que as unidades lexicais *pique* e *mãe* são representativas da porção sulista do Brasil (cf. NASCENTES, 1953), em se tratando de nomeação da brincadeira de correr para pegar, mas se sabe que, em alguns casos, a nomeação de referentes ocorre por processo metonímico e, nesse caso, estamos considerando que o nome do ponto combinado pode receber o mesmo nome da brincadeira (metonímia – a parte pelo todo). Já o item lexical *manja* é representativo do falar nortista.

devido ao fato de essa localidade ter sido polo atrativo de fluxos migratórios no auge do ciclo da borracha.

Quanto ao registro das unidades lexicais nas obras lexicográficas consultadas, *manja* está dicionarizada tanto em Ferreira (2004) quanto em Houaiss (2001) como sinônima de *esconde-esconde*. Já *pique* está definida em Ferreira (2004) como “brinquedo infantil em que uma criança tem de pegar alguma das outras antes que esta chegue a certo ponto determinado — o *pique*. [Sin., bras., nesta acepç.: *angapanga*, *maria-macumbé*, *pegador*, *pega-pega*.]”, e em Houaiss (2001) como “brincadeira infantil em que uma das crianças deve correr atrás de outra(s) e pegá-la(s), o que pode ser feito em qualquer lugar, com exceção de um ponto, escolhido de comum acordo, onde se está a salvo; pega-pega”. Nesta última obra, a unidade lexical é definida como a brincadeira, e não como o ponto combinado; nesse caso, a nomeação do ponto ocorre por meio de processo metonímico – a parte pelo todo.

No caso do item lexical *gansrola*, foi identificado o verbete *ganzola*, definido como *pique* em Ferreira (2004), com registro de brasileirismo do Maranhão; e “na brincadeira de pique, ponto em que se está a salvo” em Houaiss (2001). Logo, *gansrola* parece ser uma variante de *ganzola*. As demais designações coletadas ou não estão registradas nas obras lexicográficas consultadas⁶³, ou constam com outra acepção, distinta da que se investigou nesta pergunta.

Na área do *falar baiano* e área de controle (RIBEIRO, 2012), a resposta mais produtiva foi *pique*, com quase 50% das ocorrências, seguida de *manja*, com 18,5%, e outras variantes, com produtividade inferior a 10% cada uma: *ronda*, *rol*, *picula* e *ponto final*, além de ocorrências únicas. Houve apenas uma ocorrência de *mãe* na área do *falar baiano*, o que indica uma possível influência de *manja* sobre a área do *falar amazônico*, já que a concentração maior dessa designação é em localidades próximas à área de controle. Reforça essa hipótese o fato de *pique*, unidade lexical mais produtiva na área do *falar baiano*, ser a terceira mais produtiva na área do *falar amazônico*, com maior concentração na região da área de controle. Esse fenômeno também pode encontrar explicação nos intensos fluxos migratórios, especialmente de nordestinos, para a região amazônica no final do século XIX/início do século XX

⁶³ As designações documentadas nesta pergunta ou não estão dicionarizadas em Bluteau (1728), nem em Silva (1813), nem em Pinto (1832), ou estão dicionarizadas com acepção distinta da que se buscou investigar.

(ciclo da borracha), pois é possível que *manja* e *pique* tenham migrado, juntamente com os nordestinos, para a região amazônica.

4.10 QSL/164 – “Brincadeira em que as crianças ficam em círculo, enquanto uma outra vai passando com uma pedrinha, uma varinha, um lenço que deixa cair atrás de uma delas e esta pega a pedrinha, a varinha, o lenço e sai correndo para alcançar aquela que deixou cair”

As designações catalogadas para o conceito em foco foram *má cochila*, *corre cotia*, *chicote queimado*, *chicotinho queimado*, *cipó queimado*, *galinha choca*, *galinha do vizinho*, *ovo choco*, *pira cola*, *sapato da mariquinha*, *berlinda*, *roda*, *brincadeira da roda*, *ciranda*, *brincadeira do grilo*, *brincadeira da garrafa*, *gato e rato*, *cai no poço*, *pé de chinelo*, *pata cega* e *corre-corre*. Do universo de 128 informantes, 108 deles desconheciam o referente em questão, conforme se observa no gráfico a seguir.

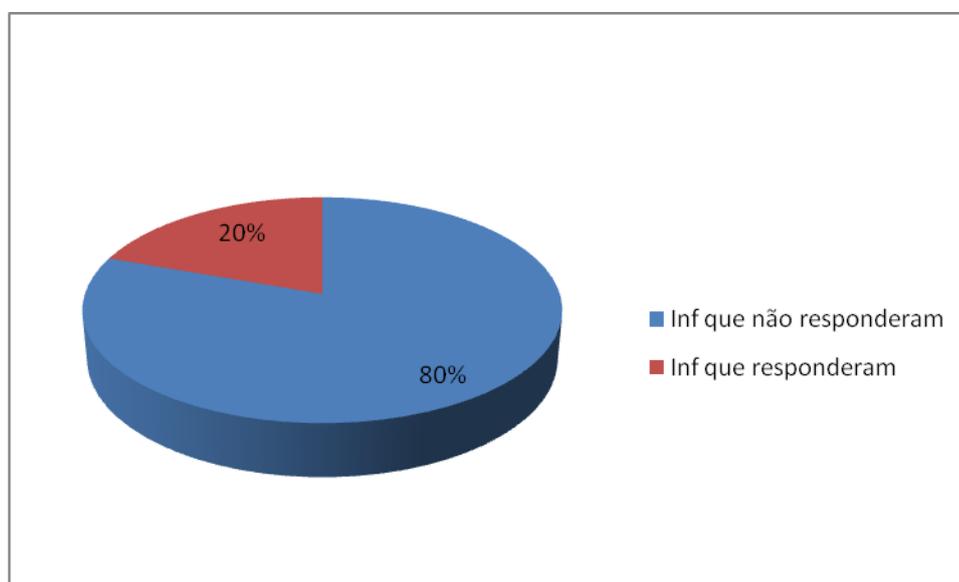


Gráfico 18: Percentual de informantes que responderam e que não responderam à pergunta 164/QSL/ALiB

Nas localidades de Oiapoque (AP), São Gabriel da Cachoeira (AM), Belém (PA), Altamira (PA), Marabá (PA), Conceição do Araguaia (PA), Itaituba (PA), Turiaçu (MA) e Imperatriz (MA) houve 100% de casos de não resposta – nenhum dos informantes dessas localidades respondeu à pergunta, o que pode indicar que

essa brincadeira pode estar desaparecendo nessas localidades, ou talvez evidencie a dificuldade para se descrever a brincadeira.

O índice de resposta não obtida foi maior entre os homens – seria essa uma brincadeira considerada feminina? Os 108 informantes que não souberam responder à pergunta 164/QSL estão visualizados conforme no gráfico na sequência, em termos de distribuição segundo o sexo:

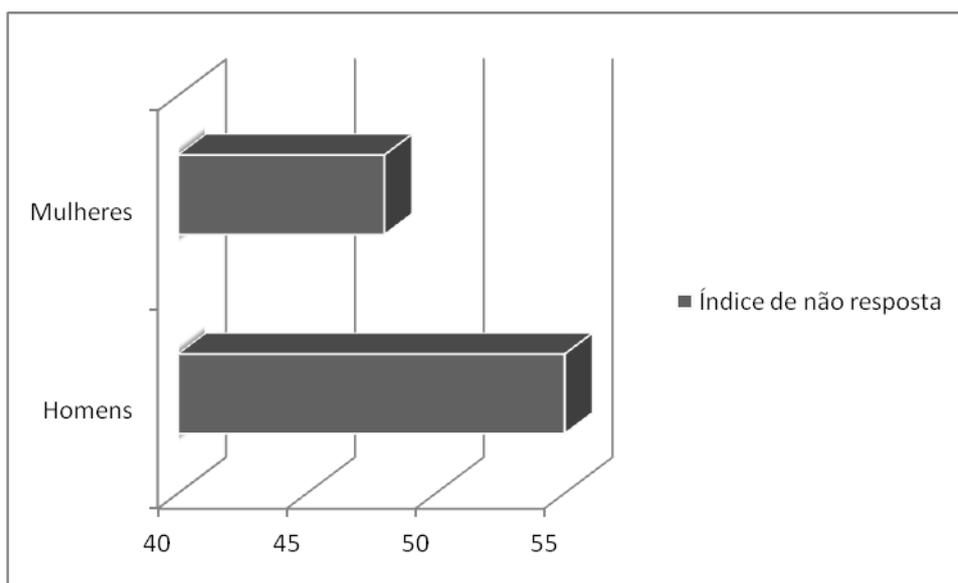


Gráfico 19: Distribuição diasssexual dos informantes que não responderam à pergunta 164 do QSL/ALiB

De todas as designações documentadas para a pergunta 164/QSL, apenas *chicote queimado* e *brincar de roda* estão dicionarizadas de acordo com a acepção em foco⁶⁴. Houaiss (2001) define *chicote queimado* como “jogo infantil em que um participante procura atingir um dos companheiros batendo-lhe com um lenço enrolado como chicote”, enquanto Ferreira (2004) essa unidade léxica como um “brinquedo infantil em que uma criança tenta alcançar as outras batendo com um lenço enrolado, em forma de chicote”. Já *brincar de roda* (forma dicionarizada para *brincadeira de roda*) está registrada apenas em Ferreira (2004), como “cantar, girar, saltar (as crianças), formando uma roda”. Nota-se que as definições são compostas por apenas uma parte do conceito investigado – uma variante (brincar de roda) conta apenas com o sema “estar em roda”, e a outra (*chicote queimado*), com a

⁶⁴ Nas outras obras lexicográficas (BLUTEAU, 1728; SILVA, 1813; PINTO, 1832) ou as designações não estão registradas, ou estão em outra acepção.

ação de correr (uma criança atrás da outra), ou seja, nenhuma das acepções contempla conceito buscado na íntegra.

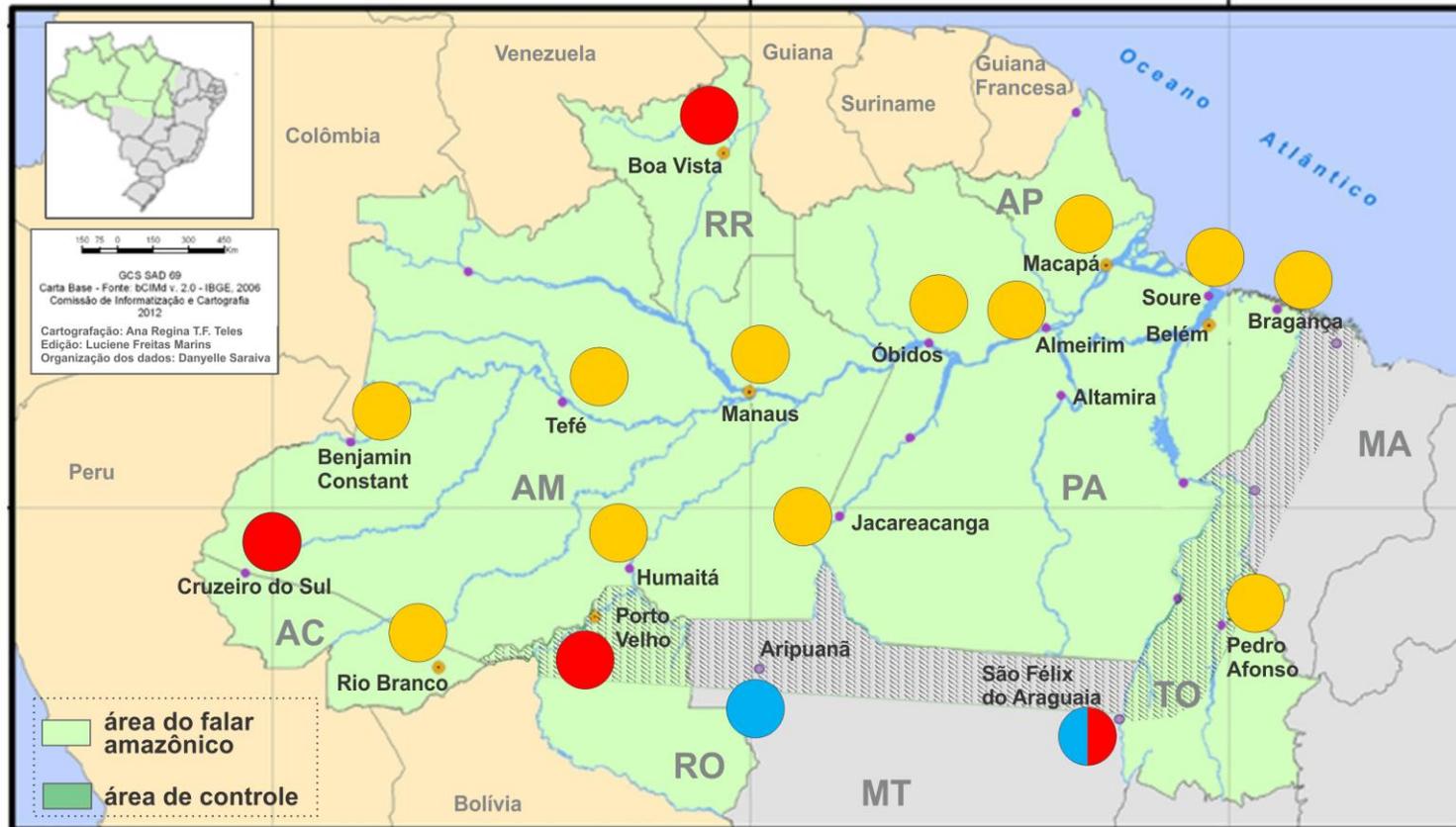
A produtividade de respostas para a questão 164/QSL não foi elevada: a unidade léxica mais produtiva, *má-cochila*, alcançou o índice de 11,5% das ocorrências; *corre-cotia*, 7,7%, e *chicote queimado/chicotinho queimado*, 7,7%. As demais designações registradas são ocorrências únicas, conforme quadro a seguir:

Localidade	Informante	Resposta única
Macapá (AP)	02	<i>pira cola</i>
Macapá (AP)	04	<i>galinha choca</i>
Macapá (AP)	06	<i>galinha do vizinho</i>
Macapá (AP)	05	<i>gato e rato</i>
Almeirim (PA)	03	<i>cipó queimado</i>
Tefé (AM)	04	<i>sapato da mariquinha</i>
Pedro Afonso (TO)	04	<i>Berlinda</i>
Óbidos (PA)	03	<i>Roda</i>
Rio Branco (AC)	04	<i>brincadeira da roda</i>
São Félix do Araguaia (MT)	02	<i>Ciranda</i>
Humaitá (AM)	02	<i>brincadeira do grilo</i>
Humaitá (AM)	02	<i>brincadeira da garrafa</i>
Benjamin Constant (AM)	02	<i>ovo choco</i>
Óbidos (PA)	03	<i>cai no poço</i>
Óbidos (PA)	04	<i>pé de chinelo</i>
Bragança (PA)	04	<i>pata cega</i>
Jacareacanga (PA)	01	<i>corre-corre</i>

Quadro VII: Respostas únicas para a pergunta 164/QSL/ALiB, segundo a localidade e o perfil dos informantes

Na Carta 10 a seguir pode-se observar a distribuição diatópica das designações registradas para o conceito em foco.

Carta 10 - Má-cochila



■ má-cochila

■ corre-cotia

■ outras

Conceito: «uma brincadeira em que as crianças ficam em círculo, enquanto uma outra vai passando com uma pedrinha, uma varinha, um lenço que deixa cair atrás de uma delas e esta pega a pedrinha, a varinha, o lenço e sai correndo para alcançar aquela que deixou cair?»

Na área do *falar baiano* (RIBEIRO, 2012), o predomínio foi do agrupamento *chicotinho-queimado*⁶⁵, com 54,2% das ocorrências, seguido do agrupamento *corre-cutia/la coxia*⁶⁶, com 10,4%. Os demais agrupamentos contabilizaram índices abaixo de 10%. Nota-se a influência do *falar baiano* sobre o *falar amazônico*, já que neste o predomínio foi de *má-cochila*, seguido de *corre-cotia*, conforme mencionado anteriormente. A baixa produtividade de respostas para essa questão inviabiliza a confirmação da área dialetal do *falar amazônico* para o conceito em foco.

4.11 QSL/165 – “Tábua apoiada no meio, em cujas pontas sentam duas crianças e quando uma sobe, a outra desce”

Foram registrados 16 itens lexicais para o conceito “uma tábua apoiada no meio, em cujas pontas sentam duas crianças e quando uma sobe, a outra desce?”: *balanço, balancinho, balançador, gangorra, burrica, barquinha, João galamarte, pula tábua, capa-sapo, equilibrista, cavalo, vai-e-vem, bate-bunda, baixa-e-levanta, brincadeira de tábua e elevador*. O gráfico a seguir apresenta o percentual de ocorrências das designações documentadas, considerando o universo total dos dados.

⁶⁵ O agrupamento engloba os itens lexicais *chicotim; chicotim queimado; chicotim quemado; chicotinho; chicotinho queimou; chicotinho quemado; chicotinho tá quemado; chicotinho-queimado* (RIBEIRO, 2012, p. 367).

⁶⁶ Agrupamento composto pelas unidades lexicais *corre-corre la cutia; corre-cutia; lacuxia/corre-corre lacuxia* (RIBEIRO, 2012, p. 367).

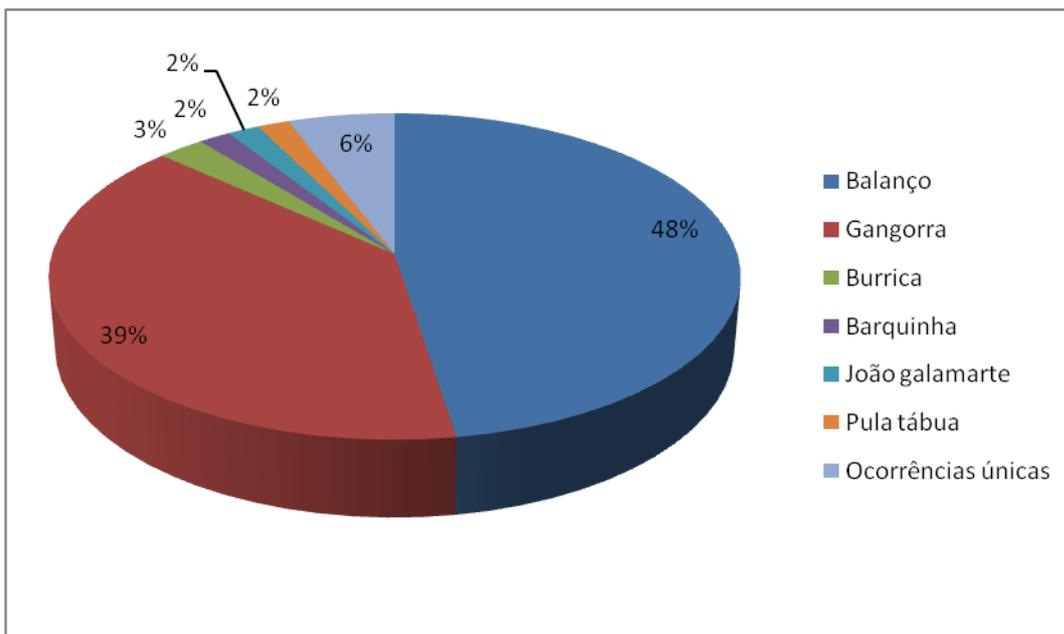


Gráfico 20: Percentual de ocorrências das respostas obtidas para a pergunta 165/QSL/ALiB

Nota-se que a designação *balanço* é a mais produtiva na área investigada, com 47,5% das ocorrências, seguida de *gangorra* (39,2%), de *burrica* (2,5%), de *barquinha* (1,7%), de *João galamarte* (1,7%) e de *pula tábua* (1,7%). As ocorrências únicas, que juntas somam o índice de 5,7%, estão distribuídas da seguinte forma:

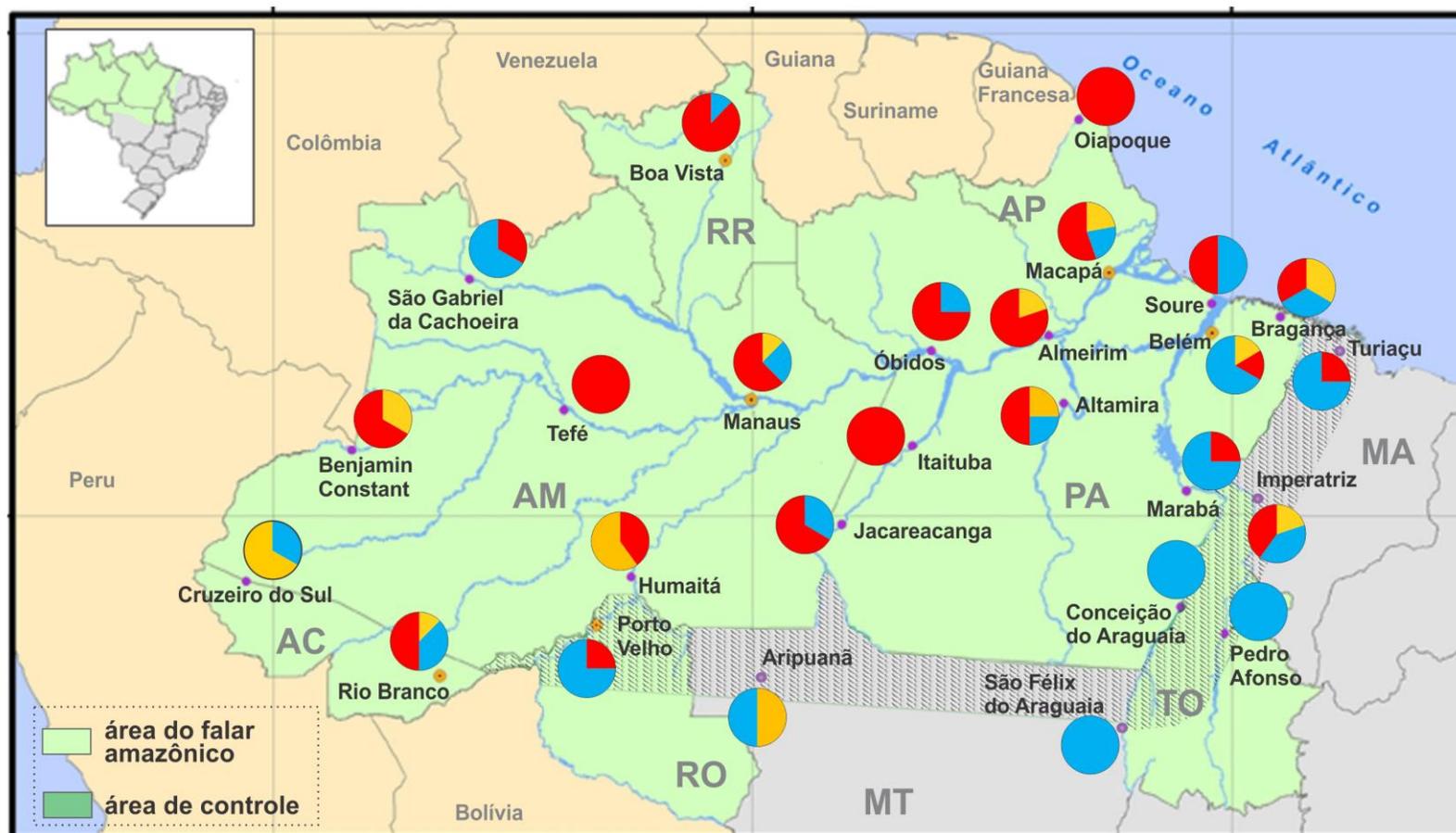
Localidade	Informante	Resposta única
Cruzeiro do Sul – AC	019/02	capa-sapo
Macapá – AP	002/04	Equilibrista
Macapá – AP	002/07	vai-e-vem
Macapá – AP	002/06	bate-bunda
Imperatriz – MA	029/01	Cavalo
Humaitá – AM	008/02	baixa-e-levanta
Humaitá – AM	008/01	pula tábua
Humaitá – AM	008/04	brincadeira de tábua
Benjamin Constant – AM	007/01	Elevador

Quadro VIII: Respostas únicas para a pergunta 165/QSL/ALiB, segundo a localidade e o perfil dos informantes.

Já a Carta Linguística 11 demonstra a distribuição diatópica das designações coletadas para o conceito em foco. Pela leitura da é possível depreender que

balanço é a forma predominante na área dialetal do *falar amazônico*, presente em todos os Estados que compõem essa área dialetal, e ocorrendo com exclusividade em Tefé (AM), Itaituba (PA) e Oiapoque (AP). Em menor concentração foi registrada em três localidades da área de controle: Porto Velho (RO), Turiaçu (MA) e Imperatriz (MA). Em Pedro Afonso (TO) e em São Félix do Araguaia (MT), houve a ocorrência exclusiva de *gangorra*. Em Aripuanã (MT), *gangorra* coocorreu com *pula tábua*. A unidade lexical *gangorra* teve presença marcante nas localidades da área de controle do *falar amazônico*, assim como se observa na área de controle do *falar baiano* (RIBEIRO, 2012, p. 499), onde o item lexical *balanço* foi o segundo mais produtivo na área dialetal do *falar baiano*, o que pode indicar que a designação *balanço* possa ter migrado do Nordeste para o Norte do Brasil, já que o processo de ocupação do território brasileiro registra intensos movimentos migratórios de nordestinos para o Norte do Brasil, em especial durante o ciclo da *borracha*, conforme apontado no Capítulo II desta dissertação.

Carta 11 - Balanço



■ Balanço e variantes

■ Gangorra

■ Outras

Conceito: «Uma tábua apoiada no meio, em cujas pontas sentam duas crianças e quando uma sobe, a outra desce?»

Apenas a unidade lexical *gangorra* está dicionarizada de acordo com a acepção investigada, em Houaiss (2001) e em Ferreira (2004), respectivamente, como “prancha retangular, comprida, apoiada somente no centro, que duas crianças, cada qual sentada numa de suas extremidades, impulsionam para o alto pela pressão dos pés no solo, de tal modo que, quando uma das extremidades toca o chão, a outra chega ao alto” e como “aparelho para diversão infantil: uma tábua apoiada num espigão, sobre o qual gira horizontalmente, ou oscila, ocorrendo que, neste caso, as crianças montam as extremidades, que sobem e descem alternadamente; arre-burrinho, burrica, coximpim, jangalamarte, jangalamaste, João-galamarte, zangaburrinha, zangaburrinho”.

Nota-se que as unidades lexicais *burrica* e *João-galamarte* apontadas como sinônimas de *gangorra* por Ferreira (2004) foram documentadas na região aqui investigada (vide Carta 11).

A unidade lexical *balanço* está registrada apenas em Houaiss (2001), como derivação por extensão de sentido: “qualquer dos brinquedos ou aparelhos de diversão que servem para balançar”. Já as designações *burrica* e *João galamarte* remetem para o verbete *gangorra*, tanto em Houaiss (2001) quanto em Ferreira (2004).

No sítio *Substantivo plural*⁶⁷, vê-se que o *galamarte*, também conhecido por *galamacho* ou *João galamarte*, é um brinquedo típico do Nordeste, o que reforça a hipótese de que *João galamarte* tenha migrado para a região Norte do Brasil. O brinquedo é assim descrito:

Numa tora de pau, com mais ou menos três metros de extensão, e com um furo no meio, justamente no seu centro de gravidade. Próximo às suas extremidades, enfiava-se um pedaço de pau, que era o torno, uma espécie de suporte para as crianças se segurarem. Fazia-se uma base para recebê-lo [...], essa base servia de eixo para a tora girar em círculo ou em movimento de cima para baixo, como uma gangorra (COSTA, 2010b, s/p).

É possível que essa designação tenha decorrido de um processo metonímico, já que o brinquedo era feito de madeira e Costa (2010b, s/p) assevera que o galamache, árvore típica da mata atlântica, servia como matéria-prima para a facção do brinquedo.

⁶⁷ Sítio de jornalismo independente criado em Natal (RN) em 2007.

Na área do falar baiano (RIBEIRO, 2012), os itens lexicais *gangorra* e *balanço* aparecem distribuídos por todo o território mencionado. Não houve registro de *joão galamarte* na área do *falar baiano*.

4.12 QSL/166 - “Tábua, pendurada por meio de cordas, onde uma criança se senta e se move para frente e para trás”

Os 128 informantes, cujas respostas foram consultadas para este estudo, forneceram as seguintes unidades lexicais como designação do conceito contemplado pela pergunta em exame: *balanço*, *balançador*, *balancinho*, *embalo*, *barquinha*, *trapézio*, *cadeira de balanço*, *balanço de corda*, *balancê*, *cadeira de embalo*, *embalador*, *jamarrô* e *pau de arara*. O Gráfico 16 visualiza a produção desses itens lexicais no conjunto das localidades investigadas.

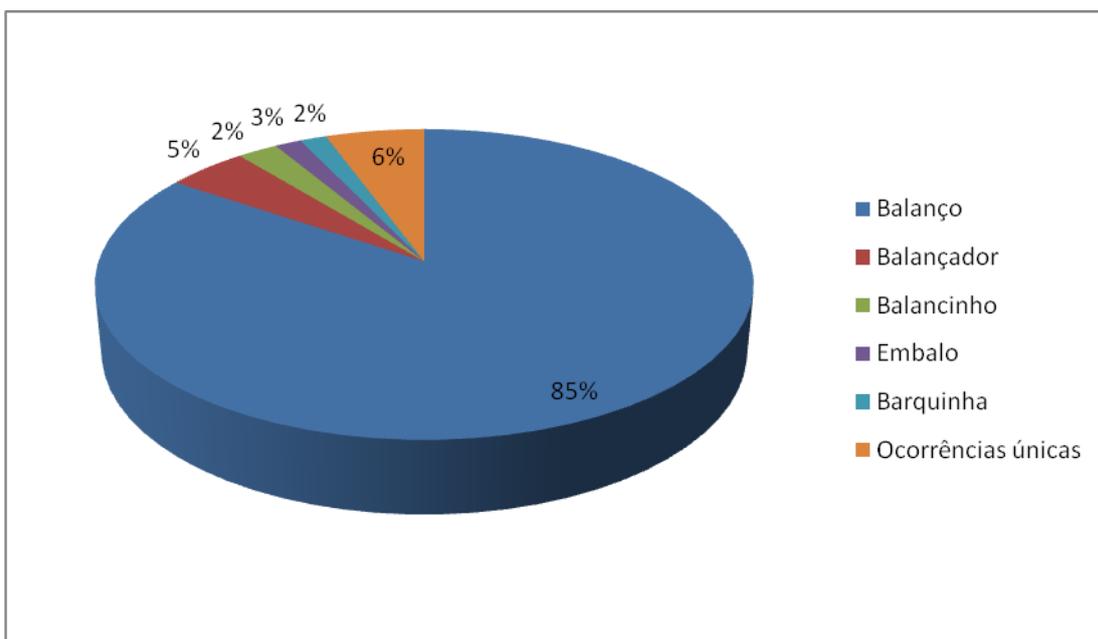


Gráfico 21: Percentual de ocorrências das respostas obtidas para a pergunta 166/QSL/ALiB

É evidente que *balanço* é a designação mais produtiva no conjunto dos dados documentados (84,5%), conforme se observou no gráfico 21, ocorrendo com exclusividade em 11 das localidades investigadas que integram a área do *falar amazônico*: Acre: Cruzeiro do Sul e Rio Branco; Amapá: Oiapoque; Amazonas: São Gabriel da Cachoeira, Benjamin Constant, Humaitá; Pará: Soure, Almeirim, Jacareacanga, Conceição do Araguaia; Roraima: Boa Vista. Também em 03

localidades da área de controle foi a única a ser mencionada: Pedro Afonso (TO), Aripuanã (MT) e São Félix do Araguaia (MT). Destaca-se que em Imperatriz (MA) só foi documentado o item lexical *balançador*. O agrupamento das unidades lexicais documentadas, segundo a sua estrutura formal, pode ser visualizado no Quadro 8, a seguir.

Unidade Lexical	Agrupamento
Balanço	Balanço, balancinho, cadeira de balanço, balanço de corda, balançador
Embaló	Embaló, cadeira de embaló, embalador
Barquinha	Barquinha
Ocorrências únicas	trapézio, balancê, jamarrô, pau de arara

Quadro IX: Agrupamento das designações catalogadas como respostas para a pergunta 166/QSL/ALiB

Em seguida, são apresentados gráficos com as ocorrências das designações documentadas para a pergunta em foco, separados por dois grupos: Estados da área do *falar amazônico* e Estados da área de controle.

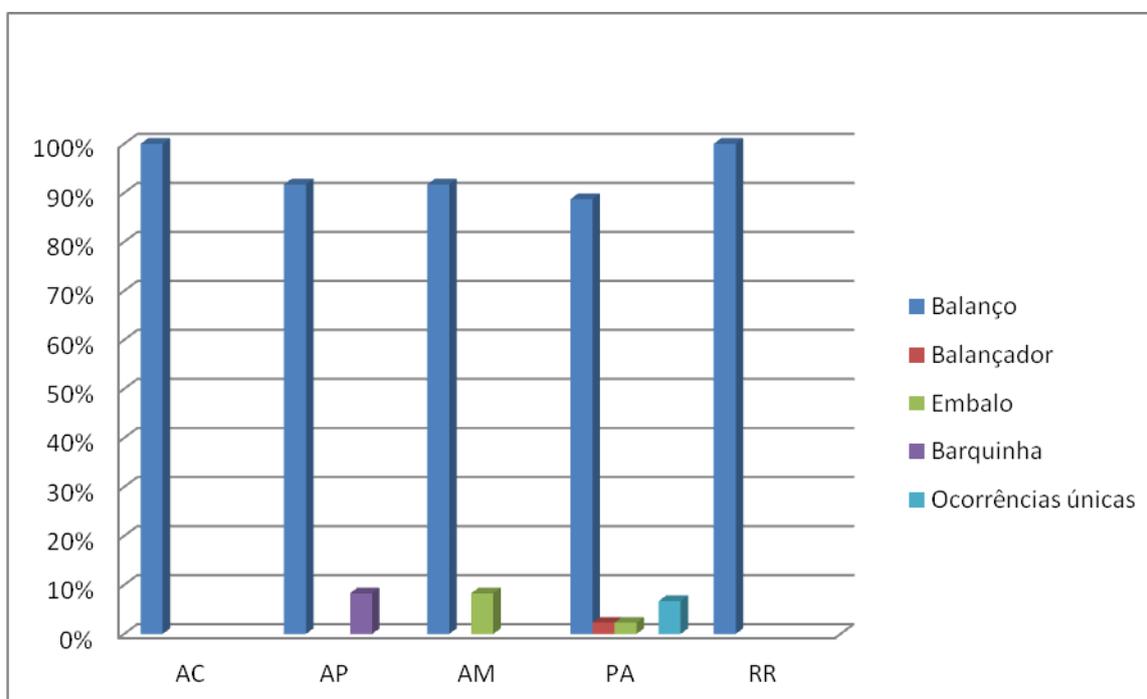


Gráfico 22: Percentual de ocorrência das designações obtidas para a pergunta 166/QSL, segundo os estados da região Norte (área do *falar amazônico*)

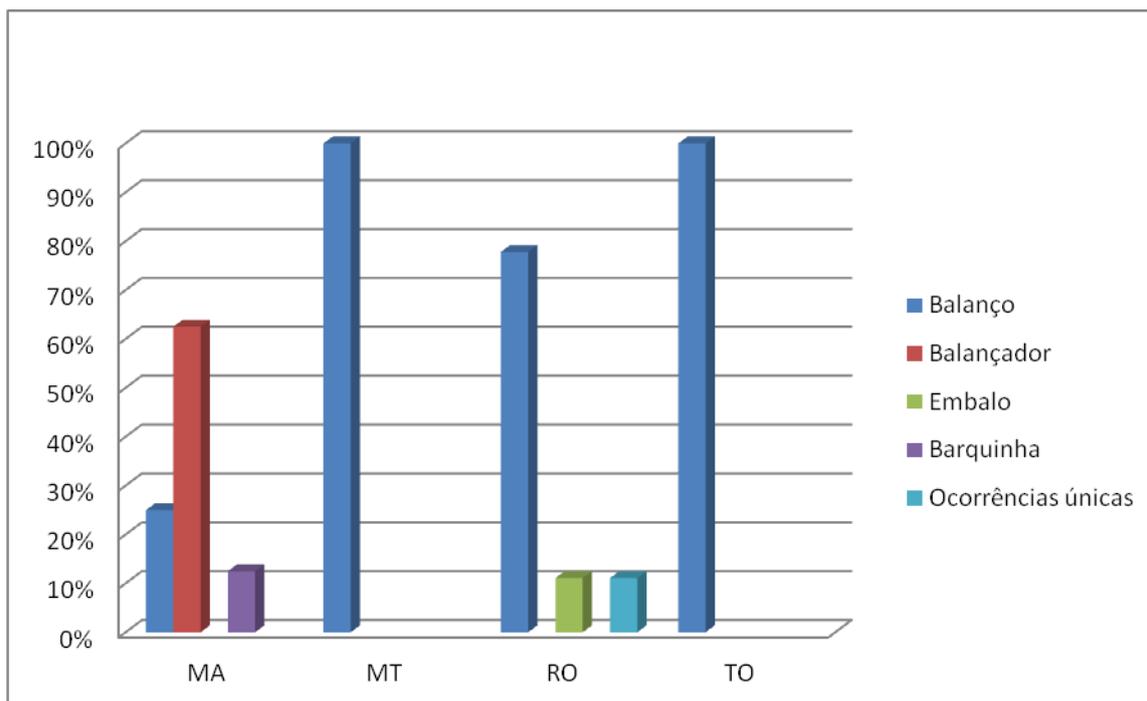


Gráfico 23: Percentual de ocorrência das designações obtidas para a pergunta 166/QSL, segundo as localidades da área de controle, agrupadas por Estado

O percentual de ocorrências de *balanço* em todas as localidades é majoritário, exceto no Maranhão. Destaca-se que a produtividade das outras designações é maior nos Estados da área de controle – a área do *falar amazônico* mostra-se mais conservadora nesse aspecto, apresentando menor incidência de outras designações.

É evidente que o item lexical *balanço* predominou dentre as escolhas lexicais dos habitantes das localidades investigadas. Em relação às ocorrências únicas, estas foram registradas nas seguintes localidades e pelos seguintes informantes:

Resposta única	Localidade	Informante
Trapézio	Marabá (PA)	015/04
Cadeira de balanço	Manaus (AM)	006/01
Balanço de corda	Manaus (AM)	006/07
Balancê	Belém (PA)	012/02
Cadeira de embalo	Tefé (AM)	005/04
Embalador	Tefé (AM)	005/03
Jamarrô	Óbidos (PA)	010/04
Pau de arara	Porto Velho (RO)	021/08

Quadro X: Respostas únicas para a pergunta 166/QSL/ALiB, segundo a localidade e o perfil dos informantes

Em muitos casos a designação *balanço* foi registrada tanto para nomear o conceito “tábua apoiada no meio, em cujas pontas sentam duas crianças e quando uma sobe, a outra desce”, quanto para designar a “tábua, pendurada por meio de cordas, onde uma criança se senta e se move para frente e para trás”, o que justifica a produtividade elevada desse item lexical no conjunto das respostas apuradas para ambas as perguntas (165 e 166/QSL). O Informante 4 (sexo feminino, segunda faixa etária, Ensino Fundamental) de Rio Branco (AC), por exemplo, esclarece que os esses dois referentes são nomeados da mesma forma, justificando que a tábua pendurada por cordas seria balanço de um e a tábua apoiada no meio seria balanço de dois.

Quanto à dicionarização das unidades lexicais, o item lexical *balanço* não está dicionarizado segundo a acepção buscada pela pergunta 166/QSL, apenas na acepção contemplada pela questão 165/QSL: “aparelho que consiste num assento composto de travessa, tábua e cadeirinha, suspenso pelas extremidades por cordas ou correntes, onde as pessoas se sentam para se balançarem; balouço. [Sin., lus., nesta acepç.: *embalo*.]” (FERREIRA, 2004); “brinquedo que consiste em um assento suspenso por cordas ou correntes fixas num suporte, permitindo a realização de movimentos oscilatórios; balouço, bambão” (HOUAISS, 2001). Como Ferreira (2004) define que *balanço* pode ser uma *cadeira* suspensa por cordas, é possível que isso justifique o emprego de *cadeira de balanço*. O mesmo fenômeno ocorre com o vocábulo *embalo*, variante lusa para o mesmo conceito, e o uso de *cadeira de embalo*. As demais denominações catalogadas ou não constam nas obras lexicográficas consultadas, ou estão registradas em outras acepções.

O item lexical *balanço* está presente em toda a área geográfica investigada, assim como ocorre nas localidades da área do *falar baiano* (RIBEIRO, 2012), o que evidencia que *balanço* não é uma forma restrita do *falar amazônico*. O vocábulo *balanço* foi utilizado tanto para nomear a tábua pendurada por cordas (balanço) quanto a tábua apoiada no meio (gangorra), mas o oposto não acontece nas localidades investigadas nesta pesquisa – *gangorra* foi utilizada apenas para nomear a tábua apoiada no meio⁶⁸.

⁶⁸ A designação *gangorra*, fortemente produtiva nas localidades do Estado da Bahia (falar baiano), segundo Ribeiro (2012), foi utilizada também para nomear a tábua pendurada por meio de cordas (QSL/165).

5.13 QSL/167 – “Brincadeira em que as crianças riscam uma figura no chão, formada por quadrados numerados, jogam uma pedrinha e vão pulando com uma perna só”

A amarelinha, segundo informações extraídas do sitio Mapa do Brincar⁶⁹, era originalmente utilizada como treinamento militar, para que os soldados desenvolvessem a habilidade com os pés e contava com mais de cem metros de comprimento. As crianças romanas, então, teriam reduzido a sua extensão e inserido números nos quadrados que deveriam ser pulados. A partir de então, os formatos da amarelinha teriam se diversificado – caracol, quadrado, geométrico.

Para o conceito investigado na questão 167/QSL, foram documentadas dez unidades lexicais no universo investigado para este estudo: *macaca*, *macacão*, *macaco*, *macaquinha*⁷⁰, *amarelinha*, *cancan*, *tia chica*, *queimada*, *cemitério* e *jogo da velha*⁷¹. A designação *macaca* predominou dentre as escolhas lexicais dos informantes no conjunto geral das localidades investigadas, com 53,1% de produtividade. Por outro lado, não houve registro dessa designação nas localidades do Maranhão – Turiaçu e Imperatriz – e nas localidades de Mato Grosso – Aripuanã e São Félix do Araguaia – o predomínio foi da variante *amarelinha*. Já em Porto Velho (RO), as designações *macaca* e *amarelinha* obtiveram o mesmo índice de produtividade.

Vale salientar que em grande parte do território da área dialetal do *falar baiano* e também na parte norte da área de controle foi registrada a ocorrência de *macaco*, mas não na parte sul da área de controle (não houve registro de *macaco* nas localidades de Goiás, Minas Gerais e Espírito Santo), o que nos leva a crer na hipótese de que *macaca/macaco* seja uma variante regional das regiões Norte e

⁶⁹ O *Mapa do brincar* é um projeto do suplemento *Folhinha* do jornal *Folha de São Paulo*, que tem por objetivo “descobrir se há semelhanças e diferenças entre o brincar no Brasil”. Disponível em <<http://mapadobrinca.folha.com.br/brincadeiras>>. Acesso em 01.Jul. 2013.

⁷⁰ As unidades lexicais *macaca*, *macaco*, *macacão* e *macaquinha* foram agrupadas no conjunto rotulado *macaca*. Consideraram-se tais unidades léxicas como pertencentes ao mesmo grupo por serem formadas a partir da mesma raiz.

⁷¹ Para fins de tabulação dos dados, desconsideramos o item lexical *jogo da velha*, por se tratar de outra brincadeira.

Nordeste do Brasil. A distribuição diatópica das designações documentadas consta na Carta 12 a seguir.

No dicionário Houaiss (2001), a unidade lexical *amarelinha* é marcada como um regionalismo do Brasil, na acepção de “brincadeira infantil que consiste em saltar, com apoio numa só perna, casa a casa de uma figura riscada no chão, após jogar uma pequena pedra achatada, ou objeto semelhante, em direção a cada uma das casas (quadrado), sequencialmente, pulando a que contém a pedra ou objeto”. O dicionário de Ferreira (2004), por seu turno, classifica o item lexical em questão como brasileirismo e assim o define: “jogo infantil que consiste em pular num pé só sobre casas riscadas no chão, exceto aquela em que cai a pedra que marca a progressão do brincante”.

Já Cascudo (2001), na entrada *amarelinha*, remete o consulente ao verbete *academia* que, por sua vez, é definido como um jogo infantil antigo, presente em todo o Brasil, e que possui diferentes designações: “conhecido como *amarelinha* ou *marelinha* no Rio de Janeiro; *maré* em Minas Gerais, *avião* no Rio Grande do Norte e *pular macaco* na Bahia” (CASCUDO, 2001). O autor descreve ainda as partes que compõem o jogo da amarelinha:

- (A): cabeça, céu ou lua;
- (B): inferno ou pescoço;
- (C): braços, asas ou descanso;
- (D): corpo ou quadro.

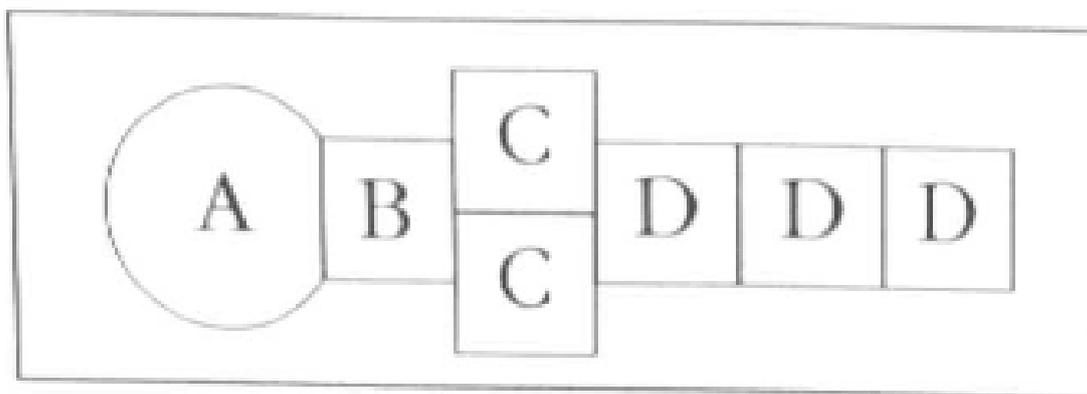


Figura 26: Jogo da amarelinha (CASCUDO, 2001).

De acordo com Barbeiro e Isquierdo (2007), em pesquisa cujo universo se restringiu a onze capitais das regiões Norte, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, a variante *amarelinha* predominou nas regiões Centro-Oeste e Sul, tendo ocorrido com exclusividade na região Sudeste, o que aponta para o fato de o item lexical *amarelinha* configurar-se como pertencente à norma lexical dessas regiões brasileiras, sendo inovadora na região Norte.

Já o item lexical *macaca* é dicionarizada, sob a rubrica da Ludologia, como lusitanismo em Ferreira (2004) e em Houaiss (2001). O primeiro, na definição de *macaca*, faz a remissiva para *amarelinha*, enquanto no segundo *macaca* é definida como “jogo da amarelinha”. Apesar de ser considerado um lusitanismo, a unidade lexical *macaca* integra o léxico corrente das localidades nortistas estudadas. Sabendo que Portugal foi o país “de onde vieram os primeiros colonizadores que adentraram o território brasileiro pelo litoral do Nordeste e pelos grandes rios da Amazônia” (BARBEIRO, ISQUERDO, 2007, p. 3), então a variante em foco pode ser considerada conservadora, por ter resistido no léxico dos habitantes da região Norte desde a época da colonização, quando vieram os luso-espanhois habitar o Brasil.

O *Dicionário do folclore brasileiro* (CASCUDO, 2001) não registra o verbete *macaca*, mas essa unidade léxica é mencionada na definição de *sapata*: “jogo que consiste em pular sobre um desenho traçado no chão, também conhecido como pula macaco, macaca, jogo da pedrinha, amarelinha” (CASCUDO, 2001). O autor explicita, ainda, que a técnica do jogo e os traçados variam de região para região:

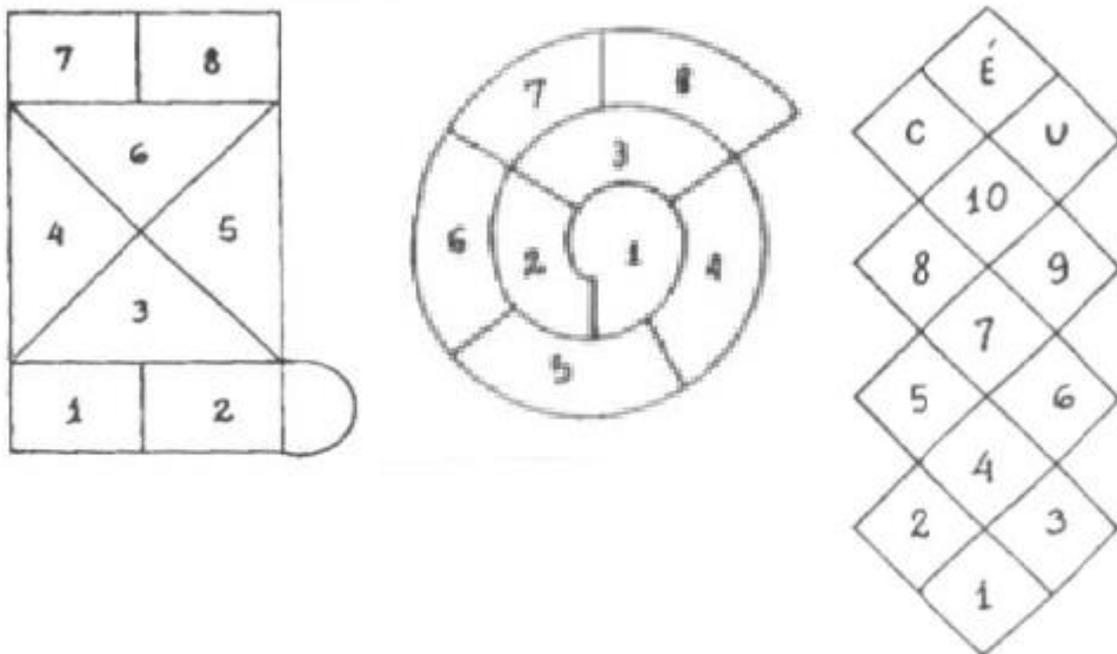


Figura 27: Distintos traçados para o jogo da amarelinha (CASCUDO, 2001).

Pesquisa realizada por Barbeiro e Isquerdo (2007) sobre brincadeiras infantis, analisando-se dados de onze capitais das regiões Norte, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, revela que a variante *macaca* ocorre apenas na região Norte, evidenciando maior influência “do português colonial nessa região brasileira, ao contrário de

amarelinha que se constitui em forma inovadora do português do século XVIII, um empréstimo do francês na variante europeia, que veio para o Brasil com a Família Real” (BARBEIRO, ISQUERDO, 2009, p. 114). Logo, *macaca* pode ser considerada também um regionalismo do Norte do Brasil.

Fica evidente, na fala do informante 1, do ponto 022 (Guajará-Mirim – RO), a consciência do caráter regional da variante *macaca*, pois quando o inquiridor pergunta qual das variantes é a mais utilizada, ele responde: – “Aqui mais é *macaca*”.

A variante inovadora *amarelinha* está sendo introduzida nas capitais da região Norte, que são as localidades que também apresentaram a maior variedade de designações. A unidade léxica *macaca* predomina dentre as escolhas lexicais dos habitantes das localidades do interior: Já do ponto de vista diasssexual, o que se percebe é que o maior índice de não respostas ocorre entre os homens, possivelmente por ser essa brincadeira considerada feminina⁷²:

A influência da mídia se faz presente em um comentário da informante 2 do ponto 019 (Cruzeiro do Sul – AC). Após mencionar as duas designações apuradas na região Norte para o conceito lançado, afirma: – “É amarelinha agora, depois daquela música da Xuxa, mas antes os meninos brincava, era *macaca* o nome daquilo”⁷³.

Apesar dos históricos fluxos migratórios das mais diversas origens rumo à região Norte do Brasil, nota-se que a variante regional *macaca* predomina dentre as escolhas linguísticas dos nortistas das localidades estudadas, especialmente nas localidades interioranas – mais conservadoras do ponto de vista lexical: o léxico regional não teria “caminhado” para outras localidades, uma vez que a unidade lexical mencionada predomina nas localidades nortistas, mas não nas localidades da área de controle. Há a coocorrência entre as variantes regional e inovadora, porém *macaca* parece não ter se deslocado para outras regiões.

⁷² “[...] algumas brincadeiras são típicas de determinados gêneros. Em nossa cultura, pular corda, brincar de macaca (amarelinha) e de elástico são brincadeiras tipicamente de meninas, enquanto jogar peteca e empinar papagaio [...] são tidas como brincadeiras de meninos” (PONTES, MAGALHÃES, 2003, p. 121).

⁷³ Na citação foi respeitada a norma linguística do informante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A divisão do Brasil em áreas dialetais proposta por Nascentes (1953), tomando por base dados fonéticos, pôde ser estudada, nesta dissertação, tomando-se como parâmetro o nível lexical, campo semântico de *jogos e diversões infantis*, na área dialetal do *falar amazônico*. Os objetivos traçados para esta pesquisa – atestar a vitalidade da área dialetal do *falar amazônico* nos dias atuais; levantar, descrever e analisar unidades lexicais cujos referentes pertençam ao campo semântico de *jogos e diversões infantis*, baseando-se em dados fornecidos em inquéritos linguísticos do Projeto ALiB por informantes das localidades da área dialetal amazônica; registrar a distribuição diatópica das designações estudadas, buscando na história de povoamento da região possíveis motivações que justifiquem o uso de tais unidades léxicas e contribuir para o estudo dos regionalismos do universo pesquisado – foram alcançados em parte, já que, em alguns casos, não foi possível a delimitação de uma área do falar amazônico, como será pontuado adiante.

Foi possível atestar parcialmente a vitalidade da área dialetal do falar amazônico, já que os dados revelaram que:

- (1) *Cambalhota* predominou dentre as escolhas dos habitantes da região estudada, o que não favoreceu a confirmação da existência da área do *falar amazônico*, uma vez que se trata de item lexical recorrente em outras regiões do Brasil.
- (2) *Peteca* foi o item lexical mais produtivo na área em foco, e *bolinha de gude* alcançou maior produtividade nas duas localidades do Estado de Mato Grosso, evidenciando uma “divisão” de falares – o do Norte diferenciando-se do restante do Brasil. Parece que o item lexical *peteca* está se disseminando para a região Nordeste, considerando a sua elevada produtividade nas localidades da área de controle, pertencentes à região Nordeste.
- (3) *Baladeira* foi o item lexical com maior índice de produtividade para nomear “o brinquedo feito de uma forquilha e duas tiras de borracha, que os meninos usam para matar passarinho”, na região investigada, designação que singulariza a região Norte do Brasil, distinguindo-a de outras partes do Brasil. Mais uma vez as localidades do Estado de Mato Grosso diferenciam-se, em

termos de escolhas lexicais, da região Norte do Brasil, já que nesse Estado predominou *estilingue*, forma comumente utilizada, por exemplo, nas regiões Sudeste e parte do Sul do Brasil.

- (4) O comportamento linguístico do item lexical *papagaio* denota conservadorismo lexical, à medida que *papagaio*, variante de origem lusa, foi a unidade lexical mais produtiva na região estudada, apresentando sinais de competição com *pipa*, assim como ocorre nas localidades do *falar baiano* e adjacências, o que inviabiliza afirmar que *papagaio* seja uma unidade lexical que caracterize especificamente a área do *falar amazônico*, já que aparece em outras regiões do país.
- (5) *Curica* foi a unidade léxica mais produtiva para nomear o conceito da pergunta 159/QSL, documentada em 16 das 26 localidades estudadas, porém não foi registrada na área do *falar baiano*, o que permite que seja levantada a hipótese de que se trata de uma forma regional típica da região Norte.
- (6) As unidades léxicas apuradas para nomear “a brincadeira em que uma criança fecha os olhos, enquanto as outras correm para um lugar onde não são vistas e depois essa criança que fechou os olhos vai procurar as outras” não permitem confirmar a vitalidade da área do *falar amazônico*, já que *esconde-esconde* foi o item lexical mais produtivo na região estudada, com mais de 60% das ocorrências, também é largamente utilizado em outras regiões do Brasil.
- (7) *Pata-cega* foi a unidade lexical mais produtiva na área do *falar amazônico*, o que possibilita crer que seja esta uma forma tipicamente regional dessa área, já que outras pesquisas de cunho dialetal evidenciaram que *cobra-cega* predominou dentre as escolhas lexicais dos habitantes das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, além de não haver registro do item lexical *pata-cega* na área do *falar baiano*.
- (8) O agrupamento do item lexical *pira* e variantes predominou entre as unidades lexicais fornecidas como nome da “brincadeira em que uma criança corre atrás das outras para tocar numa delas, antes que alcance um ponto combinado”, e não houve registro desse item na área do *falar baiano* (RIBEIRO, 2012), o que induz à hipótese de se tratar de mais uma variante regional típica da região estudada.

- (9) A unidade lexical *mãe*, peculiar na área dialetal do falar amazônico, foi a designação que apresentou maior índice de ocorrências na área do *falar amazônico*, seguido de *manja*, para nomear o ponto combinado na “brincadeira em que uma criança corre atrás das outras para tocar numa delas, antes que alcance um ponto combinado”.
- (10) A pergunta que apurava designações para o conceito “uma brincadeira em que as crianças ficam em círculo, enquanto uma outra vai passando com uma pedrinha, uma varinha, um lenço que deixa cair atrás de uma delas e esta pega a pedrinha, a varinha, o lenço e sai correndo para alcançar aquela que deixou cair” teve baixa produtividade, uma vez que 80% dos informantes não souberam responder a pergunta, impossibilitando a confirmação de um falar peculiar característico da região Norte do Brasil nesse universo lexical.
- (11) A unidade lexical *balanço* foi produtiva na área do *falar amazônico*, tanto para designar a tábua apoiada no meio em cujas pontas as crianças se sentam, quanto para nomear a tábua apoiada por meio de cordas. Já na área do *falar baiano* houve predomínio de *gangorra* para o primeiro conceito mencionado (designação produtiva também em outras localidades do país), e *balanço* para o segundo, evidenciando a peculiaridade da área dialetal do falar amazônico quanto ao uso de *balanço* para nomear a tábua apoiada no meio em cujas pontas as crianças se sentam;
- (12) A área do *falar amazônico* revelou a unidade lexical *macaca* como a mais produtiva para designar o conceito constante na questão 167/QSL, uma designação peculiar para o conceito em foco, que também predominou na área do *falar baiano*, indicando interinfluências entre os falares da porção Norte do Brasil (Cf. NASCENTES, 1953).

Pelo exposto, pode-se afirmar que, apesar das interinfluências entre os falares, especialmente entre as localidades fronteiriças e a área dialetal investigada nesta pesquisa, foi atestada uma relativa vitalidade do *falar amazônico* no nível lexical, considerando que o léxico dessa área mostrou-se peculiar em relação ao de outras regiões do Brasil.

Retoma-se, por fim, o que fora proposto para então fazer um fechamento do que foi realizado, mas somente ao findar uma jornada é que se percebe que outros caminhos poderiam ter sido percorridos, sob outras perspectivas, o que ratifica a incompletude de qualquer trabalho desta natureza. Este estudo poderá ser retomado

sob óticas distintas. Foi possível atestar a vitalidade da área do falar amazônico para algumas perguntas, evidenciando peculiaridades da região pesquisada em relação às demais regiões do Brasil. Estudos mais amplos envolvendo as demais áreas dialetais propostas por Nascentes (1953) poderão ratificar ou retificar as conclusões obtidas a partir dos dados lexicais examinados.

REFERÊNCIAS

AGUILERA, Vanderci de Andrade. Um caminho para o conhecimento da história da língua portuguesa no Brasil: as brincadeiras infantis. *Actes du XXIV CILPR*. Aberystwyth, UK, 2007, p. 11-26.

AGUILERA, Vanderci de Andrade. Geolinguística e conhecimento da sócio-história do Português do Brasil. In: *Signum*, v. 10, n. 2. Londrina, 2007b.

AGUILERA, Vanderci de Andrade. Subsídios para a história do português paranaense: primeiros passos. In: Encontro do Círculo de Estudos Linguísticos do Sul, 6, 2004, Florianópolis, SC. MIOTO, Carlos et al. (orgs.). *Anais...* Florianópolis, CELSUL, 2006. Disponível em <<http://www.celsul.org.br/Encontros/06/Individuais/168.pdf>>. Acesso em 14 ago 2011.

AGUILERA, Vanderci de Andrade. *Atlas Linguístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa oficial do Estado, 1996.

AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1976.

AMARELINHA. Disponível em <<http://mapadobrinca.folha.com.br/brincadeiras/amarelinha>>. Acesso em 22 jun 2012.

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de; BEZERRA DE MENEZES, Cleusa P. *Atlas Linguístico da Paraíba*. Brasília: UFPB/CNPq, 1984.

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de. Os estudos geolinguísticos no Brasil: dos atlas regionais ao ALiB. In: MOTA, Jacyra Andrade (org.). *Documentos 2: projeto atlas linguístico do Brasil*. Salvador: Quarteto, 2006, p. 67-96.

BALBI, Adrien. *Atlas ethnographique du globe, ou classification deus peuples anciens et modernes d'après leurs langues... et suivi du tableau phisique, moral et politique des cinq parties du monde...* Paris: Chez Rey et Gravier, 1826.

BALDINGER, K. Semasiologia e Onomasiologia. In: *Alfa*, 9, FFCL de Marília, 1966, p.7-36.

BARBEIRO, Evelin Pelarin; ISQUERDO, Aparecida Negri. O atlas linguístico do Brasil e a descrição da norma lexical regional: contribuições no campo das brincadeiras infantis. In: Encontro anual de Iniciação Científica, 16., *Anais...* Londrina, 2007. Disponível em <<http://www.eaic.uem.br/artigos/CD/1221.pdf>>. Acesso em 24 ago. 2011.

BERNARDES, Elizabeth Lannes. Jogos e brincadeiras tradicionais: um passeio pela história. In: Congresso Luso-brasileiro de história da Educação, 6., 2006, Uberlândia. *Anais do 6º Congresso Luso-brasileiro de história da Educação*. Disponível em

<<http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/47ElizabethBernardes.pdf>>. Acesso em 10 ago 2011.

BESSA, José Rogério Fontenele (coordenador). *Atlas Linguístico do Ceará*. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

BIDERMAN, Maria Teresa Camargo. *Teoria Linguística* (teoria lexical e linguística computacional). 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pires Pinto de; ISQUERDO, Aparecida Negri. *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1998.

BLUTEAU, Raphael. Vocabulário portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em <<http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>>. Acesso em 01 jul 2013.

BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. *A geografia linguística no Brasil*. São Paulo Ática, 1991.

BRASIL. Decreto n. 30.643, de 20 de março de 1952. Institui o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa e dispõe sobre seu funcionamento.

CÁCERES, Florival. *História do Brasil*. São Paulo: Moderna, 1993.

CALLOU, Dinah. Quando Dialetoлогия e Sociolinguística se encontram. In: *Estudos linguísticos e literários*, n. 41, Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, Programa de Pós-Graduação em Literatura e cultura da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010. p. 29-48.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de Linguística e Gramática*. Petrópolis: Vozes, 1977.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. *Geolinguística: tradição e modernidade*. São Paulo: Parábola, 2010.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. *Atlas Linguístico de Sergipe – II*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2005.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. A Dialectologia no Brasil: perspectivas. *Revista Delta*, v. 15. São Paulo, 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501999000300010>. Acesso em 02 abr 2011.

CASCUDO, Luís da Camara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 11.ed. São Paulo: Global, 2001.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. Variação dialetal e ensino institucionalizado da língua portuguesa. In: BAGNO, Marcos (org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. *Questionário linguístico 2001*. Londrina: EDUEL, 2001.

COSERIU, Eugenio. *Lições de linguística geral*. Tradução Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

COSERIU, Eugenio. *Teoria da linguagem e linguística geral*. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

COSTA, Daniela de Souza Silva; ISQUERDO, Aparecida Negri. Designações para pernilongo nas capitais brasileiras: um estudo geolinguístico e léxico-semântico. In: *Travessias / UNIOESTE* v. 4, n. 3. Cascavel: UNIOESTE, 2010, p. 509 – 520. Disponível em <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3226>>. Acesso em 14 ago 2011.

COSTA, Tânia. Galamarte. 2010b. Disponível em <<http://www.substantivoplural.com.br/galamarte>>. Acesso em 20 jan 2013.

DI PAOLO, Pasquale. *Cabanagem: a revolução popular da Amazônia*. Belém: Conselho estadual de cultura, 1985.

ELIA, Silvio. *Sociolinguística (uma introdução)*. Rio de Janeiro: Padrão; Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1987.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio versão 5.0 edição revista e atualizada: Dicionário eletrônico*. Curitiba: Positivo, 2004.

FERREIRA, Carlota; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. *A Dialetologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.

FERREIRA, Carlota et al. *Atlas Linguístico de Sergipe*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, Fundação Estadual de Cultura de Sergipe, 1987.

FERREIRA, Manuela Barros et al. Variação linguística: perspectiva dialetológica. In: FARIA, Isabel Hub et al (orgs.). *Introdução à linguística geral e portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1996. p. 479-502.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 1998.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

GILLIERON, Jules; EDMONT, Edmond. *Atlas linguistique de La France*. 35 fasc. Paris: Honoré Champion, 1902-1910, 1915.

GOMES, Flávio Alcaraz. *Transamazônica: a redescoberta do Brasil*. São Paulo: Cultural editora, 1972.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Designações para estilingue em atlas linguísticos brasileiros: perspectivas diatópica e sócio-histórica. *Actes du XXIV CILPR*. Aberystwyth, UK, 2007, p. 533-546.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Os atlas regionais brasileiros publicados e em curso: percursos metodológicos. In: MOTA, Jacyra Andrade (org.). *Documentos 2: projeto atlas linguístico do Brasil*. Salvador: Quarteto, 2006, p. 67-96.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Atlas regionais em andamento no Brasil: perspectivas metodológicas In: AGUILERA, Vanderci de Andrade. (Org.). *A Geolinguística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer*. Londrina: Editora da UEL, 2005, p. 333-356.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Léxico em tempo e espaço: a questão dos regionalismos. In: MARIN, Jérri Roberto; VASCONCELOS, Cláudio Alves de. *História, região e identidades*. Campo Grande: Editora da UFMS, 2003. p. 165-181.

ISQUERDO, Aparecida Negri. O léxico do “soldado da borracha”: uma deriva de valores. *Alfa: revista de linguística*. São Paulo, v. 38, 1994, p. 181-189.

JUSTINIANO, Aparecido Lázaro. *Vocabulário da erva-mate no Cone Sul de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Editora da UNIDERP, 2006.

KOCH, Walter; KLASSMANN, Mário; ALTENHOFEN, Cléo. *Atlas Linguístico-Etnográfico da região Sul do Brasil* (ALERS). Porto Alegre/Florianópolis/Curitiba: UFRGS/UFSC/UFPR, 2002.

LUCCHESI, Dante. *Sistema, mudança e linguagem: um percurso na história da linguística moderna*. São Paulo: Parábola, 2004.

LUCCHESI, Dante. Norma linguística e realidade social. In: BAGNO, Marcos (org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002.

MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. Para uma nova divisão dos estudos dialetais brasileiros. In: MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (orgs.). *Documentos 2: Projeto atlas linguístico do Brasil*. Salvador: Quarteto, 2006, p. 15-26.

NASCENTES, Antenor. *Bases para a elaboração do atlas linguístico do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC, Casa de Rui Barbosa, v. 2. 1961.

NASCENTES, Antenor. *Bases para a elaboração do atlas linguístico do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC, Casa de Rui Barbosa, v. 1. 1958.

NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Simões, 1953.

OLIVEIRA, Dercir Pedro de (org.). *ALMS - Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2007.

OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de. *O Português do Brasil: Brasileirismos e Regionalismos*. Araraquara, 1999. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.

PINTO, Luiz Maria da Silva. Dicionário da Língua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Província de Goyaz. Na Typographia de Silva, 1832. Disponível em <<http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/3>>. Acesso em 01 jul 2013.

PONTES, Fernando Augusto Ramos; MAGALHÃES, Celina Maria Colino. A transmissão da cultura da brincadeira: algumas possibilidades de investigação. *Psicologia: reflexão e crítica*, n. 16, 2003, p. 117-124.

POTTIER, Bernard et al. *Estruturas Linguísticas do Português*. São Paulo: DIFEL, 1975.

PROJETO ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.alib.ufba.br/metodologia.asp>>. Acesso em 26 mar 2011.

RAZKY, Abdelhak. *Atlas Linguístico Sonoro do Pará (ALiSPA)*. Belém: CAPES/UFGA, 2004.

RIBEIRO, Silvana Soares Costa. *Brinquedos e brincadeiras infantis na área do falar baiano*. 466 p. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística). Universidade Federal da Bahia, 2012.

RIBEIRO, Berta G. *Amazônia urgente: cinco séculos de História e Ecologia*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1990.

ROSSI, Nelson; FERREIRA, Carlota; ISENSEE, Dinah. *Atlas Prévio dos Falares Baianos*. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura; Instituto Nacional do Livro, 1963.

SANTOS, Carolina Chierotti dos; ISQUERDO, Aparecida Negri. Designações para papagaio de papel e cabra cega: um estudo geolinguístico. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade; ALTINO, Fabiane Cristina; ISQUERDO, Aparecida Negri (Orgs.). *Atlas linguístico do Brasil: descrevendo a língua, formando jovens pesquisadores*. Londrina: UEL, 2009, p. 108-117. CD-ROM.

SANTOS, Anna Carolina Chierotti dos; ISQUERDO, Aparecida Negri. Variantes para papagaio de papel: um estudo de natureza diatópica. In: III CELMS, IV EPGL e I EPPGL, *Anais...* Dourados, 2007.

SAPIR, Edward. *Linguística como ciência*. Tradução J. Mattos Câmara Jr. Rio de Janeiro: Livraria acadêmica, 1969.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1975.

SCHAFF, Adam. *Linguagem e conhecimento*. Coimbra: Livraria Almedina, 1964.

SILVA, Antonio Moraes. Dicionário da língua portuguesa - recompilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1832. Disponível em <<http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/2>>. Acesso em 01 jul 2013.

SILVA, Maria Emília Barcellos da. Os estudos dialetológicos e o seu compromisso com o ensino. *Cadernos da ABF*, vol. 2, n. 1, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em <<http://www.filologia.org.br/abf/volume2/numero1/06.htm>>. Acesso em 28 ago 2010.

SILVA NETO, Serafim da. *Guia para estudos dialectológicos*. Belém: Conselho Nacional de Pesquisas; Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1957.

TEIXEIRA, Marco Antonio Domingues; FONSECA, Dante Ribeiro da. *História regional (Rondônia)*. 4. ed. Porto Velho: Rondoniana, 2003.

TELES, Ana Regina Torres Ferreira. A necessidade de georreferenciar as localidades nos atlas linguísticos. In: *XV Congreso Internacional de la Asociación de Lingüística y Filología de América Latina*, Montevideo - Uruguay. XV Congreso Internacional de la Asociación de Lingüística y Filología de América Latina. Montevideo - Uruguay : Diretoria da ALFAL, v. 1. 2008.

THUN, Harald. A dialetologia pluridimensional no Rio da Prata. In: ZILLES, Ana Maria Stahl (org.). *Estudos de variação linguística no Brasil e no Cone Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

TOCANTINS, Leandro. *Formação histórica do Acre*. v. I. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.

ZÁGARI, Roberto *et al.* *Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1977.

ZANATTA, Flavia. *A normatividade e seu reflexo em dicionários semasiológicos de língua portuguesa*. 270 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Porto Alegre, 2010.

ANEXO



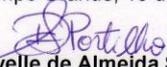
DECLARAÇÃO

Ao utilizar como referencial empírico do trabalho de Pós-Graduação, intitulado *O falar amazônico: uma análise da proposta de Nascentes a partir de dados do ALiB*, que desenvolvo sob a orientação **Aparecida Negri Isquierdo**, Diretor Científico do Projeto Atlas Lingüístico do Brasil (**Projeto ALiB**), dados do *corpus* desse Projeto, declaro:

1. Estar ciente de que os materiais do Banco de Dados do **Projeto ALiB** a mim facultados não podem ser repassados, enquanto conjunto de dados, a outro(s) pesquisador(es) e/ou interessado(s) na matéria.
2. Ter pleno conhecimento de que a divulgação parcial ou final do trabalho deve ser sempre acompanhada da indicação da fonte (Banco de Dados do Projeto ALiB) e da citação do nome do orientador.
3. Autorizar que os resultados da análise por mim efetuada sejam utilizados nas publicações do Atlas Lingüístico do Brasil, em quaisquer dos volumes que venham a integrar a coleção, mediante a indicação da fonte e a citação do meu nome.
4. Oferecer a minha contrapartida ao Atlas Lingüístico do Brasil, colaborando, se requerido, na transcrição de dados, catalogação e cópia de materiais e em outras atividades que não impliquem a pesquisa de campo.

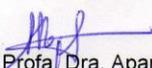
E por estar de acordo, firmo a presente DECLARAÇÃO que tem, também, o CIENTE do Orientador.

Campo Grande, 13 de abril de 2011.


Danyelle de Almeida Saraiva Portilho

RG: 001.916.389 – SSP/MS CPF: 062.883.444.60

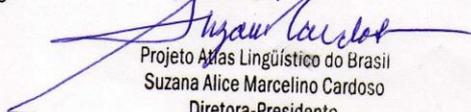
CIENTE


Orientador: Prof.ª Dra. Aparecida Negri Isquierdo
Diretor Científico

REGISTRADO no

Projeto ALiB sob n° 057

Projeto ALiB.04.4


Projeto Atlas Lingüístico do Brasil
Suzana Alice Marcelino Cardoso
Diretora-Presidente

